



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação
Biblioteconomia

Nathany Brito Rodrigues

Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais

Ou

Sugestão de critérios avaliativos para Bibliotecas Prisionais

Brasília
2019

Nathany Brito Rodrigues

Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais

Ou

Sugestão de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade
de Brasília como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Biblio-
teconomia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Michelli Pereira da
Costa

Brasília

2019



Título: Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais ou sugestões de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais.

Aluna: Nathany Brito Rodrigues.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 22 de março de 2019.

Michelli Pereira da Costa - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Fernando César Lima Leite – Membro
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Raphael da Silva Cavalcante – Membro externo
Analista Legislativo da Câmara dos Deputados
Mestre em Ciência da Informação

B842b Brito, Nathany, 1991 - .

Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais ou Sugestão de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais / Nathany Brito Rodrigues – Brasília, 2019.

XX p. : il. Color.

Orientação: Profª. Drª. Michelli Pereira da Costa.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2019.

1. Biblioteca prisional. 2. Epistemicídio. 3. Práticas abolicionistas. I. Costa, Michelli Pereira da. II. Faculdade de Ciência da Informação. III. Título.

MEMORIAL... OU MEU LUGAR DE FALA

Escrever uma monografia não é fácil, muito menos em tempos de ascensão do neofascismo e após uma graduação conturbada. Espero conseguir colocar minha visão de mundo, meu respeito pela vida e minha fé na justiça reparativa nessas páginas. Preciso falar de mim, da minha árvore genealógica e da minha comunidade para explicar o tema estudado e a forma abordada.

Venho de uma família marcada pela Ditadura. Uma família tipicamente nordestina em que minha vó cuidava da casa e meu avô trabalhava. Ele era militar e de esquerda em tempos de Ditadura Militar. Foi perseguido e teve que se esconder durante muito tempo longe da família. Minha vó abrigou alguns estudantes fugitivos, sem saber. Ela e os filhos não se envolviam ou se interessavam muito por política, esses problemas ‘eram de responsabilidade do homem da casa’. Entretanto a família sofreu com as consequências do militarismo. Além das perdas financeiras, a saúde mental coletiva foi atacada por uma dinâmica violenta. Como muitos homens da época, meu avô usava o álcool para esquecer os horrores que viu. Um vício que agravou o machismo nordestino. De um grande apartamento na Asa Norte (região nobre de Brasília), minha família se instalou com raízes profundas no Paranoá (região pobre de Brasília).

Nasci no Hospital Regional da Asa Norte e fui criada no Paranoá por uma mãe solo que fazia três turnos para me dar o máximo de oportunidades que pudesse. Cresci ouvindo “Estuda para ser gente”. É uma frase bem comum para crianças negras e birraciais. É um aviso de nossos pais: Ou você estuda para conseguir uma vida melhor, ou está fadada ao rôdo e ao subemprego. Eu adorava ler desde criança como forma de escape dos problemas da vida, e minha mãe me incentivava sempre que podia. Descobri que poderia aprender muitas coisas lendo, então comecei a gostar de estudar.

Apesar de todo apoio e vontade, lembro de levar um susto quando consegui entrar numa escola particular. E outro ainda maior quando consegui entrar na Universidade de Brasília. Meu avô fez sua graduação na UnB, mas seus filhos só souberam isso depois de eu estar no meio da minha graduação. Minha mãe também conseguiu entrar na mesma universidade, entretanto só foi possível quando as filhas ficaram adolescente e, ainda assim, ela continuou tripla jornada de trabalho para conseguir se formar e se formou com mérito. Fui a primeira de minha família a seguir

o curso formal da educação continuada: Ensino Fundamental e Médio sem repetências e direto para faculdade aos 18 anos.

Demorei quase 10 anos para terminar minha graduação e, hoje (18/02/2019 – 02h25') percebo que não me arrependo. Vivi coisas maravilhosas e outras terríveis na minha graduação, mas foi onde encontrei minha voz e entendi que posso fazer o que eu quiser. A Universidade de Brasília tem inúmeros problemas para resolver, entretanto continua a colocar seus estudantes para lutar por uma democracia real. É aí que nascem as mudanças.

Não gosto muito de academicismo. Desconfio profundamente que um dos maiores problemas da pesquisa acadêmica é a objetificação de pessoas na forma de material de estudo. Escolho falar de bibliotecas no cárcere, mas não tenho condições de explicar o que é ser uma pessoa encarcerada por dois motivos: 1. Não sou e nunca fui uma pessoa encarcerada. 2. Não convivo com nenhuma e meu contato com o cárcere é indireto, em forma de ameaça.

Meu interesse por bibliotecas prisionais surgiu ao longo do meu processo individual de estudo na graduação. Inicialmente “biblioteca escolar” era tema com que eu mais me identificava, logo me aproximei do que atualmente chamam de “biblioteca social” e de pensadoras diaspóricas negras e latinas contemporâneas. Ao conhecer as histórias de Assata Shakur, Angela Yvonne Davis, Mandela, Martin Luther King, Malcom X, Pagu, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Barbara Querino, Rafael Braga e de tantas outras pessoas que foram alvo do sistema penitenciário e conseguiram dar visibilidade aos problemas desta instituição, um interesse por bibliotecas prisionais surgiu naturalmente.

E foi então que o cárcere passou a ser um problema de família do qual eu tinha consciência. Lembro de, ainda nova, meus familiares ficarem desconcertados com a notícia de algum parente distante preso. Então percebi que quando cresci, amigos e parentes próximos começaram a ter problemas com as drogas e com a prisão. Entendi o porque que todas crianças da minha rua entrarem para casa quando a polícia passava na rua. E esse profundo processo de conscientização só foi possível após meu contato com movimentos negros.

O cárcere era uma ameaça ao meu vô, continuou para meus tios e segue sendo para meus primos e sobrinhos. Como criança e como mulher, sempre senti o feminicídio e as violências de gênero como ameaças imediatas. O cárcere também é presente, mas sempre foi secundário. Com a militância, a participação em coletivos

e a eleição de Jair Bolsonaro, começo a pensar nas celas de solitária como a ameaça secundária.

Falar sobre biblioteca prisional é a forma de juntar meu amor pela Leitura com essa ameaça onipresente e invisível. É uma união do meu amor pela Biblioteconomia com um profundo sentimento de que a sociedade precisa ser radicalmente contra toda violência. Nesse contexto, sou uma mulher negra de pele clara/mestiça/birracial (ainda estou descobrindo isso e me conscientizando de meus alguns privilégios), que descobriu debates invisibilizados ao longo da minha vida e necessários para meu bem-viver e, consequentemente, das minhas comunidades.

Obviamente me identifico como uma mulher cisgênero e feminista negra, e peço que entenda que meu ponto de vista não é apenas antirracista e antimachista, é orientado pela fé na construção uma sociedade democrática mais horizontal e anticistêmica (com 'c' mesmo) em que pessoas negras, imigrantes, indígenas, com deficiência, LGBTQI+, não-cristãs e todos que compõe O Outro sejam verdadeiramente respeitadas e tenham direito à vida.

Me identifico profundamente com o que Elza Soares cantou em 2018: “Mil nações moldaram minha cara. Minha voz, uso para dizer o que se cala. O meu país é meu lugar de fala”. Me vejo nessa estrofe como uma mulher com a possibilidade de pensar um diálogo construtivo sobre biblioteca, conhecimento, oralidade e espaço prisional.

Esse é meu lugar de fala.

Bem vinda.

Obs.: Convido os que acreditam na “democracia racial”, “meritocracia”, “feminazismo” e “vitimismo” a ter um olhar afetuoso sobre os dados e conhecimentos apresentados, bem como a se pensar como um personagem real dentro de todo o debate. Em tempos em que discutimos ódio e amor no período eleitoral e vemos a ascensão do neofascismo latino-americano, precisamos lembrar do que nos une: alianças e pontes para um mundo mais justo.

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida: ancestrais, avós, mães, tias, irmãs, amigas e pensadoras feministas que vem criando um mundo em que eu me torno cada vez mais livre para pensar e viver.

Dedico às minhas famílias de sangue, que fazem o melhor que podem nas condições em que estão.

Decido aos meus orixás e trabalhadores tão maravilhosos:

À minha mãe, Iansã, que me dá força diariamente,

Ao meu pai, Xangô, que me faz entender o que é justiça de verdade,

À minha eterna guia, Nanã, que sempre se fez presente me ajudando a organizar os pensamentos e foi a primeira a se fazer sentir,

Ao meu anjo da guarda mais generoso, caboclo Jordão, que me orienta a fazer o melhor,

À querida falange de Exus, que se dedica a cuidar dos mortos e evitar que desencarnemos antes do necessário.

A todos os demais orixás, que trazem felicidade à minha vida. Essas dádivas trabalham apenas para a propagação do amor.

E a todos os trabalhadores que espalham justiça real e amoroso cuidado.

Axé

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof.^a Ivonete Edite de Brito, minha mãe e principal parceira de debate, pelos ouvidos pacientes para entender cada ideia, discutir e me incentivar. Que me fortaleceu e se esforçou ao máximo para entender minha forma de pensar e trabalhar. É uma gratidão sem limites que palavras nunca poderão resumir.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Michelli Pereira da Costa, minha orientadora, por compreender a importância desse trabalho na minha formação e por saber ser exigente, compreensível, meticulosa e uma verdadeira guia nos momentos necessários. Nenhuma página dessa monografia seria possível sem a sororidade e o trabalho dessa professora. Sou muito honrada por essa maravilhosa bibliotecária ter me aceito como orientanda e por suas contribuições na construção do texto.

Agradeço à minha irmã do meio, Taynan Brito de Souza, que cuidou para que eu sempre tivesse um ambiente silencioso de estudo, me impulsionou carinhosamente a fazer mais e mais do que acredito – mesmo quando discordamos em teorias e pensamentos – e que me provocou a novos olhares sobre o meu tema e a justiça reparativa.

Agradeço à minha irmã mais velha, Ana Regina Carvalho Serra, que a vida inteira vem me mostrando um exemplo de guerreira – que é forte quando precisa, sem esquecer que também é frágil e possui uma alma cheia de amor prático que transforma à comunidade e as pessoas à sua volta.

Agradeço aos bibliotecários Henrique Sertão, Aline Nascimento e Ms^a Fernanda Costa, que foram verdadeiros parceiros. Aconselhando, discutindo, me indicando novos textos que nomeavam meus sentimentos em relação à biblioteca e acalmando meus momentos de ansiedade. São amigos queridos.

Agradeço à pesquisadora Danyella Andrade, ao biólogo Patryck Ramos, à artista Cinara Vêras, à museóloga Sarah Figueira, ao Psicólogo Rogério Fagundes e às Assistentes Sociais Marissa Santos e Jacqueline Ribeiro, que além de serem grandes amigos que me incentivarem sempre que foi preciso, ajudaram a estabelecer meus limites de escrita e análise e me provocaram a nunca abandonar o caráter interseccional do diálogo.

Agradeço ao Prof. Dr. Fernando Leite, que foi uma figura importante na minha graduação e se constrói como uma voz cheia de conhecimento e sabedoria na área. Que também me deu a honra de participar da banca e compreendeu o contexto de construção da[s] monografia[s].

Agradeço ao bibliotecário Ms. Raphael Cavalcante, um dos idealizadores da “Liga dos Bibliotecários Bolivarianos”/“Liga de Bibliotecários”, que vem se construindo como uma voz decolonial na Biblioteconomia e faz parte da criação de ambientes enriquecidos pelos debates raciais que permitem trabalhos como essa monografia. Me sinto muito honrada com seu aceite à participação na banca e com suas contribuições e observações sobre o texto.

Agradeço à prof.^a Dr.^a Fernanda Passini Moreno. Acredito que muitas das mudanças positivas que vislumbro na Faculdade de Ciência da Informação se devem ao trabalho que vem sendo executado por essa mulher, que já era referência no início da minha graduação e continua naturalmente ocupando esse posto.

E, importantíssimo citar, agradeço às bibliotecárias Ms. Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Ms.^a Nathália Romeiro, Dr.^a Marielle de Moraes, Dr.^a Gabrielle Tanus, Ms. Elton Mártires, Vinícius Bueno e outros corações inconformes que denunciam e criam propostas construtivas ao racismo, ao machismo e à cisheteronormatividade incorporados na biblioteca. Acredito que são pessoas que souberam aproveitar as políticas inclusivas de governos progressistas para transformar a Academia. Uma certeza que ficou bem explícita durante a construção dessa monografia: essas vozes nomeiam frustrações que novos graduandos e graduados em Biblioteconomia brigam para conseguir racionalizar e criar uma área e um curso decoloniais. Tod@s estão fazendo um trabalho encantador.

Apesar de ser escrito por mim, essa monografia foi uma produção coletiva.

Sem essas vozes e corações, talvez ela não fosse possível.

Sou grata a tod@s.

“O desafio do século XXI não é reivindicar oportunidades iguais para participar da maquinaria da opressão, e sim identificar e dismantelar aquelas estruturas nas quais o racismo continua a ser firmado. Este é o único modo pelo qual a promessa de liberdade possa ser estendida às grandes massas.”

Angela Yvonne Davis, ex-pantera negra

RESUMO

Esta monografia propõe um instrumento de desenvolvimento e avaliação de biblioteca prisional a partir de práticas abolicionistas. Para tanto apresenta conceitos, discussões e atribuições anticistêmicas na contextualização da biblioteca no ambiente carcerário, considerando: a racialização da democracia da informação, as condições atuais da população carcerária brasileira e das penitenciárias e a criação e possibilidades da biblioteca prisional. Identifica a existência de um documento que propõe diretrizes para bibliotecas prisionais e o expande a partir de uma perspectiva abolicionista. Por fim analisa as orientações identificadas, cria elementos e critérios de avaliação considerando objetivos abolicionistas e propõe outro instrumento. Esse trabalho conclui que a abolição penal é a solução ao problema carcerário brasileiro e a biblioteca prisional precisa se alinhar com ela através do combate ao epistemicídio.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Epistemicídio. Práticas abolicionistas.

ABSTRACT

Esta monografía propone un instrumento de desarrollo y evaluación de biblioteca prisional a partir de prácticas abolicionistas. Para ello presenta conceptos, discusiones y atribuciones anticisterials en la contextualización de la biblioteca en el ambiente carcelario, considerando: la racialización de la democracia de la información, las condiciones actuales de la población carcelaria brasileña y de las cárceles y la creación y posibilidades de la biblioteca prisional. Identifica la existencia de un documento que propone directrices para bibliotecas prisionales y lo expande desde una perspectiva abolicionista. Por último, analiza las orientaciones identificadas, crea elementos y criterios de evaluación considerando objetivos abolicionistas y propone otro instrumento. Este trabajo concluye que la abolición penal es la solución al problema carcelario brasileño y la biblioteca prisional necesita alinearse con ella a través del combate al epistemicídio.

Keywords: Biblioteca prisional. Epistemicidio. Practicas abolicionistas.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Níveis de alfabetismo no Brasil	54
QUADRO 2 – Instrumento de validação de uma biblioteca de estabelecimento prisional no Brasil.....	81
QUADRO 3 – Documentos selecionados sobre avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais	89
QUADRO 4 – Metodologia de pesquisa.....	95
QUADRO 5 – Aspectos norteadores para a missão.....	98
QUADRO 6 – Aspectos norteadores para os objetivos	103
QUADRO 7 – Critérios selecionados do elemento: Estrutura organizacional.....	106
QUADRO 8 – Incorporação de critérios selecionados do elemento: Estrutura organizacional.....	107
QUADRO 9 – Critérios selecionados do elemento: Política e procedimentos	108
QUADRO 10 – Incorporação de critérios selecionados do elemento: Política e procedimentos	108
QUADRO 11 – Critérios selecionados do elemento: Planejamento e avaliação	109
QUADRO 12 – Incorporação de critérios selecionados do elemento: Planejamento e avaliação	109
QUADRO 13 – Critérios selecionados do elemento: Bibliotecário.....	110
QUADRO 14 – Incorporação de critérios selecionados do elemento: Bibliotecário	111
QUADRO 15 – Critérios selecionados do elemento: Funcionários.....	112
QUADRO 16 – Alteração de critérios selecionados do elemento: Funcionários	120
QUADRO 17 – Critérios selecionados do elemento: Coleção	120
QUADRO 18 – Incorporação de critérios selecionados do elemento: Coleção representativa	121
QUADRO 19 – Critérios selecionados do elemento: Política de desenvolvimento de coleções.....	122
QUADRO 20 – Critérios selecionados do elemento: Política de reparação de acervos	123
QUADRO 21 – Resumo de critérios analisados para estabelecimentos de práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais	131
QUADRO 22 – Instrumento de validação de uma biblioteca prisional com práticas abolicionistas	133

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Homicídios de homens no Brasil	30
GRÁFICO 2 – Homicídios de mulheres no Brasil.....	31
GRÁFICO 3 – Homicídio por LGBTfobia.....	33
GRÁFICO 4 – Evolução numérica das pessoas privadas de liberdade entre 2000 e 2016 (em milhares)	37
GRÁFICO 5 – Comparativo racial entre população carcerária total e população encarcerada	39
GRÁFICO 6 – Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre pessoas privadas de liberdade, por tipo penal	41
GRÁFICO 7 – Quantidade de homicídios no Brasil (1996-2016)	42
GRÁFICO 8 – Morticídio por auto de resistência	43
GRÁFICO 9 – Morticídio por auto de resistência	56

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Crescimento das maiores populações carcerárias femininas do mundo	
.....	46

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de elementos da biblioteca de estabelecimento prisional	81
FIGURA 2 – Plano de execução de pesquisa	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Librarian Association)
ALIA	Australian Library and Information Association
BNB	Biblioteca Nacional de Brasília
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões
CBBP	Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas
CF88	Constituição Federativa do Brasil de 1988
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COBD	Col-legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistas
CPP	Centro de Progressão Penitenciária
CTC	Comissão Técnica de Classificação
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social da ONU
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
	LGBTQI+ Lésbica, Gay, Bissexual, Trans, Queer/Questionando, Intersexual, Assexuado, Agênero e demais categorias do universo não-heterossexual, cisgênero e/ou monogâmico
LEP	Lei de Execuções Penais
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
RES	Resolução
SPF	Sistema Penitenciário Federal
TED	Technology, Entertainment, Design
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SUMÁRIO	21
1 INTRODUÇÃO	24
1.1 EXPLANAÇÃO: SOCIEDADE, CÁRCERE E BIBLIOTECAS.....	24
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	25
1.3 OBJETIVOS.....	26
1.3.1 Objetivo geral	26
1.3.2 Objetivos específicos.....	26
1.4 JUSTIFICATIVA.....	26
2 REVISÃO DE LITERATURA	28
2.1 Colonialidade dos corpos e o controle a partir do Cistema-mundo	29
2.1.1 Genocídios e as violências que aniquilam corpos	32
2.1.2 Do epistemicídio.....	37
2.2 Encarceramento em massa no Brasil.....	39
2.2.1 Escravidão, cárcere e colonialidade	41
2.2.2 Lei de Drogas, crimes contra a propriedade e encarceramento em massa	43
2.2.3 Cistema prisional e escravidão: similaridades	46
2.2.4 Por alternativas abolicionistas	53
2.3 As bibliotecas e a democracia da informação.....	57
2.3.1 As Cinco Leis da Biblioteconomia.....	59
2.3.2 Público e Não-Público	64
2.3.3 Biblioteca e colonialidade	65
2.4 Bibliotecas prisionais.....	68
2.4.1 As cinco leis da biblioteconomia dentro da biblioteca prisional	70
2.4.2 Institucionalização das bibliotecas prisionais.....	74
2.4.3 Avaliação de bibliotecas	81

2.4.4	Instrumento de avaliação de bibliotecas prisionais	82
3	METODOLOGIA.....	87
3.1	Delimitação do estudo.....	87
3.2	Caracterização da pesquisa	87
3.2.1	Concepção filosófica	88
3.2.2	Tipo de pesquisa	88
3.3	Estratégia de pesquisa	89
3.3.1	Procedimentos metodológicos.....	89
4	ANÁLISE, RESULTADO E PROPOSTA.....	97
4.1	Identificação dos os elementos do instrumento de avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais já existe e se há necessidade de incorporar novos	98
4.1.1	Proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social (LEITE, 2016)	98
4.1.2	Documentos ALA, ALIA e IFLA	99
4.1.3	Cinco Leis de Ranganathan	100
4.2	ANÁLISE DOS ELEMENTOS IDENTIFICADOS	100
4.2.1	Documentos ALA, ALIA e IFLA	100
4.2.2	Incorporação de critérios abolicionistas ao formulário	108
4.2.3	Critérios de desenvolvimento e avaliação de biblioteca prisional a partir das 5 Leis da Biblioteconomia dentro do cárcere	127
4.3	Proposta de instrumentos de desenvolvimento e avaliação de bibliotecas prisionais.....	132
4.3.1	Público alvo:	132
4.3.2	Missão.....	132
4.3.3	Objetivos	133
4.3.4	Resumo dos critérios analisados	134
4.3.5	Proposta final de instrumento de validação de uma biblioteca prisional com práticas abolicionistas.....	136

IMPRESSÕES, POSSIBILIDADES E CONCLUSÕES	142
DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE A PARTIR DA DISCUSSÃO NA REVISÃO DE LITERATURA	142
ADEQUAÇÃO DE ELEMENTOS E CRITÉRIOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DESSAS ORIENTAÇÕES	144
PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO DE PRÁTICAS ABOLICIONISTAS	144
CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	145
GLOSSÁRIO.....	147
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE A - A UNIVERSALIZAÇÃO DA CATEGORIA MULHER	156
APÊNDICE B - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PERFIL DO USUÁRIO	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 EXPLANAÇÃO: SOCIEDADE, CÁRCERE E BIBLIOTECAS

À maioria das pessoas é impossível pensar numa sociedade sem cárcere e como ele se relaciona com sua vida. Para Ângela Davis (2018, p. 17), a prisão acaba com a responsabilidade de envolvimento sério “com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global”. Ou seja, mantem longe dos olhos os problemas sociais que não as pessoas não querem debater, principalmente o racismo estrutural.

O racismo possui diversos instrumentos de atuação, entre eles estão o genocídio – assassinato de uma comunidade perseguida –, o etnocídio – devastação e apagamento cultural de um grupo específico – e o epistemicídio – a perseguição e o silenciamento de conhecimentos não-hegemônicos. Esses três instrumentos atuam juntos na criminalização de comunidades. Considerando que o racismo está estruturalmente inserido na sociedade brasileira, a biblioteca não foge à regra. Tanus; Tanus (2018, p. 3906) entendem que a biblioteca “não está deslocada ou desvinculada do contexto histórico, político, econômico e social onde se insere”, ou seja, a ela é definida e delineada a partir da imposição de uma cultura dominante e incorpora dogmas, conceitos e práticas segregadoras.

Essa característica é agravada no caso de bibliotecas prisionais (bibliotecas de estabelecimentos prisionais) por tratar-se de um ambiente extremamente violento que é alimentado por políticas racistas onde encarcerados tem diversos direitos ignorados em favor do controle estatal de seus corpos. Esse controle se dá numa dialética com as opressões externas, que são exacerbadas e utilizadas para manutenção de um sistema¹ carcerário racista e punitivista.

Se alinhando a Angela Davis (2018), essa monografia considera que a única solução viável para o cárcere é a extinção completa da prisão a partir da prática de alternativas abolicionistas, ou seja:

¹ Corruptela proposta pela transfeminista Viviane Vergueiro, que demarca a presença da cisheteronormatividade em todo sistema decolonial. O conceito será mais aprofundado no início da Revisão de Literatura.

“uma constelação de estratégias e instituições alternativas, com o objetivo final de remover a prisão das paisagens sociais e ideológicas de nossa sociedade. Em outras palavras, não buscaríamos substitutos para a prisão semelhantes à prisão, como a prisão domiciliar monitorada por tornozeleiras eletrônicas. Em vez disso, colocando o desencarceramento como nossa estratégia global, tentaríamos imaginar um continuum de alternativas ao encarceramento” (Idem, 2018, p. 116)

As políticas racistas criaram o problema do encarceramento em massa e fazem diariamente a manutenção de violências sistematizadas para atingir comunidade criminalizadas (tanto física, intelectual, psicológica e financeiramente). Portanto faz-se necessário lançar um olhar sobre o cárcere a partir de sua criação e sua repercussão no funcionamento da biblioteca prisional, bem como uma proposta baseada em dinâmicas de justiça reparativa, que é a base do abolicionismo penal.

Apesar de a biblioteca prisional não ter competência para implementar o abolicionismo penal, propõe-se o seu alinhamento a essa prática voltando à base da biblioteconomia e defendendo uma democracia da informação a todas as raças, gêneros, classes, orientações sexuais ou outras marcas de opressão.

A ideia de que a biblioteca é um depósito de livros já está há muito ultrapassada. Ranganathan (c1963), formulador das Cinco Leis basilares da Biblioteconomia, estabeleceu em um novo paradigma na biblioteconomia em que o foco é os leitores e não a conservação dos livros. A partir de suas regras, surge a compreensão de que os livros são para ser utilizados de forma democrática por todos para que as mais diversas formas de conhecimento sejam proliferadas e fomentadas, inclusive de grupos socialmente perseguidos. Flusser (1980), Almeida Jr. (1997) e outros teóricos da área consideram que uma biblioteca verdadeiramente democrática precisa ser convertida num centro intelectual, onde tanto informações são disponibilizadas quanto a produção intelectual é incentivada.

É notável que a biblioteca prisional atualmente não está em condições de se desenvolver como um centro intelectual. Mesmo que sejam implementadas bibliotecas prisionais no Brasil inteiro, o atual modelo baseado na cultura hegemônica vai reproduzir violências ideológicas e ser convertido em mais uma forma de controle de mentes e corações. Portanto, considerando o racismo estrutural do sistema carcerário, a biblioteca precisa aplicar práticas abolicionistas para poder se tornar um centro intelectual – e isso se dará através do combate ao epistemicídio.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Considerando essa explanação, práticas de reconhecimento e fomento do trabalho intelectual de pessoas encarceradas precisam ser a referência de atuação das bibliotecas prisionais. Portanto essa monografia busca responder à questão: Quais são os elementos e critérios que devem orientar a aplicação de práticas abolicionistas dentro da biblioteca prisional?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Esse trabalho tem como objetivo propor um instrumento de desenvolvimento e avaliação de biblioteca prisional a partir de práticas abolicionistas.

1.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram realizadas as seguintes ações:

- Objetivo 1: Identificar os elementos instrumento de avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais já existe e se há necessidade de incorporar novos;
- Objetivo 2: Analisar os elementos identificados, considerando objetivos abolicionistas;
- Objetivo 3: Propor instrumentos de desenvolvimento e avaliação de bibliotecas prisionais a partir de uma perspectiva abolicionista.

1.4 JUSTIFICATIVA

A avaliação constante é uma forma eficiente de compreender e planejar uma biblioteca. Lancaster (2004, p. 1) entende que a avaliação é essencial para administração bem sucedida de uma biblioteca e é feita para “reunir dados úteis para atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”, respondendo questões específicas focando na melhoria do sistema.

A avaliação não pode ser realizada sem análise prévia do contexto social da biblioteca. Entendendo isso, Leite (2016) criou uma proposta de diretrizes internacionais de combate à exclusão social. Para tanto, a autora fez uma análise de como a biblioteca pode trabalhar pela superação da exclusão social, levantou a história e as legislações sobre bibliotecas prisionais e avaliou documentos de diferentes órgãos internacionais para delinear os critérios como resultado de seu conciso trabalho. Entretanto, por não ter feito parte dos seus objetivos, esse documento não considera aspectos raciais, de gênero e de outras marcas de opressão que adentram a biblioteca. Assim, verifica-se a oportunidade de incrementar o trabalho já realizado por Leite (2016) com um viés abolicionista.

2 REVISÃO DE LITERATURA

“se considerarmos seriamente a consequências de um sistema de justiça racista e preconceituoso, concluiremos que muitas pessoas estão na prisão apenas por serem, por exemplo, negras, *chicanas*, vietnamitas, nativas americanas ou simplesmente pobres, não importa sua origem étnica. Essas pessoas são mandadas para a prisão não tanto por causa dos crimes que de fato cometerem, mas principalmente porque suas comunidades foram criminalizadas. Assim, os programas de descriminalização teriam que levar em conta não só atividades específicas que foram criminalizadas – como o uso de drogas e trabalho sexual –, mas também populações e comunidade criminalizadas.”

Angela Yvonne Davis

A biblioteca existe através de e para pessoas, sendo assim seu caráter essencialmente social é inquestionável. É impossível pensar uma Biblioteconomia que dialogue com seus usuários sem considerar criticamente as possibilidades, as necessidades e quem são esses usuários, bem como a função da biblioteca e sua forma de atuação. Se guiando por essa máxima, essa revisão de literatura fez um movimento de macro para micro para analisar a situação da biblioteca prisional passando por quatro pontos centrais:

1. Colonialidade dos corpos e controle a partir do sistema-mundo: Entendendo que a formação sociopolítica brasileira carrega marcas da colonização, esse trecho faz um resgate de termos decoloniais para racionalizar a história anterior ao cárcere de grupos majoritariamente apenados;
2. Encarceramento em massa no Brasil: Explicar a atual situação do sistema carcerário, tendo em vista instrumentos institucionais que promovem sua superlotação, como preconceitos sociais que definem o perfil da população carcerária e as possibilidades de vida e existência dentro do cárcere - entendendo que as pessoas existiam antes do cárcere, existem durante e existirão depois, tendo que lidar com as marcas que os sistemas mundo e prisional criam nesses três momentos e;
3. As bibliotecas e a democracia da informação: Problematisa a atuação da biblioteca ante a colonialidade que molda as relações sociais e desenvolvimento das instituições brasileiras, levando em conta os dispositivos de poder criados pelo sistema-mundo;
4. Bibliotecas prisionais: Levanta informações importantes sobre a situação e história das bibliotecas prisionais, mantendo o foco em seu posiciona-

mento ante o epistemicídio e sua responsabilidade dentro do sistema carcerário.

2.1 COLONIALIDADE DOS CORPOS E O CONTROLE A PARTIR DO SISTEMA-MUNDO

O Brasil é um país globalizado, Segundo o IBGE mais de 87% da população usa celular, mais de 50% usa internet. Os meios de comunicação quebraram barreiras geográficas quando o assunto é interação humana e permitem que uma moradora da Rajadinha² converse com um rapaz de Amsterdã. Para se compreender à realidade brasileira, é necessário ressaltar que a globalização é efeito histórico do colonialismo e do capitalismo e, por consequência, atravessada pela colonialidade. Por que é importante falar da colonização? Porque aconteceu há pouco tempo e deixou profundas marcas nos países colonizados. O Brasil, por exemplo, deixou oficialmente de ser colônia há apenas 196 anos. Antes, o governo era essencialmente europeu e completamente voltado aos interesses de Portugal. Para Quijano (2005), a “globalização em curso é [...] a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Portanto, se faz essencial ponderar os efeitos da colonização imposta no Brasil para descrever a situação das relações sociais definidas pela colonialidade.

Para entender melhor, usaremos a compreensão dos colombianos Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) do mundo, que utilizam dois termos distintos para explicar os diferentes processos de dominação europeia:

O “colonialismo” se refere ao processo e aos aparatos de domínio político e militar que se implantam para garantir a exploração do trabalho e as riquezas das colônias em benefício do colonizador. [...]

A “colonialidade” é um fenômeno histórico muito mais complexo que se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a re-produção de relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração pelo Capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, mas também a subalternização e obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vida dos que são

² Rajadinha é um núcleo rural da cidade de Planaltina - DF

dominados e explorados. (RESTREPO E ROJAS, 2010, p. 15) [Tradução da autora]

Ou seja, o colonialismo é próprio da conquista, já a colonialidade é caracterizada pela dominação europeia posterior (ideológica, artística, de pensamento, etc). De acordo com Michael Foucault (2000)³, o poder se exerce a partir de um conjunto de dispositivos organizados para manter a dominação. O colonialismo definiu dispositivos específicos para possibilitar e manter relações de dominação social impostas pela conquista que, posteriormente, serviram de matriz para a colonialidade (RESTREPO; ROJAS, 2010).

A transfeminista Viviane Vergueiro – em sua tese “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes” – analisa dispositivos de controle que classificam e subjulgam corpos de acordo com sua proximidade ao padrão colonialmente estabelecido. Esta socióloga brasileira adiciona a problemática da cisheteronormatividade ao conceito “sistema-mundo” do porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008) e desenvolve o termo “Cistema-mundo”:

‘Cistema-mundo’, uso-a enquanto referência a Grosfoguel (20[08], 339), que caracteriza um “[c]istema-mundo ocidentalizado/ cristianocêntrico moderno/ colonial capitalista/ patriarcal” que produz “hierarquias epistêmicas” em que – na leitura específica [de sua] dissertação – perspectivas não-cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’.

Para Vergueiro (2015) a “cisgeneridade é um conceito pensado ‘a partir’ das críticas ao gênero como um conceito binário [homem/mulher], essencializado [formado por discursos que nomeiam sua essência a partir do determinismo biológico⁴] e estável [permanente, não fluído]”. A cisnormatividade é o que define o ser cisgênero⁵ como um padrão fixo, então corpos fora desse padrão são um “problema” para o cistema.

Para a transfeminista, é preciso entender a cisnormatividade como “um conjunto de dispositivos de poder colonialista sobre as diversidades corporais e de gênero,

³ Ver glossário

⁴ Podemos notar uma proximidade com o discurso do determinismo biológico colonial de Oyeronke Oyewumi.

⁵ Cisgêneros são pessoas que se identificam com o gênero que lhe é atribuído a partir de suas genitálias

sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais”. Sendo assim, historicamente, o sistema vem articulando diversas violências sob corpos e pensamentos não-cis, se adaptando de acordo com o ambiente em que funciona (família, escola, literatura, Academia, prisão, etc.).

Dentro desse sistema, não há hierarquia de opressões. Audre Lorde (2015)⁶, exemplifica como funciona na prática as opressões sob uma corporalidade:

“Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negr[ati]s, porque milhares de lésbicas e gays são negr[ati]s.”

Em seu relato, Audre Lorde (2015) compreende o caráter interseccional da defesa da democracia que precisa lidar virtualmente com todas as opressões, pois uma minoria política é delineada e atingida por todos os dispositivos de controle (raça, gênero, capacitismo, etc) utilizados de forma individual e coletiva, sobre mentes e corpos.

Quijano (2005), ao analisar como a colonialidade do poder se desenvolve na América Latina, entende que o principal dispositivo de poder é a ideia de raça: “uma supostamente distinta estrutura biológica que colocava a uns uma situação natural de inferioridade em relação a outros.” Essa criação da ideia de raça instituiu identidades sociais historicamente novas (indígenas, negros, brancos, mulheres⁷) e ressignificou outras que antes se referiam à origem geográfica (americano, europeu, grego, africano, etc.), assim definindo posição de poder dentro das relações geopolíticas. Sendo assim, os colonizadores europeus brancos concentram o poder sobre os dominados indígenas, africanos, asiáticos e demais povos das terras colonizadas.

É necessário salientar que essa criação de identidades historicamente *novas*, apontada por Quijano (2005), dialoga com a perspectiva central da tese de doutorado “A construção do não-Ser como fundamento do Ser” da brasileira Sueli Carneiro, pois ambos compreendem que a existência da identidade “branco” só é possível an-

⁶ “Um projeto de lei congressional de 1981 revogando leis federais que promoviam direitos iguais para as mulheres, incluindo atividades co-educacionais relativas às escolas e proteção para mulheres agredidas, e provendo incentivos fiscais para mulheres casadas para ficarem em casa”

⁷ Para compreender como se deu a construção da identidade “mulher” a partir da colonização, ver Apêndice A – A universalização da categoria mulher.

te a “negra”, “indígena”, “asiática”, etc. Trata-se de uma lógica de contraposição definida pela ‘criação das raças’, ou seja, o Ser só pode ser uma coisa e sua definição depende da existência da outra. Para Quijano (2005, p.108) a ideia de raça “demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero”. Se baseando em Foucault, Carneiro (2005, p.43) constata que o “dispositivo de racialidade, ao demarcar o estatuto Humano como sinônimo de brancura irá, por consequência, redefinir todas as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a sua proximidade ou distanciamento desse padrão”, ou seja, tudo precisa ser validade por esse brancura, a branquitude.

2.1.1 Genocídios e as violências que aniquilam corpos

A demonstração máxima das opressões sistêmicas pode ser identificada nos genocídios praticados na colonização e, posteriormente, continuados pelo Estado. A palavra “genocídio” surgiu a partir da união do termo grego “genós”, que significa “raça, povo, tribo ou nação”, com o latino “caedere”, que significa destruição, aniquilamento ou ruína. Sendo assim, genocídio significa o aniquilamento de uma raça.

Grosfoguel (2016, p. 31) entende que os principais genocídios do séc. XVI são:

1. contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”; 2. contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; 3. contra africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e 4. contra as mulheres que praticavam e transmitam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas.

a) Genocídio indígena

No contexto da colonização brasileira, o genocídio de indígenas americanos e povos do continente africano foi bem marcante. Segundo a Cartografia de Ataques Contra Indígenas (CACI⁸) do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 1986 a 2018 foram registradas 1071 assassinatos violentos. Essa rede coleta notícias da grande mídia e registros oficiais, o que possibilita que vários casos não estejam no

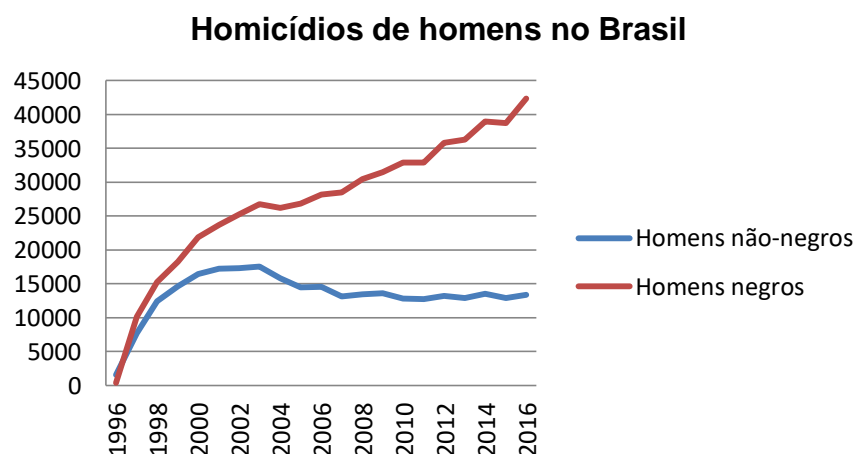
⁸Caci significa “dor” em Guarani.

levantamento⁹. A CIMI aponta mortes de importantes lideranças políticas indígenas, o que lembra à tática colonial de capturar e executar reis e líderes locais para facilitar a dominação mental e corporal de um povo.

b) Genocídio negro

O genocídio da população negra é uma realidade atual no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência (2017), criado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a população negra é o maior alvo de violência no Brasil. Nos Gráficos 1 e 2 é possível visualizar a situação dos morticídios no Brasil por raça e gênero.

GRÁFICO 1 – HOMICÍDIOS DE HOMENS NO BRASIL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2016, 2018).

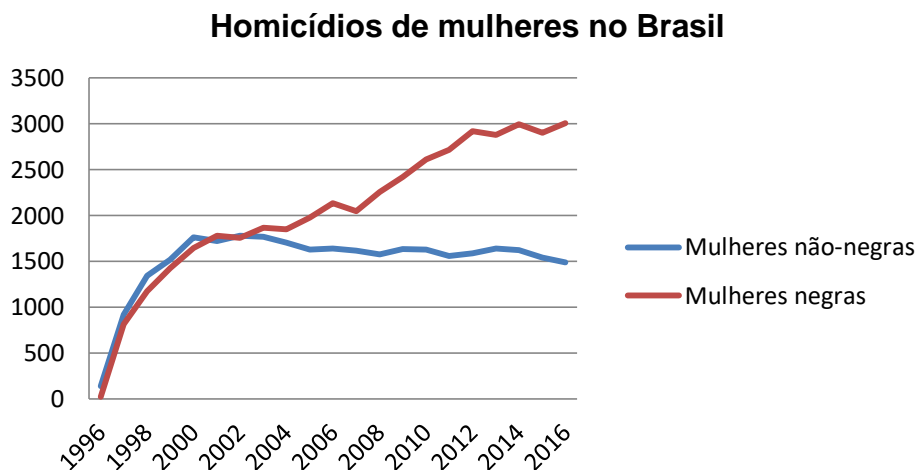
É chocante como, historicamente, os homens negros são mais assassinados que não-negros (brancos, amarelos e indígenas). De acordo com os dados analisados, a cada 12 minutos um homem negro é assassinado no Brasil, somando aproximadamente 116 assassinados por dia, resultando 42.354 por ano.

O Gráfico 2 mostra como mulheres negras vem sendo mais assassinadas que não-negras. Apesar da quantidade dos casos ser inferior à do gráfico masculino, existe uma tendência de crescimento contínuo da taxa de homicídios de mulheres

⁹ Não encontrei dados sobre a quantidade de indígenas assassinados no processo de colonização.

negras enquanto a de mulheres não-negras diminui. A mortandade negra cresceu mais que o dobro da não-negras.

GRÁFICO 2 – HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2016, 2018).

De acordo com o Atlas da Violência (2017), jovens negros são as principais vítimas de mortandade no país. Em 2017, 71 pessoas eram negras a cada 100 pessoas assassinadas. Para Carneiro (2015, pág. 92) existe uma “indiferença para com essa mortandade de negros [que] encontra o seu contraponto na indignação que assola o país quando a vítima da violência são pessoas brancas das classes superiores”, ou seja, o genocídio de pessoas negras vem se desenvolvendo historicamente sem ter como barreiras políticas públicas ou a comoção social em busca de justiça.

c) Violência perpetrada por parceiros íntimos

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002, 34) da Organização Mundial de Saúde (OMS), revela que a possibilidade de ser vítima de violência é maior para mulheres jovens das classes socioeconômicas mais baixas se comparadas às de classes mais altas e que, no caso de violência doméstica, “os índices de abuso são mais altos no caso de mulheres cujos maridos ou apanharam quando criança ou viram suas mães apanharem” (OMS, 2002, p. 113). O levantamento aponta que a

violência de homem contra mulher é maior que em caso inverso ou entre casais LGBTQI+, e que o problema se tornou universal. A violência física vem acompanhada da violência psicológica e sexual, sendo as três praticadas múltiplas vezes. De acordo com o Mapa da Violência, o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo, ocorrendo 13 mortes por dia por feminicídio.

Segundo a Secretaria de Políticas Públicas para mulheres, através do disque 180¹⁰, as ocorrências de violências contra as mulheres continuam. Até Julho de 2018, foram recebidas 72.839 queixas, sendo 3 casos de assédio no esporte, 40 casos de violência obstétrica, 102 casos de tráfico de pessoas, 899 casos de homicídio, 1.447 casos de violência moral, 2.611 casos de cárcere privado, 3.381 casos de violência moral, 5.978 casos de violência sexual, 24.378 casos de violência psicológica e 34 mil casos de violência física.

De acordo com a OMS (2002, pág. 98) a mulheres que sofrem abuso não são vítimas passivas e buscam formas de aumentar sua segurança e a dos filhos. Geralmente a resposta aos abusos é definida a partir das possibilidades presentes às mulheres: algumas fogem, outras tentam atender às demandas do marido e minimizar a frequência dos episódios violentos, outras pedem ajuda, etc. O levantamento aponta que preocupação com as crianças, dependência emocional, falta de apoio familiar, dependência financeira e esperança que o companheiro mude são fatores que mantêm mulheres em relacionamentos violentos. Um fator muito específico de países 'emergentes' que impede a busca por ajuda é o medo do ostracismo social. A priori, essas mulheres buscam ajuda em parentes e amigos, raramente se dirigindo à polícia, o que afeta a precisão na coleta de dados.

d) Genocídio LGBTQI+

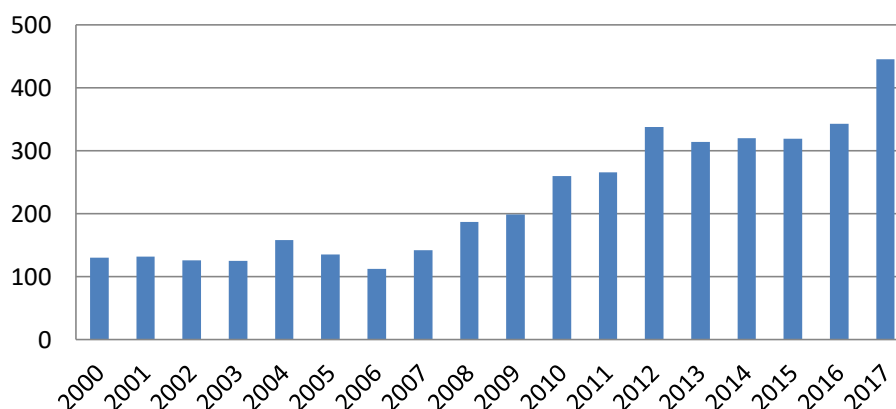
Há 38 anos o Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza o levantamento de homicídio por LGBTfobia, em que mata-se uma pessoa LGBTQI+ por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, pois não existe nenhum trabalho do governo que busque documentar ou estudar essas violências. Inicialmente o GGB coletava dados de jornais ou revistas, mas, atualmente com a internet e as redes sociais, o levantamento ficou mais hábil. Os responsáveis realizam pesquisas com palavras-chave

¹⁰ Serviço público da Secretária de Políticas para Mulheres que recebe e acolhe denúncias de violências contra a mulher orientando a vítima e envolvidos sobre os procedimentos legais adequados

específicas e analisam a informação recuperada para verificar se o caso realmente envolve LGBTfobia. Porém, quando o caso não tem repercussão midiática ou o GGB é avisado por alguma organização ou pessoa, ele entra para as estatísticas apenas como um crime comum.

Segundo dados do levantamento, houve um crescimento de 342% dos homicídios por lgbtfobia no período de 2000 (130 casos) a 2017 (445 casos).

GRÁFICO 3 – Homicídios por LGBTfobia



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Grupo Gay da Bahia (2017).

No Gráfico 3 é possível notar o crescimento do morticídio LGBTQI+. Das 445 mortes em 2017, 43,6% (194) eram gays, 42,9% (191) trans, 9,7% (43) lésbicas, 1,1% (05) bissexuais e 2,7% (12) heterossexuais, sendo esses assassinados por serem parentes ou estar envolvido com LGBTQI+. Sobre a execução, 136 episódios através de armas de fogo, 111 armas brancas, 58 suicídios, 32 por espancamento e 22 por asfixia. Dos casos, 56% (249) ocorreram em áreas públicas e 37% (196) na casa da vítima. De acordo com o relatório, morticídios de travestis costumam envolver tiros ou por espancamento enquanto o de gays esfaqueamento e asfixia dentro de duas casas.

Segundo a TransgenderEurope (TGEU, 2016), o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, sendo responsável sozinho por 868 (50,73%) dos 1,711 morticídios trans da América do Sul. De acordo com o GGB, no Brasil houve aumento de 6% nos homicídios de pessoas trans, passando de 37% para 42,9% dos casos em 5 anos. Considerando que a população gay brasileira gira em torno de 20

milhões de brasileiros e a trans não ultrapassa 1 milhão, o risco de uma pessoa trans morrer por transfobia é 20 vezes maior que o de um gay.

Todos esses genocídios possuem dois constantes associados: o etnocídio e o epistemicídio. Enquanto o genocídio ataca diretamente corpos; o etnocídio destrói a cultura e a identidade dos marginalizados e o epistemicídio elimina seus saberes. Nessa trindade de destruição, os dois últimos atacam diretamente a memória e a história de todos os marginalizados pelo sistema.

2.1.2 Do epistemicídio

Em 2009, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie foi convidada para palestrar no TED-Talks e apresentou o discurso conhecido como “Perigo da História Única¹¹”. Ela descreveu como o precoce contato intensivo com livros britânicos moldou sua forma inicial de escrever livros - criando sempre personagens brancos, que comiam maçãs, bebiam cerveja de gengibre e brincavam na neve. Apesar de nunca ter saído da Nigéria, quando criança Chimamanda imaginava e desejava viver como os ingleses dos livros. Até que conheceu livros nigerianos, com os quais imediatamente se identificou e percebeu uma nova possibilidade de escrita que até então não cogitava ser possível. Apesar da admiração por obras inglesas, o acesso a livros representativos a fez perceber que pessoas como ela (negras, nigerianas, que comem manga, de cabelo crespo e que não se importam com o clima) podiam existir dentro do universo literário. Ou seja, antes de ter contato com livros nigerianos, a autora pensava que a única possibilidade de narrativa era a europeia.

Para a brasileira Sueli Carneiro (2005) e o peruano Aníbal Quijano (2005), o dispositivo racial (ou ideia de raça) foi um instrumento que validou relações sociais baseadas em dominação para implantação e manutenção da colonização. Somando a identidade europeia como um padrão a ser atingido – sendo essa apresentada como o oposto à identidade da América e outras regiões colonizadas – com a organização colonial do mundo pela expansão europeia, produziu-se um conceito eurocêntrico de Ser Humano, arte e conhecimento e, assim, o dispositivo de raça se desenvolve como um elemento naturalizador dessas relações de dominação da ex-

¹¹ Original: *The danger of the single history* (O perigo da história única)

pansão europeia (Carneiro, 2005, p.106). É o que aconteceu no caso de Chima-manda.

Nessa linha de raciocínio decolonial, o português Boaventura de Sousa Santos (1995) detecta uma batalha epistemológica oriunda dos genocídios e etnocídios da colonização e, ao analisar especificamente a forma como se dá a produção de conhecimento, revela a constante presença de uma terceira forma de violência: o epistemicídio. Segundo este pesquisador:

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século [XX], a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (SANTOS, 1995 apud CARNEIRO, 2015, p. 96).

Com essa definição, o português identifica a Europa como o continente conquistador inicial e os Estados Unidos da América como uma potência dominadora em terras conquistadas, que agem subordinando ideologicamente e economicamente países colonizados. Assim sendo, a “‘brancura’ passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, etc. Ou seja, o branco [é] a cultura, a civilização - em uma palavra - a humanidade” (NOGUEIRA, 1998, p. 101-102).

O controle dos corpos e identidades de gênero inconformes (não cisheteronormativos) também atinge as possibilidades de existência a partir das condições de vida e de validação e produção de conhecimento. Carneiro (2005) parte da conceitualização de epistemicídio de Santos e a desenvolve na realidade da população negra brasileira:

Para nós [negros], porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pel[o impedimento] ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos domina-

dos sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado [conhecimento branco]. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a *sequestra*, mutila a capacidade de aprender, etc.

É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela [recusa] da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos é imposta.

Sendo, pois, um processo persistente de produção de inferioridade intelectual ou da [rejeição] da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/ normalizar e matar ou anular. É um elo de ligação que não se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações. (CARNEIRO, 2015, p. 97)

Na palestra de Adichie (2009), nota-se a abrangência mundial do epistemicídio negro, a similaridade de atuação e a possibilidade de revertê-lo: Adichie se tornou referência internacional da literatura nigeriana e preza pela preservação de uma narrativa decolonial. De acordo com Carneiro (2015), no Brasil o epistemicídio ocorre de forma contínua desde as baixas condições de escolaridade até o favorecimento de produções brancas em detrimento das negras¹², o que fortalece e alimenta uma imagem de que o negro é um ser humano incompleto (não-ser ou O Outro) afetando tanto a saúde mental negra quanto fazendo a manutenção do sistema – constituindo assim um assassinato da razão negra. Que quando o negro consegue ultrapassar esses obstáculos, dá de cara com o preconceito de ser rotulado como “a coisa que fala”, pois, a branquitude reconhece a categoria do Outro como um objeto de estudo e não um ser cognoscente. Assim, o conhecimento do Ser passa a ser definido a partir da contraposição com o conhecimento do não-Ser. Essa objetificação do negro “se constitui em um espaço de disputa de saber e poder para brancos e entre brancos, o que em contrapartida descarta o negro da condição de produtor de saber e detentor de poder” (CARNEIRO, 2005, p. 59).

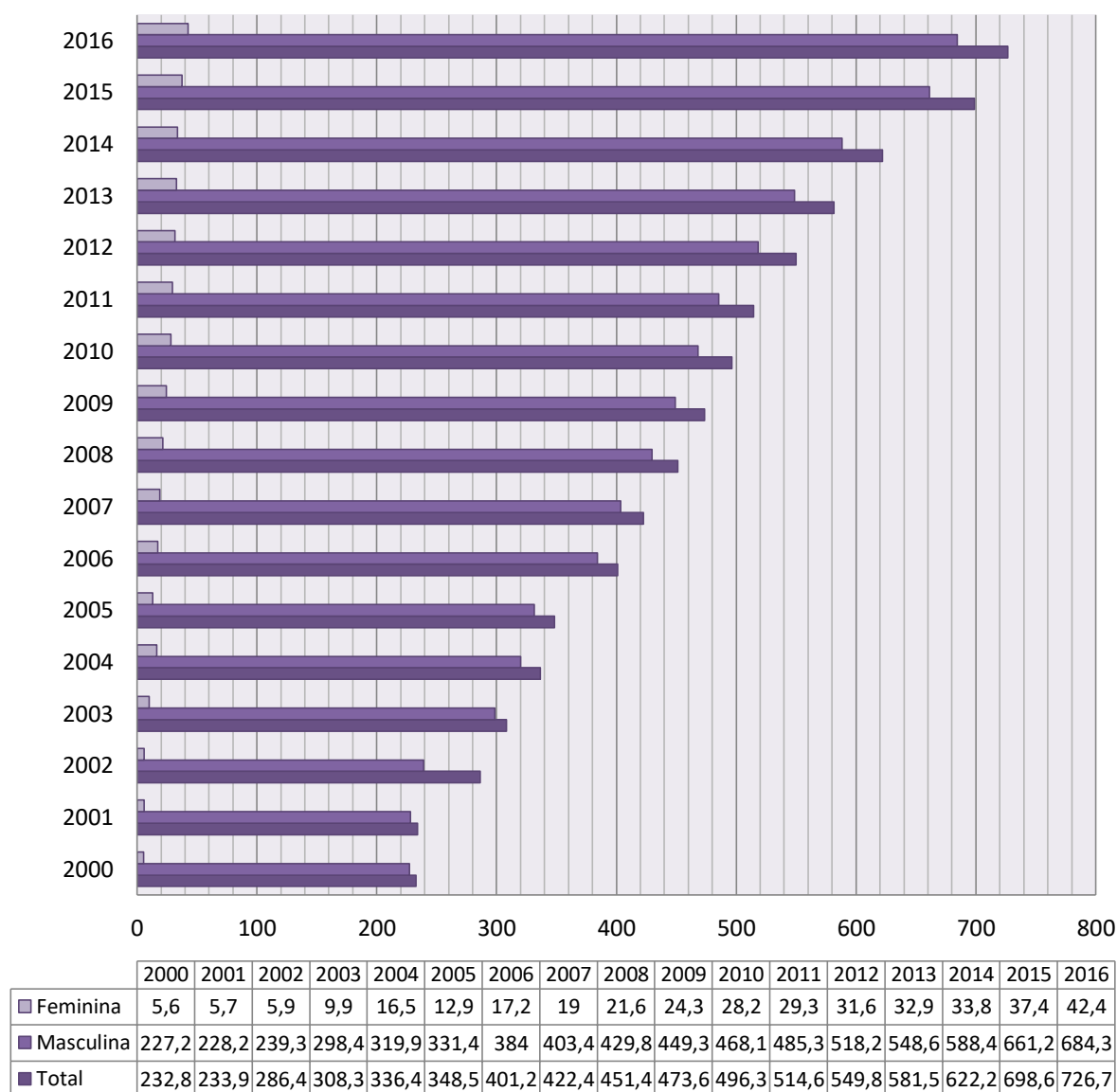
2.2 ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016), no período de 1990 a 2016 houve um crescimento de 707% da população prisional brasileira. O que era 90 mil em 1990, passou para 726,712 em

¹² Tanto que houve a necessidade de se estabelecer a Lei nº 10.639, de 2010, que obriga os ensinos fundamental e médio a incluir temáticas afro-brasileiras no currículo.

2016. A partir de 2000 a DEPEN começou a diferenciar a população feminina da masculina em seu estudo. De 2000 a 2016 houve um crescimento de 293% dos apenados masculinos, enquanto o feminino chegou a 656%, representando mais que o dobro da taxa masculina. O Gráfico 4 permite visualizar a diferença entre os dois grupos:

GRÁFICO 4 – Evolução numérica das pessoas privadas de liberdade entre 2000 e 2016 (em milhares)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN,(2016, 2018).

Em 2016 a população carcerária era de 726.712, sendo que o sistema prisional possuía apenas 368.049 vagas; ou seja, a população carcerária era quase o dobro do que o Estado pode encarcerar. Em 2014 o Brasil possuía a 4ª maior população carcerária do mundo, em 2016 passou para o 3º lugar no ranking mundial.

2.2.1 Escravidão, cárcere e colonialidade

Historicamente, a relação de pessoas negras com o sistema de justiça é profundamente determinada pelo racismo. Segundo Juliana Borges (2018):

“[No Brasil], historicamente, quando as leis criminais são aprovadas, sempre há uma diferenciação no tratamento para o encarceramento, para a punição de pessoas negras, sejam elas libertas ou escravizadas. As políticas e o estabelecimento do que deve ser criminalizado ou não acaba tendo um recorte racial.”

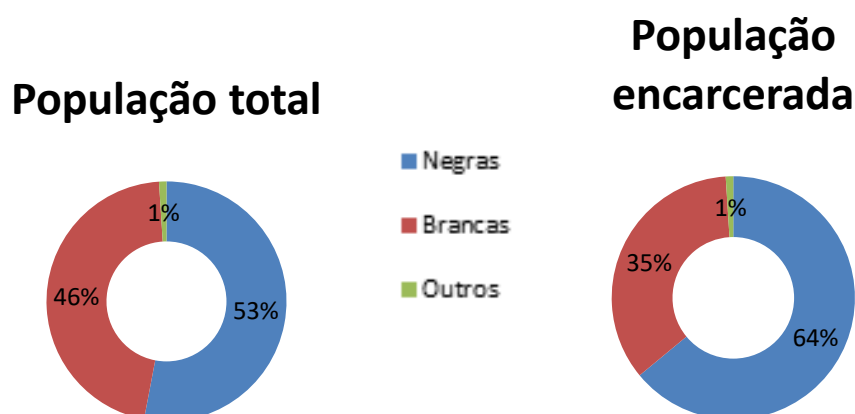
Angela Davis (2018, p. 45) aponta que sistemas penais foram implementados nas colônias como um componente de domínio colonial, onde as leis asseguravam a poder socioeconômico dos países colonizadores. Durante a escravidão, os escravizados detidos tinham suas penas aplicadas no âmbito privado pelo ‘senhorzinho’, que por sua vez diferenciava os castigos de acordo com os gêneros impostos: a homens eram determinados castigos corporais, fome e outros tipos de tortura; mulheres tinham que lidar com todas essas e as específicas para corpos femininos (como estupro, venda de filhos, castigos por ‘baixa produtividade’ em período gestacional, etc.). Homens escravizados eram estuprados como último recurso e de maneira pública para o senhorzinho “reestabelecer” o controle no caso de fugas ou revoltas.

Dois anos após a Lei Áurea, foi aprovada a chamada “Lei de Vadiagem” do Código Penal de 1890, que determinava contravenções penais, incluindo encarceramento e prisão, para mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Segundo Juliana Borges (2018), com a abolição, ex-escravizados migraram para cidades urbanizadas em busca de melhores condições de trabalho. Segundo Sueli Carneiro (2005), as mulheres negras se tornaram quituteiras, trabalhadoras domésticas e outras profissões ligadas à limpeza e à cozinha. Borges (2018) ressalta que os homens negros ficaram sem empregos formais porque o país começou a importar mão-de-obra europeia para não empregar negros. Somando ao fato da capoeira e de terreiros serem

proibidos, cria-se um processo de encarceramento de negros no Brasil pós-abolição através dessa Lei da Vadiagem.

Ante esse histórico, é preciso se determinar por quem, para quem e por que determinadas leis são criadas: Segundo o Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros de 2018, a maioria dos magistrados é branca (80,3%), masculina (62%), casada com mulheres (86%), tem filhos (86%) e é cristã (57,7%). Já o Infopen nos mostra que a maioria das pessoas encarceradas é negra (64%), tem de 18 a 30 anos (55%), não completou o ensino fundamental (61%), solteira (60%), masculina (94%) e possui pena (60%). O Gráfico 5 mostra a diferença entre a população carcerária total e a população encarcerada:

GRÁFICO 5 – Comparativo racial entre população carcerária total e população encarcerada



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, 2016.

No Gráfico 5 nota-se que a quantidade de pessoas negras que são encarceradas aumenta enquanto a de brancas diminui em 11%, o que indica uma tendência de brancos poderem cumprir sua pena em regime aberto enquanto corpos negros são enviados para trás das grades.

Se faz necessário perceber algumas informações qualitativas sobre as populações representadas no Gráfico 5: Além de ser a população mais encarcerada, a população negra também é a mais assassinada no Brasil e a que quantitativamente mais sofre com o epistemicídio. Esses dados denunciam a existência de um processo estatal de violações, segregação, encarceramento e assassinato vigente sob corpos negros, o racismo institucionalizado. E esse processo só é possível por causa das permissões dentro das legislações racistas.

2.2.2 Lei de Drogas, crimes contra a propriedade e encarceramento em massa

Em 2006 foi aprovada a alcunhada Lei das Drogas (Lei 11.343/2016), que des-criminalizou o usuário, entretanto definiu condições mais severas para o tráfico privilegiado. Essa lei determina que a definição de usuário ou traficante passa a ser responsabilidade do agente policial, que, de acordo com Borges (2018), é formado por uma instituição que fomenta o estigma do criminoso ser “o jovem, homem negro, que vai ser visto como traficante e não usuário. Então, de fato, até temos uma redução do encarceramento, mas de quem? De pessoas brancas.” E um intenso encarceramento da população negra. Após a instauração da Lei de Drogas (2006) até 2016, houve um crescimento de homens aprisionados em 178,2% e o de mulheres em 246,51%. Enquanto 62% das mulheres estão presas por crimes ligados ao tráfico, homens são apenas 26%.

2.2.2.1 DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO DOS CRIMES TENTADOS/CONSUMADOS ENTRE OS REGISTROS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, POR TIPO PENAL

Os dados apontam que essa política anti-drogas tem como alvo pessoas negras, e, especificamente, mulheres. Ao ocupar pequenos cargos na vitrine do varejo do tráfico (avião, mula, etc), as mulheres são de fácil substituição. Assim, logo que uma é encarcerada, outra é colocada em seu lugar. O Instituto Terra Trabalho e Cultura (2010) aponta o principal aspecto encarcerador da Lei de Drogas: deixar a cargo dos policiais a identificação de possíveis traficantes, pois o vínculo do entorpecente com a pessoa é estabelecido pelos policiais responsáveis pela apreensão, e a casos que ocorre mesmo que o acusado não esteja em posse do entorpecente.

GRÁFICO 6 – Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre pessoas privadas de liberdade, por tipo penal



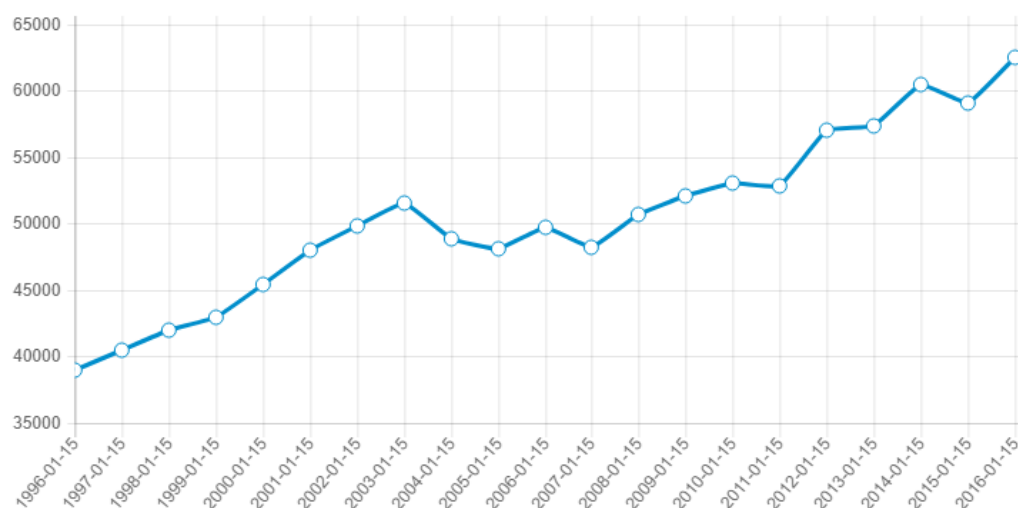
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, Junho, 2016.

Outro ponto importante é o tipo de crime dominante: De acordo com o INFOPEN (2016), há mais encarceramento por tráfico (28%) e crimes contra a propriedade (37%) do que por crimes contra a vida (11%) ou dignidade sexual (1%). Ou seja, a legislação não está focada em proteger a vida das pessoas, mas sim seus objetos e impedir o uso de drogas ilícitas.

Anualmente o Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (IPEA) atualiza o Atlas da Violência no Brasil. De acordo com a pesquisa, houve um crescimento significativo de homicídios no Brasil no período de 2007 a 2016. No gráfico abaixo, é possível perceber o crescimento contínuo de 1996 a 2002, uma queda que só volta a crescer significativamente em 2008 e continua até 2016. Segundo a CPI do Senado sobre Assassinato de Jovens, em 2016 a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil (63 jovens por dia)¹³.

GRÁFICO 4 - Quantidade de Homicídios no Brasil (1996-2016)

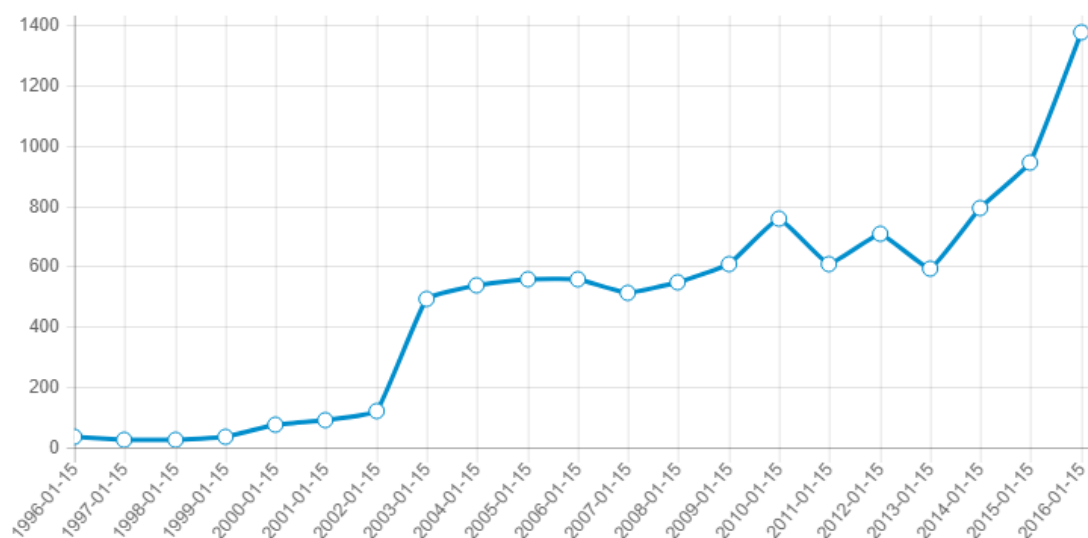
¹³ Os dados da Anistia Internacional são muito superiores aos apresentados pelo IPEA.



Fonte: IPEA, 2018.

Falecimentos por “auto de resistência” são execuções realizadas por forças oficiais do Estado em caso de conflito. Entretanto a Anistia Internacional (2016, p. 84) aponta para a grande quantidade de casos em que a prioridade do Ministério Público é estabelecer a vinculação do morto com o tráfico ao invés de verificar as condições de seu assassinato. Sendo assim, muitos casos são arquivados com a justificativa de ligação com tráfico de drogas e policiais não são investigados, o que assinala um padrão impunidade e prescrição de crime para agentes policiais e a naturalização da classificação de vidas possíveis traficantes como descartáveis. Teoricamente civis atingidos em situações de conflito não entram na contagem, entretanto a diferenciação entre civil e traficante é nebulosa. Abaixo segue um gráfico quantitativo dos falecimentos cometidos pelo Estado:

GRÁFICO 9 - Morticídio por auto de resistência



Fonte: IPEA, 2018.

Outra questão é que os homicídios e casos de violência crescem vertiginosamente (veja dados da seção “2.1.1 Genocídios e violências que aniquilam corpos”) enquanto a quantidade de presos por esses crimes é baixa. Com esse contexto, é notável a percepção que Segurança Pública está focada em cuidar de propriedades e encarceramento de pessoas negras e pobres, não da qualidade de vida das pessoas.

2.2.3 Cistema prisional e escravidão: similaridades

Davis (2018) aponta algumas similaridades do cárcere com a escravidão que são aplicáveis à conjuntura brasileira:

- Isolamento social: assim como a escravidão, pessoas encarceradas não tem livre acesso à sociedade, podendo ser completamente excluídas (regime integral) ou parcialmente (regime semi-aberto/aberto);
- Habitat imposto: Pessoas encarceradas não escolhem o local onde ficarão presas. Isso fica à mercê do sistema prisional e das condições do local (lotação, gênero abarcado, etc). Elas podem apenas fazer uma solicitação de mudança de local. E as condições das cadeias e penitenciária dependem integralmente do sistema;
- Possibilidades de existência dependentes de terceiros: Tudo na vida de um encarcerado depende do sistema e seus agentes, desde manuten-

ção da higiene à alimentação e socialização. Quando o sistema não provê o necessário, o encarcerado precisa recorrer a parentes e amigos para levar comida, papel higiênico, etc;

- Retirada de direitos: Ao encarcerar, não é apenas o direito de ir e vir que é suspenso, e sim vários outros são limitados ou retirados. Por exemplo: o direito ao voto de presos não julgados, acesso livre à informação, tratamentos médicos, etc.

Outros aspectos observáveis são:

- Direito ao voto: Pessoas encarceradas não podem votar, assim como aos escravos era proibida voz na política;
- Ações que aprisionam pessoas negras são julgadas, majoritariamente, por pessoas brancas;
- Maternidade no cárcere e Lei do Ventre Livre: Mulheres grávidas podem ficar com seus filhos até o desmame, depois eles são retirados do seu convívio e levados embora enquanto a mãe não tem nenhum poder de decisão.

De acordo com dados do IPEA (2018), pessoas negras são as mais assassinadas (taxa de crescimento masculina de 40,2% enquanto a branca é de 16%, e feminina aumentou 15,4% enquanto a branca caiu 6%), estupradas (56,3%) e com piores índices de educação no Brasil e, segundo o INFOPEN 2016, são as mais encarceradas (64%). Historicamente, o Brasil aprovou legislações que tem como alvo o encarceramento de pessoas negras, que também estão na mira de constantes violências. Isso aponta para a possibilidade de que não apenas há racismo institucional do sistema criminal, mas também existe uma tendência desse sistema ser criado a partir do racismo instalado pela colonização e aperfeiçoado de acordo com a democracia da colonialidade.

2.2.3.1 CÁRCERE E GÊNERO FEMININO

Angela Texeira Artur, em sua tese de doutorado “Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios, freiras” (2017) traça uma narrativa histórica da criação

dos presídios femininos no Brasil: até no final do século XIX as penas femininas eram atenuadas por causa da “natureza frágil” das mulheres, entretanto o cárcere ocorria, mas era aplicado por diferentes instituições: cadeias públicas, manicômios e conventos para as mulheres serem “domesticadas”. Em linhas gerais, as aprisionadas julgadas reabilitáveis recebiam cursos de serviços domésticos para estarem aptas ao retorno à sociedade. Os cursos formariam boas esposas brancas ou boas empregadas domésticas negras/pobres.

Até meados do século XX, era comum mulheres serem aprisionadas junto de homens e a segurança ser realizada por homens cisgênero, o que possibilitava diversas violências e abusos tanto de detentos quanto de funcionários. As primeiras iniciativas de regulamentação do encarceramento feminino surgem no séc. XX. Em 1940, o 2º parágrafo do Art. 29º do Código Penal determinou que “mulheres cumpram pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”. É nesse período que se inicia o processo de separação de celas por gênero. A inclusão de mulheres no sistema prisional é traduzível na imposição de violências institucionais antes definidas apenas a homens, em específico a homens negros. Davis (2018, p. 70) observa que:

Embora os homens constituam a ampla maioria dos prisioneiros no mundo, aspectos importantes da operação de punição estatal são ignorados quando se presume que as mulheres são marginais e, portanto, não merecem atenção.

A integração das mulheres em presídios não considerou necessidades básicas femininas, sendo necessário adaptar as cadeias e presídios para encarcerá-las. Em 1941 é instituída em São Paulo o Presídio de Mulheres, no Complexo do Carandiru, que virou a Penitenciária Feminina da Capital. Em 1942, no Rio de Janeiro, é criada a Penitenciária de Mulheres, que passou a ser chamada de “Presídio Feminino Talavera Bruce” e passaram a surgir outros presídios femininos pelo país. Em 2016, o INFOPEN contabilizou a existência de apenas 7% dos presídios brasileiros sendo femininos e 17% mistos.

A Tabela 1, criada pelo INFOPEN-Mulheres, mostra a população carcerária feminina dos 12 países que mais aprisionam mulheres no mundo. Em maio de 2018, o Brasil tem 42.355 mulheres cis encarceradas, possuindo assim a 4ª maior popula-

ção carcerária feminina e a 3ª maior taxa de aprisionamento. Das mulheres brasileiras privadas de liberdades, quase metade não foi julgada ou condenada (45%).

TABELA 1 – Crescimento das maiores populações femininas do mundo

País	População prisional feminina	Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)
Estados Unidos	211.870	65,7
China	107.131	7,6
Rússia	48.478	33,5
Brasil	42.355	40,6
Tailândia	41.119	60,7
Índia	17.834	1,4
Filipinas	12.658	12,4
Vietnã	11.644	12,3
Indonésia	11.465	4,4
México	10.832	8,8
Mianmar	9.807	17,9
Turquia	9.708	12,1

Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias de Mulheres – INFOPEN, 2018.

O relatório também indica que a variação da taxa de encarceramento feminino do Brasil de 455% é a maior do mundo, sendo que a segunda maior é a da China, com 105%. A título de comparação, se somarmos a variação da taxa dos quatro países que mais encarceram mulheres no mundo – Estados Unidos (18%), China (105%), Rússia (-2%) e Tailândia (14%) –, não chegaremos à metade da variação do Brasil. De 2000 a 2016, o crescimento do aprisionamento feminino brasileiro subiu para 757%. Em 2005, a população carcerária feminina diminuiu. Mas, a partir da Lei de Drogas de 2006, a quantidade de encarceradas *subiu 145%*.

Segundo o INFOPEN (2018), o perfil das aprisionadas brasileiras é formado por mulheres oriundas de uma condição socioeconômica definida pela maternidade, provedora da família, com baixa escolaridade e negra. Nesse contexto, existem especificidades próprias da experiência feminina com o cárcere:

- **FILHOS FORA DO CÁRCERE:** Ao serem encarceradas, mães perdem o direito de decidir sobre os cuidados de seus filhos e a possibilidade de sustentá-los. Sendo assim, essas responsabilidades recaem sob parentes

ou a Assistência Social. Como a maioria das mães encarceradas é solteira e provedora do lar, a prisão desestrutura suas famílias.

- **FILHOS DENTRO DO CÁRCERE:** Quanto à maternidade, mesmo que a legislação assegure às mães aprisionadas e seus bebês condições mínimas de assistência durante o cárcere, poucas penitenciárias possuem berçário, creche e centro de referência materno-infantil. Durante o cárcere, as mães de crianças em período de amamentação experimentam situações de hipermaternidade – sendo as únicas responsáveis pelos cuidados com o bebê e não tendo condições que lhe permitam possibilidade de trabalhar ou realizar atividades para diminuição de pena – e hipomaternidade – quando suas crianças são tiradas do cárcere e, consequentemente, de seu convívio e ficam sob a tutela de parentes ou do Estado sem que a mãe tenha alguma voz sobre seu destino;
- **AFASTAMENTO FAMILIAR:** Segundo Espinoza (2014, pág. 124), uma das maiores aflições provocadas pelo encarceramento feminino é o afastamento familiar. Além da desestrutura econômica que o cárcere causa à família, as encarceradas cis são concentradas nos poucos presídios existentes que, por sua vez, costumam ficar distantes das casas das famílias. Espinoza (2014, pág. 125) aponta que outro fator relevante é a ausência de visitas íntimas. Apesar de a maioria dos estados preverem o exercício do direito à visita íntima, este ocorre muito mais em presídios masculinos e os afetos costumam se afastar, por causa das revistas vexatórias ou abandono ocasionado pelo cárcere; No caso de mulheres trans, a LGBTfobia afasta parceiros envergonhados e/ou com receio de seus afetos sexuais sofrerem castigos;
- **DEPRESSÃO E SUICÍDIO:** Segundo o INFOPEN (2018), as chances de uma mulher cis cometer suicídio dentro do cárcere são de 20 vezes maiores do que a população em geral. As violações e torturas do sistema prisional somadas ao abandono familiar e afetivo durante o cárcere aumentam este quadro. O abandono afeta a saúde mental das encarceradas, fazendo da depressão uma constante na vida cotidiana delas; Mulheres trans já lidam com abandono familiar e amoroso antes do cárcere, ao serem encarceradas em ambientes altamente transfóbicos passam a ser

mais intensamente fiscalizadas e violentadas, o que contribui para o adoecimento mental;

- **ESTRUTURA INADEQUADA:** Segundo o INFOPEN (2016), 55 unidades (16%) possuem cela ou dormitório para gestantes, 49 (14%) contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil, apenas 9 (3%) possuem espaços de creche e 15% celas específicas para mulheres trans eLGBTQI+. No caso de mulheres trans, além de serem encarceradas junto de homens cis, correm o risco de ficar numa penitenciária sem celas/áreas específicas. Encarcerar mulheres trans em presídios masculinos contrapõe o artigo 29 do Código Penal, que determina a separação por gênero para manutenção da segurança das mulheres;
- **VIOLÊNCIA SEXUAL:** A integração de mulheres no sistema prisional foi marcada por abusos sexuais que, segundo a OMS, ainda se fazem presentes através de ações diretas (como chantagem, prostituição para acessar direitos, etc) e indiretas (bacu¹⁴, revista vexatória, etc);
- **MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE FÍSICA:** Ao adentrar no cárcere masculino, mulheres trans são submetidas a processos de “higienização” que destroem sua aparência feminina (como cortar cabelos, unhas e proibição do uso de vestimentas femininas). Como há deficiência nos cuidados de saúde de pessoas encarceradas, tratamento e monitoramento hormonais e acompanhamento psicológico do processo de resignação de gênero são inacessíveis por serem considerados questões insignificantes, o que afeta a saúde física e mental de mulheres trans;
- **SEGREGAÇÃO DE ITENS DE USO COLETIVO:** Por conta da LGBTfobia, é comum que estabelecimentos masculinos separem itens de uso coletivo (talheres, pratos, copos, etc) de LGBs dos demais encarcerados masculinos;
- **RELAÇÃO COM PCC E “PRISÃO DOS COISAS”:** LGBTQI+ não são alvo do crime organizado, entretanto precisam seguir algumas regras caso estejam num estabelecimento “deles”: ter aparência masculina, proibição de relações sexuais e manutenção de uma aparência masculina. Algumas solicitam ir para cadeias “dos coisas” – sem controle de facções criminosas –

¹⁴ “bacu” é uma gíria que faz referência à revista policial

para poderem expressar-se mais livremente, entretanto precisam lidar com a perseguição explícita a homossexuais e trans;

a) Perfil da mulher cis encarcerada

A maioria das mulheres encarceradas são jovens de 18 a 29 anos (50%), é mãe (74%), negra (62%), possui baixa escolaridade e qualificação profissional (65% cursou até o Ensino Fundamental, abrangendo analfabetas e alfabetizadas sem curso), presas provisórias (45%) e respondendo por crimes ligas ao tráfico (62%) ou dano ao patrimônio (21%). Com relação ao tipo de crime, a maioria cis não tem violência, sendo que 62% responde por crimes envolvendo o tráfico de drogas, 21% por danos ao patrimônio e 2% por formação de quadrilha.

Alguns fatores comuns entre as encarceradas apontados pelo ITTC (2010¹⁵) são:

- Ausência de antecedentes criminais;
- Principais e únicas provedoras do lar;
- Dificuldade de acesso a empregos formais;
- Empregadas em pequenas atividades do varejo do tráfico e do transporte nacional e internacional (mulas);
- 45% da população encarcerada feminina não foi a julgamento, portanto estão presas sem pena estipulada.

b) Perfil da mulher trans encarcerada

É difícil levantar informações sobre a população feminina trans encarcerada porque não há dados oficiais e a sua identificação por outros presos é um risco à sua integridade física. De acordo com o trabalho elaborado Lima (2014), pode-se salientar alguns pontos comuns da vida destas mulheres. A maioria:

- Está encarcerada por crimes ligados à prostituição;
- Possui baixo nível de instrução escolar e formação profissional;
- Não conseguiu acesso a trabalhos formais antes do cárcere.

¹⁵ Pesquisa mais atualizada encontrada, e possui o déficit de 1 ano.

Segundo Vergueiro (2015, pág. 149), o sistema prisional é uma “instância de i+legalidade profundamente cisnormativa, espaço institucional de violência e colonização de diversidades”, ou seja, a régua da violência do cárcere rompe e aniquila corpos inconformes como os de mulheres trans, travestis, homens afeminados e gênero-diverso. De acordo com Davis (2018, pág. 86), para:

“as mulheres, a continuidade de tratamento que recebem no mundo livre para o universo da prisão é ainda mais complicada, já que elas também enfrentam na prisão formas de violência que enfrentaram em casa e nos relacionamentos íntimos”

para mulheres cis, isso significa a criação dos instrumentos de controle violentos acima citados, no caso das mulheres trans ou travestis existe um agravamento das violências e formas de controles já vividas no mundo-livre.

A não-existência de dados oficiais sobre a população trans e travesti encarcerada aponta a continuidade da marginalização social anterior ao cárcere que invisibiliza sua existência e trabalha para o apagamento das torturas específicas a esses corpos inconformes.

2.2.4 Por alternativas abolicionistas

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), na segunda metade da década de 2000 houve uma expansão das facções prisionais para fora de São Paulo e do Rio de Janeiro. O sistema prisional não acompanhou o crescimento da população carcerária desencadeado pela intensificação das políticas de encarceramento, logo os apenados foram obrigados a viver em condições precárias que provocaram mais agravantes, tais como: rebeliões, aumento de fuga, diminuição da vigilância necessária e criação de grupos que se autoorganizaram dentro do cárcere (as facções prisionais). Os estados intensificaram junto ao Governo Federal a exigência de uma criação de prisões de segurança máxima para prender os líderes das facções e do tráfico organizado, o Sistema Penitenciário Federal (SPF).

Baseado no modelo supermax dos Estados Unidos da América, o SPF é constituído em estruturas de celas de solitária onde os encarcerados são isolados de qualquer contato humano durante 22h diárias. Angela Davis (2018, p. 49-52) narra a

trajetória da função da solitária no cárcere: existe uma corrente de estudiosos que defende que a solitária vem da prática inglesa de isolar as “prostitutas penitentes” em ‘correção’; ao incluir a solitária no cárcere comum, a ideia inicial era dar tempo e espaço para os encarcerados meditarem sobre seus erros e trabalharem na reforma interna, ou seja, focava no florescimento da alma. Entretanto, em 1842 Charles Dickens visitou uma penitenciária similar às supermax e chegou à conclusão que tratasse de um sistema “rígido, severo e desesperador de confinamento solitário. Considere isso, por seus efeitos, cruel e errado” (ibidem, 2018, p. 52). Para o estudioso e outros críticos do modelo, a solitária é uma forma de tortura que faz com que “[a]queles que foram submetidos a essa punição *sem dúvida* voltarão à sociedade moralmente insalubres e doentes. Davis (2018) demonstra que a permanência do cárcere solitário é uma forma de intensificar a tortura contínua e não de reparação/reforma do ser, ou seja, o regime solitário é mais um instrumento de castigo punitivista.

O FBSP (2018, p. 5) aponta que:

O policiamento militarizado e focado nos confrontos em detrimento de investigação e inteligência, a opção por priorizar gastos com a compra de viaturas e armas em detrimento de investimento em treinamento e tecnologias e meios que permitissem aumentar o esclarecimento de crimes foram opções cruciais para que as polícias continuassem enxugando gelo com as prisões em flagrante, ao mesmo tempo que mantinham o padrão historicamente violento de atuação, com altas taxas de letalidade – e também de vitimização policial -, e muitas denúncias de arbitrariedades, torturas, espancamentos, corrupção etc.

O estudo indica que apesar dos avanços sociais do período, as escolhas na área de segurança pública propiciaram quadro adequado para o crescimento das facções prisionais. O crescimento desenfreado do cárcere em massa conectou muitos indivíduos de diferentes locais e crimes que, somando com o aumento do mercado de drogas, propiciou a criação de alianças, vínculos, disputas e conflitos por todo o sistema prisional. O encarceramento em massa possibilitou às facções prisionais detectarem as melhores rotas para o tráfico de drogas através do cárcere, que passaram a ser disputadas e começaram intensas guerras entre facções a nível nacional. O que, por sua vez, aumentou a violência pública com o aumento do consumo de drogas e trabalhadores desse varejo.

Para o FBSP, o intenso investimento em militarização foi acompanhado de uma negligência com programas sociais, pesquisa e educação, o que limita as possibili-

dades de vida de pessoas de regiões carentes e a tornam alvos para o mundo do crime. E ainda:

Enquanto as opções políticas estiverem lastreadas no tripé repressão/punição/exclusão, cujas supostas soluções “simples e imediatas” encontram apoio popular e favorecem os discursos populistas de indivíduos que não têm qualquer compromisso com a redução da violência da sociedade; enquanto não conseguirmos recuperar nossa memória histórica e delinear o quanto a violência de [E]stado contra os pobres e negros marcou a nossa trajetória como “Nação”; enquanto não formos capazes de perceber que os apelos por mais repressão e punição só beneficiam aqueles que angariam dividendos políticos-eleitorais com bravatas desconectadas de quaisquer evidências em experiências, dados ou políticas públicas; enfim, enquanto não conseguirmos transformar o nosso modelo de política de segurança cujos pilares são a guerra às drogas, a polícia militar e a prisão, permaneceremos presos neste labirinto esquizofrênico em que a ânsia da população por uma sociedade pacificada tem como respostas ações que aumentam a violência letal e aprofundam o nosso histórico fosso socioeconômico, a exclusão e a vulnerabilidade da democracia brasileira. A construção de um modelo de política pública deve estar assentado nos pilares legais, na prevenção e na inteligência. Do contrário, continuaremos fadados ao retrocesso civilizatório e à fragilização da política e das instituições. (FERAÇÃO BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, p. 6)

Espinoza (2004, p. 149) relata que existe um abandono do Estado que viola diversos direitos quando uma pessoa é privada de sua liberdade: como exemplo podemos citar que o sistema carcerário brasileiro possui o dobro de apenados que consegue comportar e quase metade dessa população (46%) não foi julgada, ou seja, o simples ato de cumprir o devido processo legal resolveria o problema de superlotação. A autora reconhece a existência de leis e diversos instrumentos para salvaguardar a integridade do corpo aprisionado, mas as violações aos direitos e ao corpo é algo inerente ao sistema prisional porque este trabalha com o medo e a desumanização dos apenados para manter o controle de corpos marginalizados.

Outro fator importante é que a baixa qualidade de segurança pública faz com que as pessoas paguem duas vezes por segurança: através dos impostos e com soluções privadas de segurança (câmera, grades, armas, etc). Assim o aumento de violência gera lucro para o setor privado. Para Davis (2018, p. 17) “O encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza social, tendendo, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam as pessoas às prisões”, ou seja, a atual situação do cárcere brasileiro converte pessoas apenadas e comunidades carentes em fonte de renda para indústrias, seja através do fornecimento de materiais ou execução de serviços.

Em resumo, o aumento de políticas encarceradoras não-investigativas/reparativas fomentou a ampliação das facções prisionais – que expandiram e fortaleceram o comércio de drogas ilícitas e se constituíram enquanto um poder administrativo alternativo dentro do cárcere, pois ganharam força focando nas necessidades não atendidas pela administração –; o fortalecimento de discursos políticos e empresariais oportunistas pouco comprometidos com a democracia; o sentenciamento de comunidades carentes a uma exposição constante de violência estatal e; assim, criam um permanente processo de destruição social. Dessa forma, o sistema carcerário se converteu num instrumento de deterioração da segurança pública e legitimação da violência estatal racista.

Angela Davis, na introdução de “Estarão as prisões obsoletas?”, pondera que a sociedade encara a prisão como algo abstrato que não precisa ser debatido ou fiscalizado porque existe para garantir a segurança pública e não faz parte da vida cotidiana. Porém na prática essa postura consente passivamente as violações do sistema prisional. A autora entende que há uma contradição sobre a prisão no imaginário público, pois apesar desse distanciamento teórico, pessoas pobres entendem a prisão como uma possibilidade real ou uma fase inevitável de suas vidas. Sendo assim, à sociedade a prisão é considerada algo essencial e existe uma grande dificuldade de imaginar uma sociedade sem prisões, o que torna extremamente difícil um debate lúcido acerca de sua necessidade (Ibdem, 2018). Ao se encarcerar pessoas por causa de sua origem étnica ou classe, o sistema de justiça não classifica apenas atividades criminosas (como venda de drogas ou trabalho sexual), mas também populações e comunidades são criminalizadas (como negros, trans ou pobres).

É notável que o sistema prisional não reabilita seus ingressos e, muito menos, promove a democracia: O cárcere brasileiro é uma extensão agravada do ‘mundo livre’, portanto é racista, capitalista, sexista e lgbtfóbico. É anti-democrático que raça e classe sejam determinantes primárias de punição. Diante do exposto, o movimento antiprisional surge a partir da compreensão que as prisões são instrumentos de tortura e se tornaram obsoletas na promoção da igualdade e da segurança pública. Vale considerar que o trabalho de Davis (2018) entende a necessidade primordial de reestruturar diversas instituições sociais como substitutas ao cárcere:

“a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental

gratuito para todos e um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez de na punição e retaliação”. (Ibdem, 2018, p. 116)

Ou seja, o sistema carcerário não precisa ser reformado, e sim precisa ser abolido e substituído por alternativas que sanem os problemas sociais e as violências estatais. Sem abolicionismo penal, é inviável a construção de uma sociedade democrática.

2.3 AS BIBLIOTECAS E A DEMOCRACIA DA INFORMAÇÃO

Em seu livro “Sociedade e Biblioteconomia”, Almeida Jr (1997) debate o discurso [ou mito] de democratização da informação que é amplamente difundido em cursos de Biblioteconomia e propagandas do governo. O autor analisa o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), produzido pelo Instituto Paulo Montenegro - ação social do IBOPE, para demonstrar que a biblioteca limita seu público-alvo aos se preocupar apenas com a cultura escrita. Para a pesquisa, o INAF estabeleceu critérios de avaliação baseados nos níveis de alfabetização da população brasileira, dividindo assim a amostra em dois grupos subdivididos em cinco níveis, conforme o Quadro 1 abaixo:

QUADRO 1 – NÍVEIS DE ALFABETISMO NO BRASIL

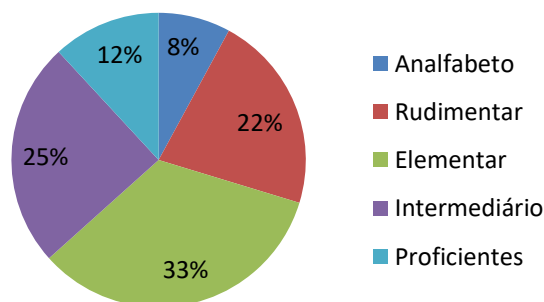
Níveis de alfabetismo		
Grupos	Níveis	Definição (INAF, 2016, 2018)
Analfabeto Funcional	Analfabeto	<ul style="list-style-type: none">Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.)
	Rudimentar	<ul style="list-style-type: none">Localiza uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal, em textos muito simples (calendários, tabelas simples, cartazes informativos) compostos de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano doméstico;Compara, lê e escreve números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefone) identificando o maior/menor valor;Resolve problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares (com ou sem uso da calculadora) ou estabelecendo relações entre grandezas e unidades de medida;Reconhece sinais de pontuação (vírgula, exclamação, interrogação, etc.) pelo nome ou função.

Funcionalmente alfabetizado	Elementar	<ul style="list-style-type: none"> • Seleciona uma ou mais unidades de informação, observando certas condições, em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências. • Resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle (total de uma compra, troco, valor de prestações sem juros). • Compara ou relaciona informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples, envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social. • Reconhece significado de representação gráfica de direção e/ou sentido de uma grandeza (valores negativos, valores anteriores ou abaixo daquele tomado como referência).
	Intermediário	<ul style="list-style-type: none"> • Localiza informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências; • Resolve problemas envolvendo operações matemáticas mais complexas (cálculo de porcentagens e proporções) da ordem dos milhões, que exigem critérios de seleção de informações, elaboração e controle em situações diversas (valor total de compras, cálculos de juros simples, medidas de área e escalas); • Interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos, científicos), relacionando regras com casos particulares a partir do reconhecimento de evidências e argumentos e confrontando a moral da história com sua própria opinião ou senso comum. • Reconhece o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou sinais de pontuação
	Proficientes	<ul style="list-style-type: none"> • Elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto; • Interpreta tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo elementos que caracterizam certos modos de representação de informação quantitativa (escolha do intervalo, escala, sistema de medidas ou padrões de comparação) reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções). • Resolve situações-problema relativos a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração, que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas do INAF 2016 e INAF 2018.

No Gráfico 1 é possível visualizar a situação do alfabetismo no Brasil em 2018 segundo o INAF:

GRÁFICO 9 – NÍVEIS DE ALFABETISMO NO BRASIL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados retirados do INAF (2018).

Em 2018, 30% da população brasileira não consegue decodificar um texto e 70% é funcionalmente alfabetizada, entretanto destes apenas 12% consegue ler, compreender e analisar plenamente um texto (o chamado grupo proficiente). Do grupo proficiente, existe uma porcentagem que simplesmente não aprecia a leitura, mesmo conhecendo e compreendendo todos os seus benefícios. Atualizando a crítica de Almeida Jr (1997), a biblioteca trabalha especificamente para a parcela do grupo proficiente ao focar na cultura escrita, pois terá como público potencial a diferença dos 12% da população brasileira proficiente em leitura menos aqueles que não se interessam por literatura.

2.3.1 As Cinco Leis da Biblioteconomia

Em 1931 o bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan publicou “As cinco leis da Biblioteconomia”, até hoje considerado um clássico da área. Trata-se de um livro que compila análises históricas de fatos e concepções sociais acerca da biblioteca enquanto instituição e de suas funções, bem como do papel do livro, da leitura e da educação na sociedade.

O livro marca uma importante evolução na biblioteconomia: em que a biblioteca abandona a prática patrimonialista, onde a conservação dos livros era a máxima, e passa para a prática funcionalista, onde o uso de serviços e produtos compõe a base de ser da biblioteca. Essa transição só foi possível graças ao advento da imprensa, pois assim os livros puderam ser copiados graficamente ao invés de manualmente, o que os tornou muito mais populares e acessíveis.

A partir de muitas investigações, Ranganathan elaborou as seguintes leis.

1 OS LIVROS SÃO PARA USAR: Essa Lei é completamente revolucionária na história das bibliotecas. Ela transforma a perspectiva da leitura e do livro, vivificando assim a biblioteca ao escancarar os problemas do conservadorismo elitista e excludente em seu interior. Podemos salientar os seguintes pontos:

- a. Historicamente, o enaltecimento da lógica “OS LIVROS EXISTEM PARA SEREM PRESERVADOS” em detrimento da “OS LIVROS SÃO PARA USAR” estabeleceu bibliotecas extremamente zelosas focadas no resguardo do livro enquanto objeto físico e pouco interessada na acessibilidade ou disponibilidade deste ao leitor¹⁶, como característica podemos citar o fato comum de as bibliotecas de então terem estantes altíssimas e espaço de circulação mínimo, pois o recinto existia para guardar a maior quantidade de livros possível. Essas estantes ainda são uma herança deste período em que livros eram raros e valiosos devido ao fato de sua fabricação ser dispendiosa e demorada;
- b. A bibliotecária moderna compreende a função essencial de se utilizar livros, então deve buscar apresentar novas aquisições ao leitor;
- c. A localização da biblioteca em geral, pode “ser tomada como um índice de grau de confiança que os órgãos responsáveis por bibliotecas têm” para com a Lei “OS LIVROS SÃO PARA USAR” (Ranganathan, 2009, p. 10), ou seja, se a biblioteca é afastada de onde a maioria das pessoas transitam, é provável que ela seja construída com o objetivo de segregar parcela do público potencial e/ou funcione mais como um ornamento do que como uma instituição;
- d. O mobiliário da biblioteca precisa encontrar um equilíbrio entre preservação dos livros e conforto de leitores, sendo suas estantes numa altura adequada e o espaço um convite à permanência.
- e. O horário de funcionamento deve dialogar com o da maioria das pessoas. De nada adianta uma biblioteca que abre em horários impossíveis à maior parte da população, pois assim seus livros ficarão reféns;

¹⁶ Por tratar-se de um período onde as mulheres tinham pouco acesso a livros e leitura, mantenho o gênero masculino.

- f. Os livros devem ser consumidos de maneira equilibrada, sendo assim a biblioteca deve organizar seu acervo, essencialmente, por assunto para que usuários possam encontrar mais de um autor sobre um assunto de interesse e livros menos conhecidos sejam utilizados;
- g. O pessoal da biblioteca tem que ser qualificado, culto, responsável e comprometido com a comunidade. Um grupo de trabalho mal remunerado fica insatisfeito, portanto é um “risco social” (Ranganathan, 2019, pág. 37) e não haverá ânimo ou interesse para cumprir a missão da biblioteca. Esta é construída ou destruída por seus funcionários.
- h. A biblioteca pertence à comunidade. A bibliotecária deve cumprir seu papel sabendo que é sua obrigação, sem aguardar frutos [além do salário e reconhecimento justos].

2 A CADA LEITOR, SEU LIVRO: Também revolucionário ao anunciar que toda pessoa tem um livro apropriado ao seu interesse, sendo assim, corrobora com a Primeira. Possibilita a visualização do elitismo dentro do saber como um problema [inter]nacional, a criação de novas bibliotecas e da cultura de novas espécies de bibliotecas. A revolução causada por essa é “de natureza mais avançada e aproxima mais a humanidade de seu objetivo” (Ranganathan, 2019, p. 50):

- a. Substitui o conceito “OS LIVROS SÃO PARA POUCOS ELEITOS”, que por sua vez foi embasado num elitismo histórico em que apenas a classe dominante tinha acesso aos livros. Segundo o indiano, até o séc. XIX o acesso a livros estava diretamente acorrentado à classe social, sendo os excluídos definidos por questão econômica, de gênero, racial, geográfica [e ‘de capacidade de aprendizagem’];
- b. Entendendo o livro como um instrumento democrático a serviço das classes dominadas, Ranganathan indica um “INSTINTO POLÍTICO” de se opor à Segunda Lei. Ao “PROPORCIONAR PARA CADA LEITOR O LIVRO QUE LHE FOSSE APROPRIADO” (Ranganathan, 2009, pág. 211) a biblioteca corrobora com a ESCADA DO SABER, que leva pessoas marginalizadas da

sarjeta para as Universidades, criada pela compreensão social de que a educação é para todos[, ou seja, educação para as massas];

- c. A Segunda Lei é fundamentada numa DEMOCRACIA ILIMITADA, que con-clama que o conhecimento pertence a todos, é um direito de todos e deve ultrapassar limites sociais. Sendo assim, é obrigação de todo Es-tado Democrático de Direito defendê-la e propagá-la através de legis-lações e incentivos;
- d. A Segunda Lei desencadeou uma *digvijay* própria (expedição de con-quista para o mundo), pois houve sua difusão entre pessoas de dife-rentes grupos sociais, causando debates filosóficos, legislativos e soci-ais que culminaram no surgimento do “movimento das bibliotecas”. Que por sua vez é categorizado pela defesa do acesso universal ao li-vro e uma crescente pressão pública e de profissionais da área sobre órgãos governamentais.

3 A CADA LIVRO, SEU LEITOR

- a. Ou, “CADA LIVRO DEVE SER AJUDADO A ENCONTRAR SEU LEITOR”;
- b. A biblioteca deve explorar todas as estratégias possíveis (se valer de es-tudo de usuários, organização física do espaço, leitura para analfabetos, marketing criativo, etc.) para informar e atrair ao leitor para o assunto de seu interesse;
- c. No geral, o tratamento das obras deve priorizar seu cunho intelectual, o que define a organização do acervo por assunto;
- d. Todo livro tem alguém para lê-lo, um dos papéis essenciais da biblioteca é criar a ponte entre os dois;
- e. A biblioteca deve se desenvolver como um CENTRO INTELECTUAL, sendo um espaço de promoção de debates, palestras, rodas de conversa, leitu-ras em grupo e etc. Assim o conhecimento já existente é usado para cri-ar novos, num ciclo infinito e a biblioteca passaria de uma estante de conhecimento para um espaço de produção continua de conhecimento.

4. POUPE O TEMPO DO LEITOR:

- a. De uma lógica próxima à mercadológica, a Quarta Lei entende que o leitor não terá interesse nos serviços da biblioteca se estes demandarem muito tempo, portanto a administração e funcionalidade da biblioteca devem pensar processos que rapidamente atendam as necessidades do usuário;
- b. Esta lei versa sobre a organização, arrumação e catalogação do acervo como instrumento essencial para diminuir o tempo gasto pelo usuário na busca de livros e informações demandadas;
- c. Discute o serviço de referência indicando a necessidade contínua de melhorias em processos técnicos, defende o livre acesso às estantes, ao serviço de referência e uma simplificação dos processos técnicos (focando em disponibilizar o produto mais o usuário, entretanto o tempo da equipe é poupado por consequência).

5. A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO

- a. A organização do acervo deve ser pensada de forma a permitir a inclusão de novos tópicos de classificação. Entendendo que a biblioteca terá novas aquisições, a classificação deve sempre facilitar e permitir oportunidades novas de consultas pelo leitor.
- b. Esse crescimento deve ser controlado e previsto pela bibliotecária, verificando quais produtos e serviços são de interesse através do registro de atividade da biblioteca e das condições para aquisição das obras e outros produtos selecionados.

As três primeiras Leis estão focadas em “fazer com que os livros da biblioteca sejam usados tão intensamente e por tantas pessoas quanto possível” (Ibdem, 2009, p.211). A Primeira e a Terceira Lei focam nas funções da biblioteca, a Segunda e a Quarta Lei partem de uma abordagem voltada ao leitor, a quinta trata “das características essenciais e perenes da biblioteca como instituição e exige a necessidade de uma constante adaptação de nossa perspectiva ao lidarmos com ela (Ibdem, 2009, pág. 241). Ao constar que é possível perceber os usuários por gênero, raciali-

dade, classe social, etc., Ranganathan mostra nos capítulos “2. A Segunda Lei e sua luta” e “3. A Segunda Lei e sua digvijaya”, que a digvijaya – ou “expedição de conquista pelo mundo” (Ibdem, 2009, pág. 94) – da Segunda Lei é uma prática de desconstrução de preconceitos sociais estabelecidos e corroborados pelas elites dominantes. A digvijaya só é possível com a democracia ilimitada.

Todas as Cinco Leis focam nas necessidades do leitor e estão ligadas à defesa de uma democracia ilimitada e da digvijaya da Segunda Lei, pois todas focam no melhor atendimento ao usuário (mesmo quando falam da necessidade das bibliotecas).

2.3.2 Público e Não-Público

Flusser (1980) afirma que houve, durante e após a Renascença, um “processo de distanciamento entre alguns grupos sociais e a cultura [padrão]”, o que criou um grupo denominado “não-público” que a sociedade não fornece meios para optar livremente.

Segundo a concepção simmeliana¹⁷, a cultura se dá na dialética entre o ser e o objeto, ou seja, ela é fluida e independente ao mesmo tempo possui traços imutáveis e permanentes. Nesse caso, o não-público desenvolve sua própria cultura (destoante da cultura hegemônica) onde expressa sua realidade, expõe sua opinião e se desenvolve independentemente da língua padrão do público efetivo ou potencial dominante¹⁸; podemos citar como exemplo o pajubá, o rap, os slams e outras formas de expressão divergentes da cultura branca hegemônica.

A socióloga negra Sueli Carneiro (2005) ressalta que a maior parcela excluída da sociedade brasileira é negra. Este “não-público”, forjado durante a colonização europeia, possui características comuns que o une ao público efetivo e potencial (branquitude) e que definem essa relação social através de “dispositivos de poder”.

Segundo Flusser (1980, pág. 132) o não-público e o público nunca serão um só sem uma política de democratização real de uma cultura descentralizada do interesse de grupos dominantes e, conseqüentemente – corroborando Almeida Júnior

¹⁷ JESSÉ; ÖELZE (2014, p. 104)

¹⁸ FLUSSER (1980, pág. 132) entende como público efetivo e/ou potencial aqueles que tem habilidades para utilizar plenamente a informação e possuem condições financeiras e culturais de acessá-la.

(1997) e Souza (2000) – que resista a reprodução do sistema focado no Mercado que, por sua vez, desenvolve constantes marginalizações em prol da boa-informação e da cultura do público dominante (cultura hegemônica) dos 12% proficientemente alfabetizados. Os grupos socioculturalmente marginalizados compõem o não-público denunciado por Flusser (1980).

No Brasil, o epistemicídio tem seu pilar na racialidade e se expande a outras comunidades socialmente perseguidas, sendo assim é necessário considerar essas outras marcas de atuação do epistemicídio dentro do funcionamento da Biblioteca.

2.3.3 Biblioteca e colonialidade

Tendo em vista toda a sistematização de controle de mentes e extermínio de corpos dos rejeitados da terra¹⁹ e outros inconformes, o racismo se constrói historicamente, dentro e fora das instituições estatais e organizações, como uma “forma de discriminação que leva em conta a raça como fundamento de práticas que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos de acordo com o grupo racial ao qual pertence” (CARDOSO, 2018, p. 58). As bibliotecárias Franciele Carneiro G. da Silva e Graziela dos Santos Lima (2018, pág. 59) entendem que:

“as opressões estão inseridas [c]istematicamente nas estruturas sociais, na política, economia e na cultura. É essencial não analisar essas opressões apenas como práticas individuais e entender que alimentam e estão alimentadas na estrutura do Estado contra os corpos destoantes do [c]istema.”

A partir do século XIX diversos etnólogos passaram a confirmar que a conquista dos europeus sob os povos do Novo Mundo foi mais uma questão de violência e feroz imposição ideológica do que uma questão cultural, pois na “álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta”. Ambos pensadores do Sul Político²⁰ apontam para uma necessidade latente de combate ao epistemicídio perpetua-

¹⁹ Ver Frantz Fanon, “Os rejeitados da terra”. O título faz referência à trajetória geográfica e mental da população negra, explicitando os espaços lhes atribuídos ‘claramente’: senzala, favelas, cadeia, hospícios.

²⁰ Para fins desse trabalho, consideramos a divisão Norte/Sul Político uma atualização da Teoria dos Mundos que visa se afastar de conceitos dúbios como “países emergentes”, “países desenvolvidos”, etc. Os países do Norte são os colonizadores, os do Sul os que foram colonizados. Pensadores do Sul são teóricos que se propõem a racionalizar os saberes a partir de uma perspectiva anti-

do pela colonialidade através do resgate de culturas tradicionais e memórias silenciadas. No Brasil, podemos citar pensadoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamilá Ribeiro, Benedita da Silva, Jurema Werneck. Franciéle Carneiro Garcês da Silva e outras pensadoras que resgatam a narrativa afrodiaspórica para [re]construir a identidade e a cultura negra em respeito à diversidade das formas de viver.

Na iniciativa “História Geral da África da Unesco, o griô malinês Hampate Bâ (1980) discute a salvaguarda da tradição oral através da cultura escrita. Ao expor o crescimento da cultura escrita em detrimento da tradição oral, este autor reconhece a importância do registro para salvaguarda da memória e dos saberes afrodiaspóricos para as futuras gerações. Nesse contexto, a problemática de a biblioteca focar principalmente na cultura escrita vai além de uma exclusão social estabelecida pelo analfabetismo, revelando uma tendência a não considerar saberes populares registrados em forma oral, visual e outras formas não-escritas que são, essencialmente, formas de expressão insurgentes de corpos e mentes inconformes. Dessa forma, o acervo e os serviços da Biblioteca são focados num público efetivo/potencial que é, principalmente, cisgênero, branco, masculino e heterossexual, enquanto o não-público são pessoas que carregam características contrárias, tais como negros, trans, indígenas, etc.

A bibliotecária Cátia Rejane Lindemann, em “Desculpe o transtorno, preciso falar de Biblioteconomia Social”, relata as dificuldades em desenvolver atividades no cárcere, espaço onde a perseguição racista do sistema atinge seu ápice. Ainda enquanto estudante, Lindemann (2018b) teve interesse desde o início da sua graduação em trabalhar com biblioteca prisional, mas teve que lidar com um conservadismo da Biblioteconomia que pouco debate as consequências sociais de suas atividades e cria, assim, a necessidade de reavivar a importância sobre do termo “Biblioteconomia Social”²¹ para explicitar a obviedade que a biblioteconomia ter tanta responsabilidade enquanto agente de transformação, propriedade pública e instrumento social da realidade.

De acordo com doutora Mirian de Albuquerque Aquino (2013), a era da informação – advinda da globalização – pressiona as nações a se integrarem a uma so-

colonialidade. Um bom exemplo dessa prática é o livro “Epistemologias do Sul” organizado por Maria Paula Meneses e Boaventura Sousa Santos, Bibliotecári@sNegr@s organizado por Suellen, Biblioteconomia Social: epistemologia transgressora para o séc. XXI.

²¹ Conceito já desenvolvido e defendido por trabalhos dos anos 80/90, como: “Biblioteconomia ‘ Sociedade” de Almeida Jr. e “Desorganizar para organizar” de Milanese (1989)

cidade que tem no acesso à informação suas principais formas de desenvolvimento econômico. Observando o não-público, as novas tecnologias intelectuais exigem novas formas de aprendizado inacessíveis às minorias e há uma passibilidade latente desta tecnologia ser usada como um instrumento para ações de ódio contra as minorias, pois permitem a representação estereotipada de grupos sociais. Em suma, o atual uso de tecnologias intelectuais reproduz diversos preconceitos na medida em que os responsáveis por sua criação “incluem possibilidades de exclusões, e, assim, frustram esperanças de inclusão digital nessa era da informação” (Idem, 2013, p. 64).

Dentro da ciência, a representação do negro não é muito favorável, sendo este objetificado durante estudos científicos, o que silencia sua possibilidade como sujeito pensante; ou seja, “a Academia pouco produz sobre ou para o negro e quando o faz, silencia sua voz e impede seu protagonismo. Sem inclusão informacional, “não há condições favoráveis para [...] empregabilidade, redução da exclusão e diminuição da violência contra afrodescendentes” e corpos inconformes (AQUINO, 2013, p. 64).

Aquino (2013, p. 70) aponta que o sistema impõe um papel específico para afrodescendentes [na colonialidade]: trabalhadores e consumidores. Ao invés de proteger e fomentar direitos, esse papel fixa subempregos, subalternidade e eventuais oportunidades de acesso a mínimas possibilidades de desenvolvimento, criando um roteiro de vida definido pelo tempo limitado de existência e futuro de incertezas.

De acordo com Santos (2005):

A exclusão digital [implementada pela globalização] significa a exclusão do conhecimento, que é a pior das exclusões porque de fato retira das pessoas a possibilidade de mudar sua vida e de repensar seu entorno, inclusive a possibilidade de participar democraticamente. Normalmente, as pessoas têm muita dificuldade de participar da democracia, e com menos informação isso fica ainda mais difícil. Ter informação é votar melhor, é fazer melhores negócios, é ter acesso a melhores oportunidades de emprego e oportunidades econômicas, é ter condições de participar politicamente. Somente com um novo pacto social conseguiremos aproveitar o potencial transformador das novas tecnologias da comunicação e informação para construirmos uma sociedade mais inclusiva e democrática.

A exclusão informacional constitui um instrumento de controle que impossibilita a democracia informacional e fortalece desigualdades sociais, pois confere mais poder a grupos privilegiados.

Almeida Jr. (2003, pág. 73) salienta que a biblioteca que não abarca as minorias políticas representa “um espaço não produtivo, que não gera riquezas, ao contrá-

rio, consome parte do orçamento, visando apenas ao entretenimento de setores alfabetizados da sociedade”, relegando assim ao plano secundário os socialmente marginalizados. Sendo assim, o foco único na literatura escrita é uma marca do descaso das bibliotecas para com grupos com dificuldades de leitura ou, simplesmente, falta de interesse.

Ao abranger tecnologias intelectuais além da cultura escrita e fomentar a inclusão informacional, as bibliotecas promovem, de fato, a democracia informacional. O que, por sua vez, promove o empoderamento e a auto-estima intelectual de corpos e mentes marginalizados e inconformes.

2.4 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

No ambiente carcerário, a defesa de uma democracia informacional se faz de uma forma mais extenuante. Para compreendê-la, primeiro é preciso entender o que é uma biblioteca prisional. Para Trindade (2009, pág. 48) as bibliotecas prisionais têm “papel essencial na educação permanente na prisão, não apenas como serviço de distribuição de livros e de conselhos, mas tornando-se locais de cultura e de apoio à formação”. Observação que vem ao encontro de Costa et. al. (2016), que entendem que a biblioteca prisional também é uma biblioteca escolar, pois está vinculada ao processo educativo por causa do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e do Ensino Médio no cárcere (imposto pela Lei de Execuções Penais - LEP) e da possibilidade de remissão de pena por tempo de leitura (Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça). As políticas públicas de promoção da educação no cárcere tem efeito sob as bibliotecas prisionais à medida que criam um público formado também por estudantes e, assim, tornam necessária a integração das bibliotecas prisionais ao processo educativo do cárcere.

Há outras avaliações que, por sua vez, destacam a proximidade de bibliotecas prisionais com públicas. Para Lopes e Silva (2011, apud Freitas, 2017) essa aproximação se dá “porque o ambiente de encarceramento acaba por recriar uma micro sociedade, onde as necessidades informacionais se assemelham às de uma comunidade comum”. Lehmann e Locke (2007, p. 4-5, apud Freitas, 2017) identificam essa característica:

[...] a biblioteca da prisão deve oferecer materiais e serviços semelhantes aos que as bibliotecas públicas oferecem aos seus usuários 'livres'. Restrições ao acesso de materiais de leitura só devem ser impostos quando representam um perigo iminente para a segurança da prisão. Bibliotecas prisionais devem imitar o modelo de bibliotecas públicas, proporcionando os recursos para a educação e reabilitação da prisão, bem como outros requisitos específicos para esses centros, como coleções legais. Ela deve ter especial atenção para atender às necessidades de usuários de outras culturas e línguas. [...] deve fornecer aos detentos a oportunidade de desenvolver as habilidades de leitura, buscar interesses pessoais e culturais, bem como a formação contínua. A biblioteca deve fornecer os recursos para todas essas atividades. [Tradução: Freitas, 2017]

É perceptível que a característica que realmente diferencia bibliotecas prisionais de serem públicas e/ou escolares é o público alvo, que, neste caso, é composto por pessoas encarceradas.

Tendo em vista os debates acerca da conceituação de bibliotecas prisionais, é interessante salientar alguns pontos sobre bibliotecas públicas que se adequam ao contexto prisional:

Murilo Bastos define biblioteca pública como aquela que “é posta à disposição da coletividade de uma região [...], e que é financiada principalmente por dotações governamentais” (2008, p. 52). Arruda e Chagas (2002, p. 41) as conceituam como a que é:

[...] plenamente aberta a toda a população local, é comum a todos e destina-se à coletividade. Deve ter todos os gêneros de obras que sejam do interesse da coletividade a que pertence e deve conter além da literatura geral, informações básicas sobre a organização do governo e sobre serviços públicos em geral.

Costa (2018, pág. 33) faz uma análise focada no fato de a biblioteca dever pertencer ao usuário ao entender que:

As bibliotecas públicas devem ser abertas, culturais, vivas, interativas, variadas, convidativas, motivadoras, inspiradoras, oferecer boas condições ambientais, e parece uma ideia contemporânea, mas vários autores citaram isso no século passado. Estes espaços devem trabalhar de forma integrada, as bibliotecas devem ser paiol de pensamentos lúdicos e críticos, não podemos mais pensar na biblioteca como uma vertente somente literária, ela deve ampliar suas atividades, ser um centro e instrumento principalmente de libertação para os seus utilizadores.

Para Flusser (1980, p. 137) uma biblioteca verdadeiramente pública comprometida a desenvolver com grupos marginalizados (que ele nomeia como “não-usuários”), “as dimensões de criação e mediação de forma integrada, não deverá se restringir apenas a cultura literária”, ou seja, deve abarcar outros meios de informa-

ção (televisão, aparelho de som, etc.). Sendo assim, “sua vocação é vir a ser o centro cultural de sua comunidade e um instrumento de libertação”.

Todas essas percepções acerca da biblioteca pública trabalham com uma indiscutível defesa da democracia, o que é extremamente necessário no ambiente carcerário. Sendo assim, a biblioteca prisional é um tipo de biblioteca especial que se localiza dentro de estabelecimentos prisionais, possui acesso restrito e é definida por seu público formado por encarcerados e funcionários da instituição e pelas políticas prisionais vigentes, que por sua vez também abarcam a natureza do acervo; portanto tensiona limites com a definição de “biblioteca pública” e “biblioteca escolar”, uma vez que possui a função de apoiar a educação permanente de encarcerados para cumprir seu papel de agente transformador e deve: ser comum a todos e estar aberta a toda a população da instituição; conter gênero de obras que sejam de interesse da coletividade, além de literatura geral, informações básicas sobre a organização do governo, sobre serviços públicos em geral e títulos específicos da legislação dos programas educativos, bem como meios de informação que apoiem o processo de aprendizado do aprisionado; ser cultural, viva, interativa, convidativa, motivadora, inspiradora, oferecer boas condições ambientais, trabalhando de forma integral para a disseminação de conhecimentos lúdicos e críticos; não ser apenas uma vertente pautada na cultura escrita e sim ampliar suas atividades visando ser um centro cultural e um instrumento de autonomia intelectual para seus utilizadores.

É interessante lembrar a orientação de Lindemann (2018b, pág. 46): “nenhuma instituição pode ser agente de transformação sem o senso de seu próprio valor, especialmente a biblioteca prisional”, que também identifica ser necessário perceber a importância e as possibilidades da biblioteca prisional e ter em mente que ela não é uma instituição milagreira que vai ‘consertar’ todos os problemas de seus usuários.

2.4.1 As cinco leis da biblioteconomia dentro da biblioteca prisional

Ranganathan criou a Cinco Leis da Biblioteconomia a partir de análises e tendências de bibliotecas observadas globalmente. Entretanto, ao falarmos de biblioteca prisional – uma instituição que existe de forma ímpar por essência – devemos ponderar a aplicabilidade de cada Lei e como elas se desenvolvem dentro desta biblioteca, sendo esse o objeto da análise de Cátia Lindemann em “Biblioteconomia

social: as leis de Ranganathan numa Biblioteca Prisional” (2018^a) que as reformula da seguinte forma:

I. “OS LIVROS SÃO PARA USAR *por tod@s*”

- a. Mediação da Leitura: A autora ressalta que grande parte da população carcerária não possui o hábito de ler e tem muita dificuldade nessa atividade, logo os livros ficam esquecidos, apontamento corroborado pelo levantamento do INFOPEN que indicia a dominância da baixa escolaridade entre encarcerados. Lindemann (2018a, pág. 43) e Carvalho e Carvalho (2017, pág. 18) apontam a mediação da informação como uma estratégia para burlar essas problemáticas. É uma forma de tornar disponível e acessível às encarceradas o conhecimento registrado de forma escrita. Como exemplo, podemos citar o Relato da escritora Debora Diniz que lançou em 2015 o livro “Cadeia: relatos sobre mulheres” que mostra a realidade do cárcere feminino no DF a partir da narrativa de encarceradas: No lançamento do livro dentro da prisão, a autora percebeu que muitas mulheres não poderiam ler por não terem condição escolar para tanto, então reuniu todas no pátio e fez uma roda de leitura. A biblioteca não possui a função de alfabetizar pessoas encarceradas, sendo esta uma obrigação do Estado e de projetos educativos. Entretanto a baixa leitura é um problema no cárcere, portanto a biblioteca deve estabelecer parcerias com os projetos de educativos no cárcere e manter a mediação de leitura como uma estratégia temporário aos não-proficientes em textos.
- b. Localização da biblioteca: Para Ranganathan o espaço físico destinado à biblioteca aponta se há preocupação estatal com a existência de uma biblioteca realmente comprometida com seus usuários, no caso os encarcerados, ou como um ornamento a ser divulgado. Cátia Lindemann (2018c) em palestra na Câmara dos Deputados denuncia as condições precárias das bibliotecas prisionais existentes, sendo estas o produto de doações e trabalho voluntário;

- c. Mobiliário da biblioteca: Para o indiano, o mobiliário da biblioteca deve ser agradável e convidativo ao usuário. Levando em consideração que dentro do presídio a questão da segurança define toda a arquitetura e objetos do local, é preciso estabelecer um equilíbrio entre os dois. Cátia Lindemann (2018a, pág. 42) ao narrar o início da organização da biblioteca, aponta como teve que mudar toda a disposição das estantes para manter uma “linha de tiro” – caminho que a bala deve percorrer – para momentos de crise. Bem como os objetos não podem facilitar agressões;
- d. Pessoal da biblioteca: O pessoal deve ser bem-pago e estimulado a cumprir suas funções. Também precisa aprender a respeitar a cultura dos presos sem se deixar guiar pela discriminação, preconceito, estigma ou epistemicídio. Atualmente não existe nenhum bibliotecário formado atuando exclusivamente em alguma biblioteca prisional.

II. “PARA CADA LEITOR, SEU LIVRO *desde que você conheça*”

- a. Democracia ilimitada: Se fora do cárcere a democracia à informação é limitada por questões sociais e financeiras, dentro dele a situação é mais complexa. Ao ser encarcerada a pessoa não perde apenas seu direito de ir e vir, fica sob a custódia do Estado que deverá prover todas as suas necessidades e garantir seus direitos. No tocante à informação, em específico ao livro e à leitura, seu acesso é cerceado pela legislação (que será tratada mais adiante) e baixo acesso à educação.

III. “A CADA LIVRO, SEU LEITOR *se o princípio em que o leitor estiver permitir que assim seja*”

- a. Sistema de acesso livre: Trata-se da possibilidade de deixar os usuários transitarem entre os livros sempre que possível, organizando as estantes de forma que ela consiga se guiar, encontrar o que precisa e descobrir novidades. Assim, se estabelece um laço entre o espaço da biblioteca e o público;

- b. Serviço de referência: É necessário existir um serviço permanente de referência que deve promover e explicar os serviços da biblioteca, realizar pesquisa e manter um contato humano com os usuários. Dentro do cárcere esse serviço deve dialogar com as condições de segurança para a equipe e para as encarceradas.
- c. Departamentos populares, ou burlando limites geográficos sistêmicos: A estrutura penitenciária divide encarcerados por diversos grupos para prevenir agressões: nível de instrução, orientação sexual, risco de vida (no caso de pedófilos, estupradores e outras pessoas que cometeram crimes de grande comoção social e são ameaçadas por outros aprisionados), gênero, etc. Sendo assim, nem todos as encarceradas podem transitar pelo presídio, então é função da biblioteca levar os livros até essas pessoas para garantir, assim, a busca pela democracia na área da informação. Nesse trabalho de chegar ao leitor, o bibliotecário tem a possibilidade de conhecer melhor o público potencial e transformá-lo em público real.
- d. Publicidade: Ranganthan indica que o bibliotecário use toda a criatividade para divulgar seus serviços. Ao analisar o comportamento informacional de grávidas encarceradas, Barbosa e Duarte (2018) salientam que existe um compartilhamento da informação coletada entre presas com as mesmas necessidades, Lindemann (2017) corrobora ao afirmar como o interesse pela biblioteca aumentou após da divulgação feita por usuários – informação essa que pode servir de estratégia publicitária;
- e. Sistema de extensão: O indiano aponta a variedade de serviços interativos como um atrativo para a usuário e um fomento à criação de novos debates e conhecimentos, dentre eles cita: leitura para analfabetos, círculos de leitura, palestras, espaço para músicas, hora do conto, festivais e feiras, etc. A prática da oralidade e atividades visuais alcança apenas as com dificuldade de leitura, bem como promove uma interação humana benéfica e respeitosa entre as envolvidas. Esse sistema de extensão também abre espaço para a aplicação da biblioterapia – método que utiliza matérias “de leitura com o objetivo medicamentoso ou curativo, como ferramenta de recuperação psíquica de indivíduos com transtor-

nos, desordens emocionais” (Trindade, 2009, pág. 33) – como um instrumento de fortalecimento dos aprisionados.

- f. Seleção de [meios de informação]: Em 2018 as bibliotecas prisionais não têm a possibilidade de elaborar listas de aquisições para montar seu acervo, se valendo mais de doações do que de investimento governamental (conforme apontado em palestra da Câmara dos Deputados), o que é um problema, pois o atendimento das demandas dos usuários fica à mercê do acaso.

IV. “POUPE O TEMPO DO LEITOR *se ele assim desejar*”

- a. Para Lindemann (2018a, pág. 43) o leitor encarcerado provavelmente não deseja ter seu tempo poupado, pois é o que mais existe no cárcere. Ocupar seu tempo com algo que o faça esquecer de sua situação prisional pode ser bastante benéfico à saúde mental do encarcerado e a biblioteca pode promover esse serviço através da manutenção do interesse e conforto de seu público.

V. A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO *e deve sempre acompanhar o crescimento da comunidade em que está inserida*

1. A biblioteca cresce conforme se desenvolve, entretanto seu público (população carcerária) cresce muito mais rápido que ela. Ou seja, o cárcere é o grande organismo em crescimento dessa relação. Mas as dicas técnicas voltadas para novas aquisições propostas por Ranganathan continuam passíveis de serem aplicadas.

Todas as Leis da Biblioteconomia são aplicáveis à biblioteca prisional para que haja um comprometimento real com seu público. Aparentemente, a única Lei menos aparente é a Quarta, pois a biblioteca precisa focar mais em seu desenvolvimento social junto ao usuário do que em suas questões técnicas.

2.4.2 Institucionalização das bibliotecas prisionais

O direito universal à educação não é algo recente na história da humanidade e sua defesa é uma luta constante. A legislação vem sendo o instrumento essencial na garantia de sua defesa. Em Biblioteconomia, a primeira lei de Ranganathan, “OS LIVROS SÃO PARA TODOS”, é criada se baseando nesse direito. Tendo em vista a inerente cumplicidade da biblioteca com a educação, órgãos internacionais e nacionais elencaram-na como um direito humano de encarcerados ao trabalharem em instrumentos para sua promoção através de bibliotecas prisionais. Existem legislações e orientações que delineiam caminhos de implementação de uma democracia real da informação e da educação, onde raça, gênero e classe são entendidos como problemáticas que precisam ser resolvidas e são de interesse à biblioteca prisional. Podemos citar:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948:** Após as barbáries da Segunda Guerra Mundial, diversos países se reuniram para criar a ONU e assegurar que a humanidade nunca mais vivenciasse violências como as desta guerra. A DUDH foi criada três anos após a guerra e lança a ideia de direitos humanos inalienáveis a pessoas de todos os povos, gêneros, condição física, classes, religiões e etc. O art. 19 trata especificamente dos direitos humanos no que tange informação e conhecimento:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Como a DUDH reconhece a dignidade inerente a todos os membros da humanidade, logo os direitos nela garantidos abrangem a todas as pessoas independente de estarem ou não encarceradas e, portanto, são uma prerrogativa internacional. Ao pontuar o direito à informação e transmissão de conhecimento, a DUDH os reconhece como um direito de ampla abrangência. A declaração não é considerada no sistema prisional, fato óbvio uma vez que entidades como a Pastoral da Juventude, ITTC e outras ONGs atuam na denúncia de abusos e defesa de encarcerados contra o Estado;

- **Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, de 1955:** criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que as adotou em seu Primeiro Congresso sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes através do Conselho Econômico e Social – resoluções 663 c (xxiv), de 31 de julho de 1957, e 2076 (lxii), de 13 de maio de 1977 e resolução 663 c (xxiv) –, cumprindo assim seu papel de propagadora da paz e defensora dos direitos humanos (Leite, 2016, p. 62) e recomendando que todos os países cumpram. A 40ª regra trata especificamente de biblioteca carcerária, definindo que:

40. Cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizá-la plenamente.

Esse item está diretamente ligado com a democracia da informação e a competência em informação;

- **O Projeto de Lei (PL) nº 4497, de 1962:** Sertão (2016, p. 90) ao levantar a legislação da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), aponta o PL nº 4497/1962, que, por sua vez, prevê a criação da BNB como “o ponto-chave que articularia a política nacional de bibliotecas, [...] estabelecendo-se como ‘biblioteca modelo’ para um sistema de bibliotecas para Brasília e região”. O PL nº 4497 previa um sistema regional de bibliotecas (incluindo bibliotecas públicas, escolares, hospitalares e prisionais) coordenado pela BNB. O autor ressalta que o projeto foi arquivado em 65 pelo governo do Golpe Militar de 1964 e a concepção original transgressora da BN foi esquecida. De autoria do Conselho dos Ministros, ou seja, do Poder Executivo, Sertão considera que o PL previa uma rede de bibliotecas, inclusive profissionais, realmente comprometidas com a educação. De cunho conservador e ditatorial, Sertão (2016) aponta, que a Ditadura Militar perseguiu e diminuiu direitos e garantias individuais e coletivas. Para tanto, cancelou projetos de concepção progressista. No caso do PL nº 4497, foi engavetado em agosto de 1965 (período marcado pela perseguição a pensamentos contrários ao Regime);

- **Lei de Execuções Penais, de 11 de julho de 1984:** Às vésperas de uma redemocratização, o Brasil garantiu o direito da população carcerária através da Lei nº 7210 (LEP), Art. 21 do Cap. V que prevê que “em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Entretanto não regulamenta como se deve implementar essas bibliotecas;
- **Constituição Federal de 1988 (CF88):** Marcando a redemocratização do Brasil, a CF88 assegura a todo e qualquer cidadão o direito à informação prescrito em seu Artigo 5º, inciso XIV – consolidando a LEP de 84, que já abarcava bibliotecas prisionais – definindo que todo o indivíduo brasileiro, inclusive os encarcerados, tenham acesso à informação;
- **Resolução nº 20, de 1994, do ECOSOC:** Nessa resolução o Conselho Econômico e Social da ONU orienta que sejam estabelecidas medidas socioeducativas focadas no combate à reincidência durante o cárcere para garantir um bom retorno do apenado à sociedade;
- **Manifesto da IFLA-UNESCO, de 1994:** Entende que a garantia do acesso à informação é condicional para o alcance da liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade. Em suma, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar e comprometerem-se ativamente com o desenvolvimento de bibliotecas para todas as pessoas, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição sexual, especificando serviços e materiais adequados as pessoas que não possam utilizar os recorrentes, como pessoas com deficiência, hospitalizadas ou reclusas;
- **Conferência de Durban contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, de 2001:** Realizado pela UNESCO para debater os problemas internacionais sobre violências orientadas por raça e etnia. Segundo Davis (2018, p. 25), “revelou a imensidão da tarefa global de eliminar o racismo segundo”. A autora salienta que houve grande esforço feito por profissionais que trabalham com o cárcere no mundo inteiro, de expor como o sistema de prisões em expansão dependem de estruturas racista e continua a promovê-las. Na

Declaração de Durban, quatro itens chamam atenção no que concerne ao cárcere:

4. Insta os Estados a facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem um maior conhecimento e um maior respeito pela sua herança e cultura;
[...]
24. Expressamos nosso profundo repúdio ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que persistem em alguns Estados no funcionamento dos sistemas penais e na aplicação da lei, assim como, nas ações e atitudes de instituições e indivíduos responsáveis pelo cumprimento da lei, especialmente nos casos em que isto tem contribuído para que certos grupos estejam excessivamente representados entre aqueles que estão sob custódia ou encarcerados;
[...]
59. Insta os Estados a incluírem uma perspectiva de gênero na formulação e desenvolvimento de medidas de prevenção, educação e proteção visando à erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em todos os níveis, para fazerem frente com eficácia às distintas situações vivenciadas por mulheres e homens;
[...]
127. Insta os Estados a intensificarem seus esforços no campo da educação, incluindo a educação em direitos humanos, a fim de promoverem o entendimento e a conscientização das causas, conseqüências e males do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e, também, recomenda aos Estados e incentiva as autoridades educacionais e o setor privado a desenvolverem materiais didáticos, em consulta com autoridades educacionais e o setor público, incluindo, livros didáticos e dicionários, visando ao combate daqueles fenômenos; neste contexto, exorta os Estados a darem a importância necessária à revisão e à correção dos livros-textos e dos currículos para a eliminação de quaisquer elementos que venham a promover racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ou a reforçar estereótipos negativos, e para incluírem material que refute tais estereótipos.

A Declaração não versa sobre bibliotecas, entretanto, conforme exemplificado pelos itens acima destacados, pontua ações e compromissos que podem ser incorporados para promoção da democracia da informação. Considerando o contexto racial em que o sistema prisional brasileiro se constitui e a racialização do acesso à informação, os quatro itens acima dialogam diretamente com as ações de uma biblioteca prisional: uma vez que esta pode ter uma ação abolucionista pautada por facilitar a inclusão política através da competência em informação que provoca acesso a outros direitos; reconhecer formas de transmissão de conhecimento não-escritas e a produção intelectual negra e indígena; incluir a perspectiva de gênero em seus produtos e serviços e no combate ao racismo; e, ao compreender a educação como um instrumento de consci-

entização, reconhecer a importância da leitura no combate ao epistemicídio impregnado aos corpos encarcerados;

- **Lei 10.639, de janeiro de 2003:** Altera as diretrizes e bases de educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino “História e Cultura Afro-Brasileira”, resgatando a contribuição dos negros nas áreas sociais, política e econômica do Brasil. É interessante pensar essa legislação dentro do cárcere como uma estratégia de combate ao epistemicídio;
- **Regras de Bangkok, de 2010:** Ou “Regras das Nações Unidas para Tratamento das Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras”, foram criadas em 2010 para determinar políticas e práticas que contemplem as necessidades específicas de mulheres no cárcere. As Regras de Bangkok postula que o acesso à informação e à biblioteca seja o mesmo entre homens e mulheres, entretanto se faz necessário compreender que há diferenças entre as informações demandadas por cada. Nesse contexto, a biblioteca pode se adequar e incluir produtos e serviços específicos para a necessidade de cada um, como: livros infantis para mães lerem para seus bebês no cárcere, temas acerca de saúde feminina, etc;
- **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011:** Define como direito do apenado além da redução da pena por meio do trabalho, também agora por meio do estudo. Beneficiando apenados que cumprem pena em regime fechado, semiaberto e aberto desde que estudem. Para cada 12 horas de frequência escolar (que podem ser divididas no mínimo em 3 dias), 1 (um) dia de pena é reduzido. Também prevê que no caso de conclusão de segmento (Ensino Fundamental, Médio, Profissionalizante ou Nível Superior), o apenado diminui em 1/3 sua pena. A perda do benefício ocorre haja alguma infração disciplinar;
- **Recomendação nº 44, de 2013, do CNJ:** Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura, determinando que para ofertar essa modalidade de remição é necessário o estabelecimento de uma biblioteca que ofereça um bom acervo. Assim, a leitura passa a in-

tegrar as modalidades de remissão de pena. Fica a cargo dos governos dos estados aplicar esta recomendação;

- **Lei nº 13.163, de 10 de setembro de 2015:** Modifica a LEP instituindo, nos presídios, o Ensino Médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, cumprindo assim a CF. Com esta lei, União, estados, municípios e o DF são obrigados a inserir os presos em seus programas de educação. Por conta dessa mudança, o censo penitenciário passa a fiscalizar o nível de escolaridade dos presos, a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de pessoas atendidas, a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de pessoas atendidas, além da existência de bibliotecas e as condições de seu acervo, e outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de pessoas apenadas;
- **Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), da FEBAB:** Criada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) em 2017, tem como missão representar o país em assuntos, eventos e órgãos envolvidos com bibliotecas prisionais, se valendo da disponibilização de fontes de informação “concernentes a temática das bibliotecas de estabelecimentos penitenciários, alinhando as diretrizes já existentes no âmbito da biblioteconomia com a legislação vigente”. Interessante salientar que a comissão foi formada a partir da interação da FEBAB com a bibliotecária Cátia Lindemann, que atua desde a graduação com bibliotecas prisionais e biblioteconomia social e veio dando visibilidade ao tema desde então. Segundo o levantamento desse trabalho, a comissão é a primeira em Biblioteconomia que atua com o tema em caráter nacional e busca integrar ensino com a prática da biblioteca.

Todos os documentos listados demonstram esforços internacionais e nacionais de implementação da democracia da informação dentro do cárcere, entretanto todos foram dificultados pela ação do Estado: as legislações e orientações sobre a obrigatoriedade de biblioteca no cárcere são desrespeitadas uma vez que existem apenas 628 unidades prisionais com bibliotecas de um total de 1438 (CNMP, 2016) e a auto-

rização da remissão de pena por leitura foi inviabilizada durante anos por não ter sido implementada em todas as unidades carcerárias (No DF, por exemplo, foi implementada apenas em 2016).

Estes são sintomas de que a biblioteca prisional é mais pensada como um favor ou uma regalia que o Estado concede do que como um direito inalienável e uma obrigação para com pessoas encarceradas. Entretanto, o fomento extensivo da competência em informação não seria alcançado mesmo que o país simplesmente cumprisse a legislação no que concerne à biblioteca prisional. É preciso aprimorar instrumentos de controle e avaliação dos serviços de informação em estabelecimentos carcerários, inclusive da biblioteca.

2.4.3 Avaliação de bibliotecas

A avaliação de bibliotecas é uma forma de alinhar produtos e serviços com as demandas do usuário e criar novos conhecimentos, bem como um instrumento de orientação para seu planejamento. Entretanto se faz necessário que o tenham instrumentos adequados que garantam e cobrem seu devido funcionamento. É possível utilizar a avaliação para a promoção do desenvolvimento em informação e, consequentemente, fortalecer o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A avaliação não é só uma coleta de dados sobre informações da biblioteca, mas também inclui a identificação dos pontos mais relevantes e sua análise. Trata-se de um trabalho intelectual subjetivo que precisa apresentar resultados objetivos e práticos, logo que não é uma técnica geral que pode ser aplicada a qualquer instituição e precisa adaptar-se ao que vai ser avaliado (ALMEIDA Jr, 2003, pág. 138).

É notável que a “avaliação acompanha as ideias básicas que sustentam teorias, posturas e modos de compreender e explicar as ações dos bibliotecários” (ALMEIDA JR, 2003, p. 208) e pode ser mais um instrumento de controle [que reproduz um discurso do sistema-mundo] ou ter um posicionamento crítico e transformador, onde mergulha em interagir na realidade contextual do que está sendo avaliado através do fortalecimento das vozes dos sujeitos envolvidos e buscando entender como o que será avaliado chegou no estado atual (OSOWSKI, 1995).

Almeida Jr. (2003, p. 106) entende que é preciso “analisar a relação do que se avalia com o todo externo, com a sociedade, com problemas maiores que podem

estar influenciando – e que de fato influenciam -, de alguma forma, o que está avaliado”. Para Lancaster (2004) não é viável usar *direitos* como critérios de avaliação, mas que na prática o resultado sugere enfaticamente quais critérios de avaliação devem ser empregados para garantir *direitos*; pensamento que se alinha com o professor Almeida Jr. (2003, pág. 208) quando este defende que a avaliação deve refletir o comprometimento da biblioteca e de seus trabalhadores com a real democracia da informação. Todos esses autores entendem a participação social da avaliação e é plausível compreender que resumi-la a um levantamento de dados sobre determinado assunto constituiria um trabalho incompleto.

Almeida (1995) salienta que há uma responsabilidade compartilhada na avaliação, onde avaliado e avaliador tem diferentes funções definidas, mas trabalham com um objetivo comum de produzir um conteúdo permanente “de desenvolvimento de um pensamento fundado em princípios éticos” (Ibdem, 2003, p. 207), portanto, a avaliação não é acabada ou sinônimo de repreensão, mas sim um ato de reflexão conjunta sobre o que já foi feito e como melhorar; o autor afirma a necessidade de se compreender e assumir o usuário como participante do processo avaliativo. A avaliação é um processo que produz conhecimento, entende que a biblioteca está inserida numa realidade social e que sua melhoria depende tanto de fatores internos quanto externos, portanto é preciso se considerar também a visão de usuários e pessoas que atuem nesse espaço.

2.4.4 Instrumento de avaliação de bibliotecas prisionais

Visando resolver esse problema, Luanna Vieira Leite, em sua monografia de graduação (2016), propôs diretrizes internacionais para avaliação de bibliotecas prisionais para o combate à exclusão social. Para a autora, critérios quantitativos não são suficientes para analisar as condições das bibliotecas do cárcere, portanto Leite analisou documentos internacionais de instituições de Biblioteconomia segundo os seguintes critérios:

- Limitação de aplicação: Se as diretrizes dos documentos podem ou não ser aplicadas em larga escala, pois alguns podem ser elaborados especificamente para regiões determinadas;

- Atualidade: Avalia-se o período de elaboração, levando em consideração a possibilidade de seus critérios serem relevantes para estudos mais recentes;
- Disponibilidade na íntegra: Se é possível acessar o documento inteiro de forma gratuita

A partir desses critérios, foi delineada uma amostra de quatro documentos de um universo de dezoito itens:

- Guidelines for Library Services to prisoners (Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos), da International Federation of Library Associations (IFLA) ;
- Library Standards for Adult Correctional Institutions (Padrões de Bibliotecas para Instituições Correcionais Adultas), da American Librarian Association (ALA);
- Minimum Standard Guidelines for Library Services to Prisoners²² (Diretrizes Padrão Mínimas de Serviços de biblioteca para Prisioneiros), da Australian Librarian and Information Association (ALIA);
- Directrices para las Bibliotecas de Prisión de Cataluña, do Col·legi Oficial de Bibliotecaris-Documentalistes (COBD).

As diretrizes da COBD foram excluídas do estudo ante a impossibilidade de verificação de significado de termos chaves para a compreensão do texto e o fato de ser delineada para instituições da Catalunha (o documento está escrito em catalão, não espanhol). A partir de análise dos documentos da ALA, ALIA e IFLA e das limitações próprias de bibliotecas em espaços prisionais, elaborou o seguinte quadro:

QUADRO 2 – Instrumento de validação de uma biblioteca de estabelecimento prisional no Brasil

Cat.	Elemento	Critério Requerido	X
A Adminis- tração	Estrutura organizacio- nal	A biblioteca possui um responsável designado que atende aos requisitos abaixo elencados? – Ser pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto);	

²² O título usado no texto difere do título da obra consultada

		– Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado?	
	Políticas e procedimentos	Encontram-se definidos e amplamente divulgados dentre a população carcerária as normas ou regulamentos relativos ao horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais da biblioteca?	
	Planejamento e avaliação	A biblioteca mantém estatísticas atualizadas, no mínimo, sobre a situação e uso do acervo (quantidade de obras adquiridas, quantidade de obras descartadas e quantidade de empréstimos das obras)?	
		A biblioteca realiza pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente?	
Equipe	Funcionário	O estabelecimento prisional faz uso de profissional bibliotecário (seja do seu quadro de pessoal, contratado ou através de parceria/convênio) para elaborar/atualizar o planejamento* de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos)? * O plano deve ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos produtos/serviços de informação ofertados e das estatísticas coletadas da situação/uso do acervo.	
		É ofertado aos presos de boa conduta e com habilidades compatíveis a possibilidade de exercer atividade laboral na biblioteca?	
Instalação fiscal / equipamentos	Localização	A equipe da biblioteca está capacitada para o desempenho das funções técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, organização do acervo referência)?	
		A biblioteca encontra-se instalada em local exclusivo para sua atuação?	
		A biblioteca é acessível por todos os presos do estabelecimento, incluindo os portadores de necessidades especiais?	
	Espaço Físico	A biblioteca possui mecanismo físico de fechamento ao público?	
		A biblioteca possui área mínima de 30m ² e está em bom estado de conservação (iluminação, instalações físicas, elétricas e controle de temperatura)?	
	Mobiliário e equipamentos	O espaço físico da biblioteca comporta, no mínimo: acervo; setor de referência/processamento técnico e; local de acomodação para 5% da população carcerária?	
Coleções	Coleção	A biblioteca possui móveis para o setor de referência e de processamento técnico (balcão, armários, prateleiras, carrinho de livros, mesa, cadeiras, computador), estantes para os materiais informacionais e mesas e cadeiras para leitura?	
		A biblioteca contém no mínimo 10 títulos por preso, dentre obras de cunho literário, educativo (incluindo legislação) e recreativo?	
		O acervo contém exemplares* suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano? * 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)	
		O acervo contempla obras em línguas diversas do português bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante dos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente à comunidade do estabelecimento?	
		O acervo está organizado por método conhecido pela equipe e usuários (preferencialmente, seguindo padrões internacionais)?	
		A biblioteca possui um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções?	

	Política de desenvolvimento de coleções	Dentre os critérios para seleção/desbaste de obras, a pertinência e utilidade do material em relação às características da comunidade carcerária local são levados em consideração, além do estado de conservação do material?	
		A censura de materiais ocorre somente quando comprovado perigo à segurança ou quando cabe a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade?	
Serviços e Programas	Serviços	Os funcionários da biblioteca oferecem serviço de referência, instruções de uso do acervo e recomendações de leitura aos presos?	
Comunicação e marketing	Comunicação	A biblioteca possui mecanismos que promovem a troca de informações com os presos (discussões, caixa de sugestões, etc.)?	
	Marketing	O responsável pela biblioteca, preferencialmente, participa do procedimento de acolhida do preso ao estabelecimento prisional a fim de informá-lo sobre as regras de acesso ao serviço bibliotecário local e dirimir possíveis dúvidas iniciais? Não sendo possível, o profissional que acolhe o preso realiza tal tarefa?	
		A biblioteca tem ciência dos projetos e ações dos diversos programas assistenciais que ocorrem no estabelecimento prisional desde as respectivas fases de planejamento de modo a poder ofertar os serviços bibliotecários pertinentes e viáveis?	
Acesso	Regulamento de acesso	Todos os presos sem restrição de movimentação interna no estabelecimento podem visitar a biblioteca semanalmente durante período suficiente para consultar acervo, solicitar empréstimo, fazer uma leitura local e usufruir de outros serviços disponibilizados pela biblioteca?	
		Aos presos em situação restritiva no estabelecimento é provido meio de usufruir do serviço da biblioteca de modo similar ao realizado pelos demais presos (através de entrega volante, coleção de depósito ou solicitação via catálogo)?	
		A restrição ao acesso à biblioteca aplicada aos presos que descumprirem alguma norma de conduta vigente da biblioteca, devidamente comprovada, tem caráter temporário e educativo?	

Fonte: Leite (2016, p. 144)

A partir da perspectiva teórica desenvolvida nessa Revisão de Literatura, é notável o papel essencial da biblioteca na promoção da democracia da informação como um direito de todo cidadão e em combate ao epistemicídio presente na vida das pessoas apenadas. No sistema prisional, o comprometimento da biblioteca com a democratização da informação precisa ser ainda mais respeitado e seguido por tratar-se de pessoas privadas de sua liberdade que tem na leitura um dos poucos recursos informacionais mantidos pelo Estado. Diante o exposto, nota-se uma crescente preocupação com o adequado funcionamento das bibliotecas prisionais brasi-

leiras e a oportunidade de continuar o sofisticado trabalho de Leite (2016) incorporando uma perspectiva anticistêmica que produza elementos e critérios avaliativos para práticas abolicionistas, respondendo assim o foco dessa monografia: propor um instrumento de desenvolvimento e avaliação para biblioteca prisional a partir de práticas abolicionistas.

3 METODOLOGIA

A metodologia desse estudo será descrita a partir da delimitação do estudo, sua caracterização e procedimentos metodológicos utilizados.

3.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Entendendo que o sistema penitenciário brasileiro se desenvolve de forma punitivista e vingativa enquanto há uma crescente luta internacional pela defesa dos direitos humanos, o planejamento e a avaliação dos serviços de acesso ao conhecimento de bibliotecas carcerárias precisa ir além das orientações institucionais para visar uma defesa política das minorias marginalizadas marcada pela luta decolonial, pois esse tipo de biblioteca trabalha para/com pessoas que estão na linha de frente dos processos genocidas brasileiros, sendo que mulheres e pessoas negras são as mais atingidas.

Dessa forma, validado o fato da biblioteca prisional ser impregnada pela problemática do encarceramento em massa e seu racismo institucional, percebe-se a oportunidade de propor diretrizes de avaliação que promovam uma real democracia da informação dentro do cárcere em alinhamento com o abolicionismo penal. Com a identificação da discussão e do formulário criados por Leite (2016), essa monografia escolhe utilizá-lo como base para ampliá-lo à luz das práticas abolicionistas.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Creswell (2010, pág. 26) compreende que existem três tipos de pesquisa:

- Qualitativa: a que busca explorar e “entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social”;
- Quantitativa: “é um meio de testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis”
- De métodos mistos: “é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”

Considerando que essa monografia envolve perspectivas filosóficas, utiliza abordagens quantitativas e qualitativas tanto na revisão quanto no processo de construção do instrumento de avaliação, ela é uma pesquisa de métodos mistos.

3.2.1 Concepção filosófica

Essa pesquisa nasceu a partir da concepção filosófica pragmática, pois se concentra nas necessidades de pessoas encarceradas em relação ao direito à informação e à educação no cárcere e averigua possibilidades de a biblioteca trabalhar contra esse problema de forma abolicionista. Segundo Creswell (2010, p. 35), esse tipo de concepção filosófica permite que a investigação da pesquisa considere o contexto social, histórico e político enfocando objetivos de justiça social e objetivos políticos. As perspectivas teóricas escolhidas para a revisão de literatura denotam os problemas sociais do contexto fora e dentro do cárcere, sendo demarcadas por um posicionamento anticistêmico e um constante comprometimento com a busca por uma sociedade igualmente mais justa para mulheres, homens, pessoas negras, LGBTQI+, encarcerados, pessoas em situação de rua e etc, onde as diversidades de existência são respeitadas, aceitas e protegidas. Ao centrar o debate em torno da colonialidade, a pesquisa implica em trazer à tona os diversos aspectos do epistemicídio e do genocídio traduzidas em políticas públicas negligentes, segregadoras, machistas e/ou racistas.

3.2.2 Tipo de pesquisa

Essa pesquisa trata de grupos marginalizados com objetivos explícitos de propor instrumentos para intervenção, sendo assim não esconde seu caráter ideológico (ou contra-ideológico se considerarmos um posicionamento ante o sistema) ao se basear na práxis histórica específica das comunidades criminalizadas. E esse trabalho parte de uma visão decolonial da contextualização da biblioteca enquanto instituição no ambiente carcerário. Em suma, foi realizada a revisão de literatura de autores decoloniais que determinaram o enfoque teórico dos levantamentos de dados (quali-

tativos e quantitativos) da revisão de literatura e do processo de criação o instrumentos de desenvolvimento e avaliação de bibliotecas prisionais.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Usou-se como estratégia de pesquisa procedimentos de métodos mistos transformativos, pois permite que a pesquisa utilize enfoque teórico como uma perspectiva ampla para compreensão, oportunizando, assim, uma estrutura de tópicos de interesse para as propostas de mudanças desejadas como resultado desse estudo.

Ou seja, foi apresentada uma perspectiva teórica sobre a não existência de uma democracia da informação no contexto da colonialidade dos corpos destinados ao cárcere, seguido de um levantamento de dados quantitativos sobre o sistema carcerário com análise qualitativa dos significados desses números, seguida se uma contextualização teórica da biblioteca prisional enquanto instituição e levantamento de políticas públicas voltadas para o livro e a leitura no cárcere. Agora culminarei na parte essencial desta monografia: uma revisão numa perspectiva abolicionista do trabalho de diretrizes internacionais de avaliação de bibliotecas carcerárias feito pela bibliotecária Luanna Costa Leite, em 2016.

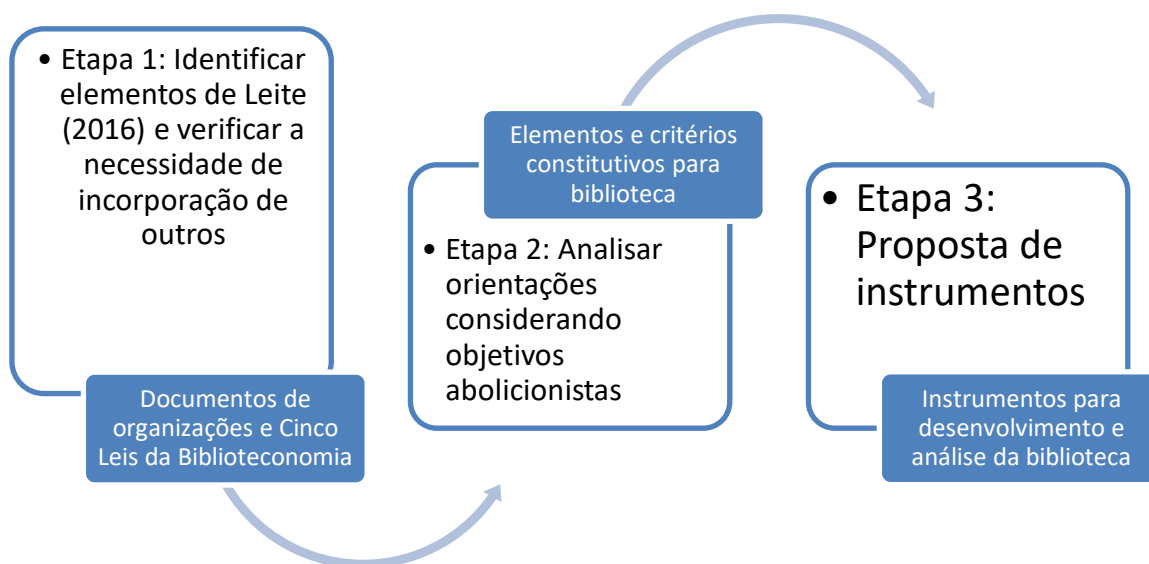
Assim o planejamento da pesquisa foi elaborado em quatro etapas, sendo cada uma definida por objetivos gerais dessa monografia:

- Etapa 1 = Objetivo 1: Identificar os elementos do instrumento de avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais já existe e se há necessidade de incorporar novos;
- Etapa 2 = Objetivo 2: Analisar os elementos identificados, considerando objetivos abolicionistas;
- Etapa 3 = Objetivo 3: Propor instrumentos de desenvolvimento e avaliação de bibliotecas prisionais a partir de uma perspectiva abolicionista.

3.3.1 Procedimentos metodológicos

Cada etapa do procedimento metodológico estão descritas abaixo e obedecem a sequência estabelecida pela Figura 2:

FIGURA 1 – Plano de Execução da Pesquisa



Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p.79)

ETAPA 1: Identificar os elementos do instrumento de avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais já existe e se há necessidade de incorporar novos

Durante a elaboração da revisão de literatura, o levantamento bibliográfico se deu através de pesquisa no Google Scholar, Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM) e na Biblioteca Central dos Estudantes. Constatou-se a existência de um trabalho de levantamento de orientações internacionais para bibliotecas prisionais, a monografia “Bibliotecas de estabelecimentos prisionais: proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social” de Leite (2017) e que as práticas e serviços descritos no livro “As Cinco Leis da Biblioteconomia” de Ranganathan (2009) também contém orientações aplicáveis às bibliotecas prisionais – conforme discutido no item “2.4.1 As Cinco Leis da Biblioteconomia dentro da biblioteca prisional”. Em análise do trabalho de Leite (2017), notou-se a não existência da descrição de missão e objetivos para bibliotecas prisionais e, para suprir essa necessidade, revisitou-se os documentos utilizados nesta

pesquisa e adicionou-se outros que dialogavam com as características pública e escolar de biblioteca prisional. O que gerou o seguinte quadro:

QUADRO 3 – Documentos selecionados sobre avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais

Origem	Título do documento	Ano	Edição
Leite	Bibliotecas de estabelecimentos prisionais	2017	-
Ranganathan	As Cinco Leis da Biblioteconomia	[c1963]	1ª
IFLA	Manifesto para Biblioteca Escolar	2002	1ª
IFLA	Manifesto de Biblioteca Pública	1994	1ª
IFLA	Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos	2015	1ª
ALA	Padrões de Bibliotecas para Instituições Correcionais Adultas	1991	1ª
ALIA	Diretrizes Padrão Mínimas de Serviços de biblioteca para Prisioneiros	1994	1ª

Fonte: Elaboração própria.

ETAPA 2: Analisar as orientações identificadas, considerando objetivos abolicionistas

Nessa fase, os documentos selecionados serão analisados considerando:

a) Práticas abolicionistas

Ao falar do [c]istema prisional, Davis (2018, p. 115) considera que é insuficiente analisar a “soma das cadeias e prisões”. Trata-se de um conjunto de relações simbióticas entre comunidades correcionais, corporações transnacionais, conglomerados de mídia, sindicatos de guardas e projetos legislativos e judiciais”. A promoção de uma reforma institucional apenas mudaria as formas como crianças, mulheres e homens de comunidades carentes seriam aprisionados. A obsolescência e o fim da instituição prisão é legitimada pelo crescimento da população carcerária e endurecimento de castigos como forma de retaliação a crimes ao invés de ‘reformatar os en-

carcerados'. A partir do epistemicídio negro brasileiro demonstrado por Sueli Carneiro (2005), é possível observar tópicos de combate para a aplicação estratégias abolicionistas que começam dentro do cárcere e se expandem para as comunidades criminalizadas.

No contexto brasileiro, é notável como as políticas de encarceramento em massa, aplicadas pela elite racial, possibilitaram e promoveram a nacionalização de facções prisionais e tornaram o cárcere um espaço chave para o comércio de drogas e armamento ilícito; o que aponta a impossibilidade desses ambientes promoverem reformas sociais. Davis (2018, p. 116) aponta a abolição da prisão e a aplicação contínua de estratégias alternativas ao encarceramento como a solução para os problemas do sistema prisional, por exemplo: Desmilitarização das escolas, revitalização da educação em todos os níveis, um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos, um sistema de justiça baseado na reparação e na conciliação em vez de na punição e retaliação e etc.

Avaliando a incorporação de sexismo, lgbtfobia, capacitismo e outras violências que estruturam a sociedade como um todo e reproduzem dentro do cárcere as violências de gênero, orientação sexual, condições físicas e outras como uma forma adicional de controle da população carcerária (Davis, 2018, p. 65), os processos pró-abolicionismo penal precisam se orientar para desconstrução desses preconceitos. Enquanto as prisões não forem abolidas, é possível trabalhar dentro do cárcere para operar condições transgressoras ao sistema. No caso de bibliotecas prisionais, é possível estabelecer práticas disruptivas orientadas pelo posicionamento político-pedagógicas da biblioteca.

b) Adequação ao perfil social da comunidade carcerária brasileira considerando características cistêmicas

Conforme apresentado na revisão de literatura, o usuário principal da biblioteca prisional pertence ao não-público, ou seja, a maior parte das pessoas encarceradas tem baixo acesso à educação formal, espaços culturais, lazer e serviços básicos e todas essas questões continuam durante o cárcere. À biblioteca se faz necessário analisar que a quantidade de inscritos em programas educativos e de trabalho é ínfima, portanto ela precisa se adequar a essa realidade.

Sueli Carneiro (2005) pontua aspectos específicos do epistemicídio sob mentes de corpos marginalizados: anulação de desqualificação do conhecimento, indigência cultural, impedimento do acesso à educação, inferiorização intelectual, deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento, rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência de material ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo, retirada da razão, recusa da racionalidade, assimilação da cultura imposta. Análise que pode ser expandida em Viviane Vergueiro (2015), que demarca o caráter judaico-cristão, eurocentrado e cisheteronormativo do sistema-mundo e do sistema carcerário.

Luanna Vieira Leite (2016) faz uma análise qualitativa da situação das bibliotecas prisionais do Brasil para estabelecer diretrizes efetivas no combate à exclusão social de (ex-) encarcerados. A autora usa o Relatório Estatístico - Analítico do Sistema Prisional Brasileiro (2016) – a pesquisa mais atualizada até o momento, que indica apenas 75.173 (10%) das pessoas encarceradas estão envolvidas com alguma atividade educacional, sendo apenas 9.714 (1,3% da comunidade carcerária) são mulheres.

Atualizando os pontos levantados pela autora e de acordo com INFOPEN Mulheres 2018, temos:

- 42.355 mulheres custodiadas no sistema penitenciário;
- 2% analfabetas, 3% alfabetizadas sem cursos regulares e 45% mulheres com ensino fundamental incompleto, representando no mínimo 50% da comunidade feminina custodiada, do total não foi informado de situação de 11.222 encarceradas (26,4%);
- 9.714 aprisionadas matriculadas em atividades educacionais, representando 20%;
- 1.305 (3%) mulheres envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura);
- 412 (0,5%) participando de programas de remição de pena através da leitura;
- 0 (zero) bibliotecárias atuando no sistema prisional, exceto se estiverem sendo considerados no estrato profissional qualificado como “outros” que representa 3.806 de um total de 108.093 trabalhadores;

Segundo o Relatório Estatístico - Analítico do Sistema Prisional Brasileiro, apenas 43% de estabelecimentos penitenciários possuem biblioteca prisional. Entretanto não há análise de funcionamento, estrutura ou acervo.

Considerando a democracia da informação, se faz necessário ampliar a noção de usuário para comunidade prisional ao invés do indivíduo encarcerado, pois instituições carcerárias também abarcam voluntários, funcionários (concursados e terceirizados) e bebês, além da população carcerária, que estão trabalhando e lidando em uníssono com o cárcere. Obviamente o usuário principal é a população encarcerada, entretanto a incorporação de funcionários e bebês do cárcere considera o tempo destes e suas relações com a instituição e com os encarcerados; e é comum a diversos tipos de bibliotecas institucionais incluir os funcionários ao público-alvo (vide o exemplo de bibliotecas universitárias).

Há um grupo que normalmente tem acesso à biblioteca, entretanto não faz parte do público alvo: os trabalhadores da limpeza. Trata-se de um grupo que tem alguns aspectos comuns com a população carcerária, tais como maioria negra, baixo nível escolar, oriundos de comunidades criminalizadas e alvos do epistemicídio. Considerando o trabalho braçal extenuante e a carga horária semanal, geralmente de 40h somada às gastas no deslocamento até o trabalho (a penitenciária costuma ser distante da cidade por questão de segurança), o tempo e fato de a biblioteca ser incorporável à rotina se tornam fatores determinantes de acesso à cultura, informação e educação. A inclusão de trabalhadores do serviço geral não afeta profundamente a missão ou objetivos da biblioteca prisional, e sim os enriquece; pois a grande diferença entre trabalhadores de serviços gerais e a população carcerária é que não estão presos, pois os trabalhadores se adequam ao perfil do não-público (vide glossário) atendido. Se for possível atender às necessidades de um funcionário, *mesmo que seja temporário ou dos serviços gerais*, sem extrapolar seus limites a ponto de impossibilitar o trabalho, uma biblioteca comprometida com a democracia deve aproveitá-la.

Quanto à permissão e inclusão de bebês nas atividades, as mães encarceradas sofrem de hipermaternidade por serem as únicas responsáveis 24 horas pelos cuidados com seus filhos, o que impossibilita a participação em cursos, atividades, trabalho e etc. Incluir os bebês nesses espaços é uma estratégia propositiva contra

essa tortura específica do sexismopunitivista e traz benefícios aos bebês que ficam seis meses encarcerados sem ter cometido nenhum crime²³.

Portanto a biblioteca prisional deve ter como público-alvo a comunidade carcerária: pessoas encarceradas, trabalhadores da unidade (incluindo os da limpeza e de serviços gerais) e crianças no cárcere. Ou seja, é preciso pensar em comunidade carcerária toda vez que esse trabalho se referir ao usuário de biblioteca prisional, no sentido de que suas atividades devem estar abertas e adaptadas sempre que possível às “pessoas livres” que estão dentro do cárcere, em especial à presença de bebês.

ETAPA 3: Propor instrumentos de análise de bibliotecas prisionais a partir de uma perspectiva abolicionista

Essa etapa apresentará propostas para missão, objetivos, e alteração de critérios e elementos do quadro de Leite (2017).

QUADRO 4 – Metodologia de pesquisa

Objetivo específico	Universo	Amostra	Fonte	Técnica de coleta	Técnica de análise
Identificar os elementos do instrumento de avaliação e desenvolvimento de bibliotecas prisionais já existe e se há necessidade de incorporar novos	Leite (2016), documentos oficiais de organizações envolvidas, literatura acadêmica	Revisão de Literatura	BCE, BDM/BCE	Pesquisa de levantamento	Análise descritiva
Analisar as orientações identificadas considerando critérios abolicionistas	Documentos selecionados: Leite (2016), Ranganathan, ALA, ALIA, IFLA			Pesquisa de levantamento	Análise crítica
Analisar o de-	Elementos/critérios		Documentos	Pesquisa de	Análise

²³ Importante analisar a similaridade da estadia de bebês no cárcere com a Lei do Ventre Livre, uma vez que a maioria dessas mulheres já era mãe e cometeu pequenos crimes no varejo do tráfico para se sustentar.

envolvimento de serviços e atividades da biblioteca da PFDF	identificados nas fases anteriores	selecionados	levantamento	crítica
---	------------------------------------	--------------	--------------	---------

Fonte: Elaboração própria

4 ANÁLISE, RESULTADO E PROPOSTA

Sou eu, sou eu, sou eu: liberdade
Sou eu, sou eu, sou eu: realidade
Sou também fraternidade
Por um mundo de igualdade
Semeando pelos campos o amor
Serei Pablo Neruda
Serei Ernesto Che Guevara
Serei Luther King... ou Gandhi
Serei um Guarani... ou Tupi
Serei o poeta Uxio
Serei Nelson Mandela ou Lenon
Serei Abraham Lincoln ou Zumbi

Sou eu: Liberdade.

Sou eu: Igualdade.

Mateus Aleluia - Liberdade

Como visto na Revisão de Literatura, o Brasil possui legislação para bibliotecas prisionais. A Lei nº 13.163/2015 inclui na LEP a responsabilidade do censo penitenciário em apurar a existência de bibliotecas em estabelecimentos prisionais e seu acervo, entretanto não estabelece critérios mínimos de avaliação. O capítulo IV da LEP dá ao Ministério Público (MP) a responsabilidade de fiscalizar mensalmente a implementação da LEP dentro de penitenciárias, ou seja, a devida execução da pena, bem como os direitos das pessoas encarceradas. Padronizando seus critérios de fiscalização da LEP, em 2010 o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estabeleceu regras de uniformização de suas fiscalizações através da Resolução nº 56, de 22 de junho de 2010 ao definir que: o MP deverá fazer visitas mensais registrando presença e resultados em livros próprios, bem como apresentar relatórios trimestrais e anuais à Corregedoria e à população; O §2º do Art.2º, prevê:

§ 2º Os formulários serão previamente aprovados no âmbito da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, e disponibilizados no sítio do Conselho Nacional do Ministério Público, contendo:

I - classificação, instalações físicas, recursos humanos, capacidade e ocupação do estabelecimento penal;

II - perfil da população carcerária, assistência, trabalho, disciplina e observância dos direitos dos presos ou internados;

III - medidas adotadas para a promoção do funcionamento adequado do estabelecimento;

IV - considerações gerais e outros dados reputados relevantes. (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2010)

A partir desses formulários, em 2013 o MP lança “A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro”, de publicação anual. Trata-se de uma pesquisa quantitativa a partir da qual o CNMP analisa as condições do cárcere. Nos formulários utilizados contam os seguintes critérios relevantes para as bibliotecas:

Informações acerca da existência de biblioteca (s/n), existência de atividades de cultura e lazer (s/n), quantidade de presos matriculados na assistência educacional, local para realização de estágio universitário (s/n) e se havia a garantia do preso acessar meios de informação (s/n) [bem como livre acesso à leitura]. Quanto ao relatório anual, acrescentava-se a possibilidade de captar dados sobre a participação de presos em cursos ministrados (s/n), quantidade de exemplares na biblioteca, descrição do acervo e se havia garantia do livre acesso à leitura para todos os presos (s/n)

Nem o estudo do CNMP nem o INFOPEN levantam informações mais aprofundadas sobre o acervo de bibliotecas prisionais, seu funcionamento, equipe de trabalho, condições físicas e outros aspectos importantes para uma real avaliação de sua realidade.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS OS ELEMENTOS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS JÁ EXISTE E SE HÁ NECESSIDADE DE INCORPORAR NOVOS

Portanto seleciona-se:

4.1.1 Proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social (LEITE, 2016)

Conforme apresentado no item “2.4.4 Instrumento de avaliação de bibliotecas prisionais”, Leite (2016) selecionou as orientações da IFLA, da ALA e da ALIA como base para seu trabalho. A partir desses documentos, identificou elementos comuns para avaliação entre os três documentos restantes e construiu o seguinte mapa mental:

FIGURA 2 – Mapa de elementos da biblioteca de estabelecimento prisional



Fonte: Leite (2016, p. 89).

A proposta de Leite (2016) é focada na avaliação de atividades, programas e projetos da biblioteca prisional, sendo assim há apenas referências da necessidade de missão e objetivos para as bibliotecas. Por conta do caráter político, notou-se a necessidade de estabelecer uma orientação mínima para missões e objetivos para orientar práticas abolicionistas e, para tanto, utilizar elementos de outros documentos. Portanto foram selecionados as três orientações em que Leite (2016) se baseia (documentos da ALA, ALIA e IFLA) e os dois manifestos sobre bibliotecas públicas e escolares da IFLA.

4.1.2 Documentos ALA, ALIA e IFLA

Considerando o trabalho já realizado por Leite (2016) e os aspectos de biblioteca escolar e de pública da biblioteca prisional, faz-se necessário incluir documentos que abarquem essas questões. Sendo assim, tem-se selecionado:

- Guidelines for Library Services to prisoners (Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos), da International Federation of Library Associations (IFLA), de 2015;
- Library Standards for Adult Correctional Institutions (Padrões de Bibliotecas para Instituições Correcionais Adultas), da American Librarian Association (ALA), de 1991;

- Minimum Standard Guidelines for Library Services to Prisoners²⁴ (Diretrizes Padrão Mínimas de Serviços de biblioteca para Prisioneiros), da Australian Librarian and Information Association (ALIA), de 2015;
- Manifesto de Biblioteca Pública, da IFLA, de 1994;
- Manifesto para Biblioteca Escolar, da IFLA, de 2002.

4.1.3 Cinco Leis de Ranganathan

Conforme apresentado na Revisão de Literatura, as Cinco Leis de Ranganathan são baseadas na democratização do uso e do acesso à biblioteca e propõem atividades e práticas aplicáveis à biblioteca prisional, portanto também serão incorporadas.

4.2 ANÁLISE DOS ELEMENTOS IDENTIFICADOS

Os documentos serão analisados segundo práticas abolicionistas e adequação do perfil da comunidade prisional:

4.2.1 Documentos ALA, ALIA e IFLA

Tendo como norte os fatores acima apresentados, podemos analisar as diretrizes propostos pela ALA, ALIA e IFLA para enriquecer os instrumentos análise de bibliotecas prisionais. Para tanto, será construído um modelo de missão, objetivos e um formulário focados no desenvolvimento e na avaliação de bibliotecas prisionais brasileiras. Tanto missão quanto objetivos têm de ser criado e aplicados em observância ao contexto da constituição e em salvaguarda dos direitos da comunidade prisional.

4.2.1.1 MISSÃO

Considerando o caráter híbrido da biblioteca prisional, que combina aspectos de biblioteca pública com escolar, é possível traçar missão e objetivos universais à

²⁴ O título usado no texto difere do título da obra consultada

realidade brasileira que podem ser adequados de acordo com as especificidades de cada unidade preservando um caráter antirracista.

Para tanto, temos as seguintes orientações:

Quadro 5 – Aspectos norteadores para a missão

Entidade	Trecho
IFLA	<p>As bibliotecas de estabelecimentos prisionais devem aproximar-se do modelo da biblioteca pública, ao mesmo tempo que proporcionam recursos para a educação na prisão e os programas de reabilitação, bem como outros requisitos específicos dos estabelecimentos prisionais, como por exemplo, coleções de legislação. Deve ser dada especial atenção à correspondência com as necessidades multiculturais e multilinguísticas dos utilizadores.</p>
	<p>A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social.</p> <p>Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.</p>
	<p>A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública.</p> <p>O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas.</p> <p>Está comprovado que bibliotecários e professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação.</p> <p>Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e <i>status</i> profissional e social. Serviços e materiais específicos devem ser disponibilizados a pessoas não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca.</p> <p>O acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da <i>Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem</i>, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais.</p>
ALA	os serviços bibliotecários devem garantir que os direitos de leitura dos detentos e seu

	direito de livre acesso à informação, os serviços abranjam a mesma variedade de materiais, formatos e programas disponíveis na comunidade externa [...]. O bibliotecário deve reconhecer que a biblioteca é uma parte da agência com prioridades de segurança.
ALIA	<p>2. Existência e Propósito das Bibliotecas Penitenciárias</p> <p>2.1 O propósito dos serviços de biblioteca prisional é atender às necessidades recreativas, educacionais e outras necessidades de informação dos reclusos durante a sua detenção e fornecer informações que irá ajudá-los posteriormente a se restabelecer na comunidade.</p> <p>2.2 Todas as prisões ou instituições similares com uma população média de 25 ou mais de sua própria biblioteca para o uso exclusivo de prisioneiros, semelhante a uma biblioteca pública local.</p> <p>2.3 No caso de instituições menores, os presos devem ser garantidos uma alternativa que servir igualmente as suas necessidades. Alternativas podem incluir acesso a uma biblioteca pública local, visitas agendadas por uma biblioteca móvel, ou rotação periódica de uma coleção de livros e outros materiais fornecidos por uma biblioteca.</p>

Fonte: Criação própria a partir de documentos da IFLA (2015, 1994, 2002), ALA (1992) e ALIA (2015). Traduzidos pela autora.

Em “Orientações para serviços de bibliotecas para reclusos” (20015), a IFLA indica que o modelo de bibliotecas prisionais deve se aproximar das públicas, sendo assim o “Manifesto sobre Bibliotecas Públicas” (1994) pode ser usado como complemento. Considerando a relação da IFLA com a UNESCO e a proximidade de biblioteca prisional com escolar, trazemos o “Manifesto para Biblioteca Escolar” (2002) para melhor compreender a missão de uma biblioteca prisional. Corroborando o trabalho de Leite (2016), os documentos da ALA e da ALIA apresentam aspectos enriquecedores à elaboração da missão.

Os documentos da IFLA possuem um caráter mais humanitário e alinhado com a Declaração Universal de Direitos Humanos, ressaltando a primordialidade de se adequar às necessidade individuais frente às mudanças sociais e o respeito às minorias sociais. As diretrizes da ALA e da ALIA são mais técnicas e ligadas a direitos legislados. Faz necessário analisar também os seguintes aspectos à luz do epistemicídio para a construção de práticas abolicionistas:

- a) Apoio ao processo educativo: O tempo de pena pode ser aproveitado com a participação em projetos de educação formal, oficinas, cursos e etc. Ao criar atividades que incorporem os temas tratados pelos professores, tutores, voluntários e outros, a biblioteca coaduna seu compromisso com o direito à educação e amplia os processos e instrumentos

de desenvolvimento de competência em informação, pois os usuários terão intimidade com o assunto e cria-se uma parceria com outros agentes culturais da instituição. Aspecto apresentado pela IFLA (2015, 2002) e pela ALIA (2015).

- b) A presença da tradição oral: Além da oralidade ser uma prática ancestral para população negra e uma forma universal de expressividade, ela atravessa limites da educação formal. Ao elencar atividades de contação de história, rodas de prosa, clubes do livro, debates, apreciação musical, construção cinematográfica, cinema e outras, a biblioteca agrega formas de transmissão de conhecimento não-centradas na cultura escrita e amplia seu público. É possível ver uma aproximação com esse ponto quando a IFLA (1994) ressalta a necessidade de a biblioteca disponibilizar documentos adequados às necessidades dos usuários e pontua minorias políticas;
- c) A competência em informação: considerando as dimensões técnica, estética, ética e política sob as quais o desenvolvimento da competência em informação se dá, ela incorpora a criação de pensadores críticos e efetivos usuários da informação, atingindo níveis de saúde mental ao participar da desconstrução do epistemicídio de forma individual e coletivo. Portanto, se faz necessário um retorno à competência em informação como um instrumento de desmantelamento do epistemicídio dentro do cárcere (debatido no final da revisão de literatura). Considerando que o epistemicídio promove “um rebaixamento da capacidade cognitiva a partir da carência de material” (Carneiro, 2005, p.97), é essencial que a biblioteca ensine os usuários a lidar com as mais diversas formas de informações nos mais distintos meios.
- d) Reconhecimento e valorização da cultura da comunidade: Tendo em vista a indigência cultural e assimilação de cultura hegemônica apontados por Carneiro (2015), a criação de espaços de cultura e ao lazer também faz parte da missão da biblioteca, entretanto se faz necessário a valorização da cultura da comunidade prisional, respeitando suas diversidades e formas de expressão. O extensivo acesso à cultura escrita não é a única possibilidade de criação de pensamento crítico, vide expressões

de contra-cultura bem demarcadas pelo rap, documentários, grafiteagem, slams e outras formas de expressão de periferia. Nesse contexto, o papel da biblioteca pode ser uma entidade que apresenta mais instrumentos que elenquem também saberes já existentes. A valorização da cultura da comunidade prisional também é uma valorização do saber individual e um reconhecimento do encarcerado como portador de conhecimento, o que caracteriza uma prática anti-epistemicida;

- e) Parceria com outras bibliotecas: Observando a possibilidade de usuários precisarem de itens muitos específicos que a biblioteca não possua e que as formas de consegui-los dentro do cárcere são extremamente limitadas, é interessante que a biblioteca mantenha cadastro com bibliotecas especializadas e públicas para empréstimos. E essa atividade deve estar prevista no planejamento.
- f) Respeito à DUDH: As mudanças substanciais de bibliotecas no cárcere brasileiro se deram a partir da DUDH e de resoluções da ONU, pois, de acordo com o levantamento bibliográfico, trata-se da organização internacional com maior influência para a obrigatoriedade de bibliotecas prisionais no Brasil;
- g) Equidade de representatividade no acervo: Conforme observado no item “1.1.3 Do epistemicídio” da Revisão de Literatura, o epistemicídio cria um estereótipo sobre os indivíduos de comunidades marginalizadas como seres incapazes de produzir conhecimento, o que atua basicamente por duas frentes: impedindo a construção de novos conhecimentos através da baixa-estima intelectual e o não reconhecimento formas da produção negra, trans, feminina e etc. Ao estabelecer a representatividade como um dos trabalhos da biblioteca, provoca-se um reconhecimento de encarcerados com o aquele conhecimento e o intelectual por trás dele. Vide o caso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e seu susto ao ver pessoas negras que comem manga iguais a ela pintadas e autoras de livros.
- h) Reabilitação: Partindo do pressuposto que a maioria das pessoas encarceradas são oriundas de comunidades criminalizadas, não faz sentido falar em reabilitação, pois o sistema-prisional é desenhado para aprisio-

nar esses corpos. Sendo assim, ao assumir práticas anti-epistemicida e abolicionistas, a biblioteca trabalha no sentido de avançar o abolicionismo dentro e fora do cárcere.

Considerando os pontos avaliados e a fragilidade das bibliotecas prisionais brasileiras, sua missão precisa abarcar o máximo de orientações possíveis, é plausível:

“A biblioteca prisional garante o direito à leitura, à informação em suas diversas formas e à cultura; oferecendo serviços e produtos de apoio aos programas educacionais, recreativos e de assistência social; bem como fomentando a cultura e o lazer de membros da comunidade prisional; disponibilizando instrumentos para desenvolverem sua competência em informação em todos os formatos e meios, instigando a produção cultural e de conhecimento e reconhecendo e respeitando a cultura local e as características multiculturais e multilinguísticas; tornando prontamente disponível conhecimento e informações de todos os gêneros mantendo a equidade de representação em seu acervo, abarcando negros, indígenas, mulheres, LGBTQI+ e demais grupos específicos identificáveis no estabelecimento. Seus serviços são fornecidos em base de igualdade de acesso, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, condição social, orientação sexual ou condições físicas. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição de pessoas que não tenham condições de usar os materiais comuns da biblioteca. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, bem como respeitar as formas de transmissão de informação tradicionais. O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. O acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direi-

tos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais.”

4.2.1.2 OBJETIVOS

Os objetivos devem indicar as atividades pontuais de realização da missão. Dos documentos selecionados, apenas dois a seguir da IFLA versam sobre objetivos:

QUADRO 6 – Aspectos norteadores para os objetivos

Doc.	Objetivos
Manifesto Biblioteca Pública (IFLA, 1994)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; 2. Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis; 3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; 4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; 5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espectáculo; 7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; 10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; 11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; 12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Manifesto Biblioteca Escolar (IFLA, 2002)	<ul style="list-style-type: none"> • apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola; • desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida; • oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; • apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos; • prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões; • organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; • trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; • proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia; • promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor.
--	--

Fonte: Criação própria a partir de IFLA (1994, 2002).

Entendendo que a educação formal reproduz poderes, saberes subjetividades e “cídios” do [cistema-mundo] (Carneiro, 2015, p. 97), as parcerias com projetos educativos dentro do cárcere precisam estar alinhadas com o combate à inferiorização intelectual e uma postura de reparação à histórica negação de educação de qualidade;

- Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à construção de uma sociedade democrática;
- Apoiar a educação individual e a auto-formação;
- Apoiar a tradição oral;
- Apoiar e intensificar a execução de projetos educativos, técnicos, recreativos, terapêuticos e de assistência social da instituição;
- Apoiar todos os usuários na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- Assegurar o acesso da comunidade prisional a todos os tipos de informação e todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- Desenvolver e manter nos usuários, de qualquer nível de alfabetização, o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;

- Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Promover auto-estima intelectual;
- Proporcionar serviços de informação personalizados aos grupos da instituição;
- Prover acesso universal aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões, adequando-se às condições individuais;
- Manter o caráter interseccional de toda atividade proposta sempre que possível;
- Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e parentes, para o alcance final da missão e objetivos da educação contínua;
- Não ser objeto de negociação, castigo ou tortura, pois o acesso à biblioteca é um direito ;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

A construção da missão e dos objetivos propostos se deu a partir da dialética entre os autores apresentados sobre a constituição e desenvolvimento do cárcere numa sociedade profundamente marcada pelo racismo institucionalizado, que é caso brasileiro. Assim, a execução de práticas abolicionistas é necessária para auxiliar pessoas encarceradas a desenvolverem habilidades anti-cistêmicas para seu progresso individual e junto às suas comunidades criminalizadas.

4.2.2 Incorporação de critérios abolicionistas ao formulário

A partir de extensa análise das diretrizes da ALA, ALIA e IFLA, Leite (2016) elaborou critérios requeridos e desejáveis para bibliotecas prisionais no Brasil. A notável monografia constrói instrumentos de avaliação para o desenvolvimento de práticas socialmente inclusivas na realidade do cárcere, de modo a não segregação dentro de um ambiente já adoecido.

A orientação abolicionista norteadora deste trabalho expande os instrumentos construídos abrangendo a fragilidade da existência mínima da biblioteca prisional e a postura anticistêmica essencial para qualquer atividade dentro do cárcere, ou seja,

apresenta estratégias para manter a biblioteca apesar da histórica negligência governamental e para dirigir as práticas antiepistemicidas. Sendo assim, alguns critérios considerados desejáveis dentro dos quadros analisados passam a ser considerados essenciais para práticas anticistêmicas.

Por essa seção ser composta por muitos quadros que tratam se assunto similares, escolheu-se manter critérios desenvolvidos pela autora dessa monografia grifados para demarcar o trabalho de Leite e as contribuições aqui propostas.

4.2.2.1 CATEGORIA “ADMINISTRAÇÃO”

Essa categoria versa sobre os elementos administrativos de funcionamento da biblioteca, sendo eles:

a) Elemento “Estrutura organizacional”

Quadro 7 – Critérios selecionados do elemento: Estrutura organizacional

Elem.	Critério	Resultado
Estrutura organizacional	A biblioteca deve possuir um responsável designado, atendendo aos requisitos: <ul style="list-style-type: none"> o Ser pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto); o Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; 	●
	A biblioteca deve presidir um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e de um grupo de presos.	○

Fonte: Leite, 2017, p. 141. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (○)

Ter acesso a uma biblioteca é um direito garantido na LEP. Portanto sua existência e funcionamento são uma obrigação que deve ser cumprida pelo Estado. A instituição prisional é dotada de diferentes alas que precisam de profissionais específicos para seu bom funcionamento, e a biblioteca não foge a esse caso. Considerando tratar-se de um ambiente de isolamento constante que conta com EJA e atividades instrutivas e didáticas, o funcionário responsável pela biblioteca precisa ser formado na área e, de preferência, com tenha intimidade ou esteja disposto a fazer cursos para lidar com a realidade do cárcere.

A LEP, em seu art. 71, indica a preferência para contratação de mulheres em instituições femininas. Segundo a OMS, o cárcere feminino brasileiro é marcado por violações, abusos e estupros contra corpos femininos (Idem, 2002 p.169) e há uma

naturalização da violência de gênero na vida de mulheres pobres (Idem, 2002, p. 91), conforme mostrado na revisão de literatura. Somando esses fatos ao de que algumas instituições de maioria feminina são classificadas como mistas por abarcarem poucos homens em tratamento de saúde (como é o caso da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, que é classificada no INFOPEN como mista), é uma questão de segurança definir que os cargos de bibliotecários sejam reservados a mulheres no caso de instituições femininas ou mistas com predominância feminina. Para além, conforme apresentado no item “2.3.1 As Cinco Leis da Biblioteconomia” da revisão bibliográfica, é importante que o pessoal seja incentivado a trabalhar da melhor forma possível e isso é impossível sem segurança e um pagamento justo. Considerando que a instabilidade da terceirização de trabalho público, o concurso público é uma forma eficiente de selecionar as pessoas que atuarão nesse serviço público.

Outro ponto relevante é que, conforme Ranganathan defende, a biblioteca pertence à comunidade. O comitê consultivo constitui uma postura participatória e mais autônoma de seu desenvolvimento, assegura os interesses da comunidade prisional e gera conhecimento e habilidades de debate e resolução de problemas. Não se trata apenas de incluir os encarcerados na biblioteca, mas sim de criar e desenvolvê-la junto e para os maiores interessados em seu funcionamento: a comunidade prisional.

Observados esses pontos, segue-se a adequação de critérios requeridos:

Quadro - Incorporação de critérios selecionados do elemento: Estrutura organizacional

Critério	
Estrutura Organizacional	<p>A biblioteca deve possuir ao menos responsável designado atendendo os requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser uma pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto) • Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; • <i>Ser graduado em Biblioteconomia</i> • <i>Se tratar-se de uma instituição feminina ou mista com maioria de mulheres na população carcerária, deve-se contratar exclusivamente mulhere (cis ou trans) bibliotecária²⁵</i> • <i>Ser selecionada e nomeada através de concurso público</i>
	<p><i>A biblioteca deve presidir um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e um grupo de encarce-</i></p>

²⁵ Conforme apresentado na revisão de literatura, a identidade mulher não se limita no determinismo biológico. Sinto ser necessário ressaltar a possibilidade de uma mulher trans atuar no mesmo espaço de uma cis como um reconhecimento necessário ante a marginalização da comunidade trans.

	<i>radados eleitos mediante indicação coletiva, atendendo os seguintes requisitos</i>
--	---

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 141).

b) Elemento “Políticas e procedimentos”

Quadro 9 - Critérios selecionados do elemento: Políticas e procedimentos

Políticas e procedimentos	As normas ou regulamentos que viabilizam o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – devem estar definidos e ser de amplo conhecimento da população carcerária;	●
	A biblioteca deve possuir os procedimentos formalizados de demais áreas, quando existirem: operações diárias, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia da informação;	○

Fonte: Leite, 2017, p. 141. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (○)

Todos os documentos indicam uma necessidade de haver uma política que oriente a atuação da biblioteca, tais como “missão, objetivos, fontes de financiamento e responsabilidades administrativas” (Leite, 2017). Considerando os aspectos racistas, misóginos e excludentes próprios do sistema prisional, essa política deve evidenciar o papel da biblioteca no combate à segregação social e racial promovida pelo cárcere através da contínua defesa da democracia da informação. Deve haver um estudo preliminar e os resultados devem ser debatidos com o comitê consultivo para daí ela ser criada. Esse trabalho apresenta uma proposta inicial para debate.

O quadro prescreve que as normas e regulamentos estejam disponíveis e acessíveis aos usuários e que exista formalização dos trabalhos e processos de funcionamento. Considerando a fragilidade da biblioteca ante mudanças legislativas, a política e procedimentos devem pensar estratégias para que ela possa se gerir mesmo sem a presença de um bibliotecário ou demais funcionários.

Para além de manter a população carcerária informada e facilitar o serviço da equipe, essas propostas possibilitam que os usuários conheçam o funcionamento da biblioteca e tenham mais informações para fazer valer seus direitos.

Sendo assim, é proposto adicionar o critério da política da biblioteca e manter os outros no quadro:

Quadro 10 - Incorporação de critérios selecionados do elemento: política e procedimentos

Critérios	
Política e Procedimentos	<i>A política precisa ser discutida e implementada com o conselho consultivo após análise e um estudo prévio, devendo este abarcar os aspectos sistêmicos do cárcere</i>
	As normas ou regulamentos que viabilizem o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – devem estar definidos e ser de amplo conhecimento da comunidade prisional, considerando:
	A biblioteca deve possuir os procedimentos formalizados de todas as operações diárias, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia de informação

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 141).

c) Elemento “Planejamento e avaliação”

Quadro 11 - Critérios selecionados do elemento: Políticas e procedimentos

Planejamento e avaliação	A biblioteca deve, no mínimo, manter estatísticas atualizadas sobre a situação e uso do acervo: quantidade de obras adquiridas, quantidade de obras descartadas e quantidade de empréstimos das obras.	●
	A biblioteca deve realizar pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente.	●
	O estabelecimento prisional deve fazer uso de profissional bibliotecário (seja do seu quadro de pessoal, contratado ou através de parceria/convênio) para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), devendo ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e nas estatísticas coletadas da situação e uso do acervo.	●

Fonte: Leite, 2017, p. 141. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (o)

O planejamento deve ser norteado pela política da biblioteca (missão e objetivos) e abarcar plano, atividades, programas, projetos, orçamento e etc. que possibilitem que a biblioteca execute seus serviços e produtos. Considerando que o acesso a informação abarca diversas formas de transmissão e fomento de conhecimento e o comprovado baixo nível escolar da comunidade prisional, a leitura é apenas uma das muitas atividades que precisam ser realizadas nesse ambiente para garantir o direito à informação. O planejamento deve incluir formas de transmissão e fomento de conhecimento adequadas com as características específicas dos grupos focais, sem negligenciar o desenvolvimento da competência em informação. Para tanto, o planejamento deve avaliar as condições atuais da biblioteca e delinear as próximas atividades a curto, médio e longo prazo.

Quadro 12 - Incorporação de critérios selecionados do elemento: Planejamento e avaliação

Critérios	
Planejamento e avaliação	<i>O planejamento deve estar alinhado com a política da biblioteca, portanto deve ser anualmente avaliado</i>
	<i>O planejamento deve organizar as atividades de todos os setores da biblioteca a curto, médio e longo prazo, adequando-as sempre nas diretrizes da missão e dos objetivos</i>
	A biblioteca deve manter estatísticas atualizadas sobre a situação e uso de todos os seus produtos e serviços, bem como metas de desempenho e objetivos alcançados
	A biblioteca deve realizar pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente.
	O estabelecimento prisional deve fazer uso de um profissional bibliotecário para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), devendo ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e nas estatísticas coletadas da situação e uso do acervo.

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 141).

4.2.2.2 CATEGORIA “EQUIPE”

a) Elemento “Bibliotecário”

Quadro 13 – Elemento: Bibliotecário

Bibliotecário	A biblioteca deve possuir ao menos um profissional bibliotecário em sua equipe a quem caberá a chefia do setor, além do desempenho de atividades pertinentes à sua atuação profissional. O profissional poderá pertencer ao quadro de pessoal do estabelecimento prisional ou ser contratado, inclusive por convênio/parceria com outros órgãos.	○
---------------	--	---

Fonte: Leite, 2017, p. 141. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (○)

O quadro original define a necessidade de, no mínimo, um bibliotecário na biblioteca, sendo ele do quadro de pessoal ou contratado através de convênio ou parceria com outros órgãos. Para essa conclusão, a autora considerou a ausência de bibliotecários em bibliotecas públicas brasileiras e que o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Brasil, 2015) não prevê o cargo. O quadro é uma proposta de análise para órgãos públicos e se adequa às limitações legais do sistema prisional, o que pode representar obstáculos ao desenvolvimento adequado da biblioteca.

Se alinhando com os documentos da IFLA, ALA e ALIA, essa monografia considera indispensável a presença de profissionais formados na área e dedicados ao funcionamento da biblioteca. Além de as diretrizes sobre bibliotecas prisionais das três organizações versarem sobre a indispensabilidade de um bibliotecário no quadro de serviços, também indicam a necessidade de exigir experiência e formação

complementar para contratação. Relembrando perfil da biblioteca prisional que reúne características de três tipos diferentes (especial, pública e escolar), se faz essencial analisar as indicações da IFLA em seus manifestos sobre biblioteca pública (1994) e escolar (2005), que por sua vez entendem que as atividades do bibliotecário devem ser mais políticas e intelectuais voltadas para a gestão da biblioteca e menos focada em atividade manuais, conforme os trechos abaixo mostram:

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros.

O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. (IFLA, 2005, p.4)

E:

O bibliotecário é um intermediário ativo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados. (IFLA, 1994, p.3)

Algumas atividades específicas do bibliotecário são elencadas nos trechos acima: planejamento e gestão da biblioteca, de seus recursos, da informação e do ensino, todo focados na promoção de uma relação bidirecional entre usuários e a instituição. No caso da biblioteca prisional, todas essas características precisam ser incorporadas de maneira adaptada a considerar as características sistêmicas da população. O bibliotecário prisional é responsável, principalmente, por facilitar o acesso à informação para toda a comunidade prisional, fomentando o interesse por aprendizado e debates, possibilitando assim o desenvolvimento da competência em informação.

A atual ausência de bibliotecários em ambientes carcerário caracteriza a negligência governamental para com o direito à informação de pessoas encarceradas e a continuidade de uma política estatal epistemicida dentro do cárcere. Considerando a documentada hiperlotação do sistema carcerário, é fundamental haver mais de um bibliotecário atuando em instituições estaduais para ser viável atender toda a comunidade prisional nas duas frentes principais de atuação: o trabalho intelectual e o

manual. Pois ambos demandam muitos tempo e esforço, o que impossibilita sua realização por uma pessoa apenas.

Assim, pelos motivos propostos, sugerem a seguinte modificação de critério do elemento “Bibliotecário”:

Quadro 14 - Incorporação de critérios selecionados do elemento: Bibliotecário

Critério	
Bibliotecário	<p><i>A biblioteca deve possuir ao menos dois profissionais bibliotecários, um diretor e um assistente com formação em curso reconhecido pelo MEC, em sua equipe:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sendo oriundo de concurso público;</i> • <i>Ser formado em biblioteconomia com certificado reconhecido pelo MEC.</i>

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 141).

b) Elemento “Funcionário”

Quadro 15 - Elemento: Funcionário

Funcionário	Deve ser permitido ao preso de boa conduta a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca, desde que compatível com suas habilidades.	●
	A equipe da biblioteca deve estar capacitada para o desempenho das funções técnicas bibliotecárias (catalogação, classificação, organização do acervo, referência).	●
	Deve ser permitida a participação da comunidade em trabalho voluntário na biblioteca	○

Fonte: Leite, 2017, p. 141. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (○)

Conforme Leite (2016, p. 105) indica, “a presença de [encarcerados] como responsáveis das bibliotecas não é incomum, parecendo ser em alguns casos a única forma de manter sua existência”, portanto seu treinamento/capacitação é indispensável. Utilizar “boa conduta” como critério de corte alinha a biblioteca à prática de controle de corpos própria do sistema que converte direitos em instrumento de negociação, portanto é oportuno definir parâmetros mais acessíveis para seleção de funcionários oriundos da população carcerária, como avaliação pelo comitê consultivo, recomendação de outros encarcerados e funcionários da instituição, etc.

- i. Atividade laboral na biblioteca e canteiro da sereia (ou problemas do trabalho prisional): O art. 6º da CF88²⁶ assegura que o trabalho e a previdência social são direitos e o art. 41 da LEP²⁷ garante a previdência

²⁶Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

²⁷Art. 41 - Constituem direitos do preso: I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social [...]; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o

social, o trabalho e sua remuneração como direitos da pessoa encarcerada, mas a prática não condiz com a lei. O trabalho do encarcerado não é definido pela CLT e sim pela LEP, que o considera:

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

Ou seja, entendendo a continuação do epistemicídio dentro do cárcere, as atividades laborais da população carcerária não estão focadas no seu desenvolvimento profissional ou em garantir direitos constitucionais e trabalhistas, mas sim no projeto do sistema carcerário que é focado na 'segurança' e no 'controle'. Ao analisar a relação do trabalho prisional com o trabalho escravo, Guedes (2014) explica problemas, sendo alguns:

- ii. *Inércia estatal*: Segundo o INFOPEN (2016), além de 48% da população carcerária estar presa sem julgamento, apenas 1,5% do total está exercendo alguma atividade laboral dentro da instituição enquanto 13,5% atuam externamente (INFOPEN 2016). Ou seja, a maior parte dos poucos trabalhadores existentes não tem como possibilidade ocupar cargos dentro das instituições prisionais. No caso de detentos em regime fechado, isso é um ponto determinante. A julgar pelo crescimento constante da população carcerária, o [c]istema penitenciário não gera trabalho suficiente para todos os encarcerados e nem tem condições de fazê-lo proporcionalmente ao crescimento de sentenças privativas de liberdade;
- iii. Trabalho focado na produtividade: O autor aponta que os trabalhos existentes são simples e são focados no máximo de produção possível. Como não exigem muito da capacidade intelectual, não criam interesse nos trabalhadores e são pouco atrativos. Há também a questão capitalista, onde o autor apresenta o posicionamento de Nicoli:

"Também através (sic) do discurso de manutenção e atualização da capacidade produtiva do condenado, ganha força a faceta utilitária do traba-

descanso e a recreação;VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; [...].

lho prisional. Nesse sentido, o desempenho de atividades similares às aquelas exercidas no mercado de trabalho além muros, durante o período da execução penal, mantém mais altas as chances de o interno ser reintegrado à estrutura produtiva quando regressar à liberdade. A criação de redutos produtivos assemelhados àqueles da realidade social externa teria, assim, função de extrema valia. E, para desempenhar tal mister de capacitação e atualização da força produtiva, o capital privado tenta se vender como a solução por excelência. Afinal, dirão os partidários, quem melhor do que aquele que define rumos do mercado externo para manter a realidade do trabalho carcerário em estado de compatibilidade?

Por fim, a lógica da defesa do trabalho prisional encontra na necessidade de manutenção da família do preso e na indenização das vítimas outro ponto de apoio. Tal argumento pode ser extremamente persuasivo, por ter forte carga moral.” (NICOLI, 2008, p. 12).

Para Pedro Nicoli, os problemas trabalhistas são agravados ao se estabelecer o trabalho prisional como um reflexo do capitalista. Segundo este autor, as violações diárias de diversos direitos sociais tornam o trabalhador encarcerado mais vulnerável ante a exploração e negligência de empresas e do governo. O que se aproxima do pensamento de Angela Davis que, ao defender a necessidade de alternativas abolicionistas ao [c]istema penal, conclui que “programas de trabalho e salário dignos [associados a] alternativas ao programa de bem-estar social desestruturado, lazer comunitário e muito mais” são propostas com potencial de inversão do impacto do complexo industrial-prisional no mundo (Ibdem, 2018, p. 120).

- iv. Aptidão e capacidades determinadas pela Comissão Técnica de Classificação (CTC): Segundo Guedes (2014), A CTC avalia e classifica os encarcerados trabalhar na parte administrativa da instituições. Existem atividades específicas próprias da biblioteca, portanto sua equipe precisa ser treinada e familiarizada com seus processos. Como os encarcerados não tem permissão para sair do cárcere para se especializar, é necessário que a biblioteca ofereça cursos de formação em auxiliar de biblioteca e de atividades e assuntos interessantes para seu funcionando, criando assim um leque viável para profissionalização na área. Considerando que bibliotecas prisionais não compõe um assunto de debate e formação na maioria dos cursos em Biblioteconomia, a inclusão de encarcerados na equipe expande e personaliza as possibilidades de desenvolvimento da biblioteca e a torna parte cotidiana da vida

no cárcere. Sendo que a biblioteca prisional deve capacitar novos profissionais, é preciso que ela esteja aberta a quem tiver interesse;

- v. Problemas do trabalho forçado: Guedes (2014) lista uma série de problemas do trabalho forçado, tanto em âmbitos públicos quanto em privados:

“[...] retenção dolosa do salário, [...]direitos trabalhistas são descumpridos; [...] [frequente] assédio moral; as repreensões abusivas; o tratamento desrespeitoso; as difamações e injúrias contra trabalhadores – muitas vezes pessoas humildes que não conseguem se defender de agressões verbais contínuas e sistemáticas -, torna evidente que os indivíduos que ali trabalham são seres escravizados, embora possam optar por encerrar o vínculo de emprego, mas não o façam por apresentarem uma condição de vida fragilizada que os mantêm inertes, como já foi visto anteriormente”

Para este autor, o trabalho forçado gera mais males que benefícios, pois todas essas violações são mais frequentes e intensificadas pela posição desprotegida em que os encarcerados são colocados. Outro problema do trabalho forçado é a tendência a trabalhos excessivos, que afeta outros direitos (como lazer e estudo) além de prejudicar a saúde mental e física;

- vi. Privatização do trabalho prisional e direitos trabalhistas do “cidadão-livre”: Ao privatizar o trabalho prisional, os encarcerados são convertidos em mão-de-obra barata e atraem empresas, que, para Guedes (2014), lucram com a retirada de direitos vigente e a possibilidade de oferecer condições precárias de trabalho. A expansão da privatização do trabalho prisional ataca indiretamente os direitos trabalhistas determinados pela CLT, uma vez que contratar encarcerados é mais lucrativo e com menos preocupações jurídicas do que lidar com trabalhadores “livres”, o que faz com que trabalhadores “livres” aceitem passivamente condições abusivas com receio de perder o emprego.
- vii. Trabalho prisional forçado transformado em trabalho escravo: Analisando as condições carcerárias e as imposições legais, Guedes (2014) conclui que o trabalho prisional forçado é convertido em trabalho escravo à medida que direitos mínimos são retirados e condições precárias são impostas. Ao focar no lucro e ignorar direitos constitucionais e humanos, o trabalho prisional permite violações próprias do trabalho escravo. O autor entende que “a LEP transformou o que deveria ser trabalho

forçado, em trabalho escravo, por meio das disposições contidas nos seus artigos 28 e 29”, pois estes são os dispositivos legais que permitem todos os abusos e violações trabalhistas listados. Ao retirar direitos trabalhistas do encarcerados impossibilitando a aplicação da CLT e possibilitar salários tão baixos, fica explícito que o sistema não tem interesse na reabilitação da população carcerária e sim em controlar e lucrar com esses corpos. O trabalho promove a manutenção da saúde mental e diminui o ócio prisional ao evitar que o encarcerado fique inativo durante várias horas em ambiente fechado (GUEDES, 2014). Também possui propriedades intelectuais e de formação comunitária, uma vez que deve ser um meio de aprendizado e esse conhecimento chega às comunidades através dos egressos. No caso de atividades laborais na biblioteca, é necessário contornar ao máximo o canto da sereia do trabalho prisional, ou seja, as violações executadas e ignoradas por causa dos ‘benefícios’ da atividade. O trabalho em biblioteca é extensivo e permite que o trabalhador execute diferentes atividades e pratique atividades intelectuais (tomar decisões, sistematizar circulação de itens, etc).

- viii. Parceria com instituições de ensino em Biblioteconomia: O estágio no Brasil é regulado pela Lei nº 11.788/2008, que o define da seguinte forma:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...].

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

[...]

Algumas partes dessa definição são essenciais para se entender o que é um estágio:

- O estágio existe de/para uma função pedagógica: Ou seja, o foco é que o estagiário possa aplicar o que aprendeu

em sala, o que caracteriza uma parceria educativa entre a instituição de ensino e o local de trabalho;

- Acesso a conhecimentos próprio de ambientes de trabalho: Além de aplicar os conhecimentos atualizados aprendidos na faculdade, o estagiário vai ter acesso a outras informações específicas que não são foco da faculdade e enriquecem sua formação;
- Fortalece uma relação bidirecional de duplo desenvolvimento: O estágio é uma modalidade de intercâmbio de informações e práticas entre a Universidade e a Instituição de Ensino, favorecendo a produção de conhecimentos novos e ações propositivas para os dois.

Sendo assim, o estágio escolar é essencialmente pedagógico, sendo que a produtividade é um resultado, não o foco. A legislação também prevê a possibilidade de apoio financeiro ao estagiário através de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação, o que funciona como um incentivo aos estudantes e uma forma de nivelamento financeiro dessa modalidade de aprendizado a todos os possíveis estagiários. Em reforço, a Resolução nº 192/2017 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) prevê ações administrativas ao curso de Biblioteconomia para garantir o cumprimento adequado do estágio:

Art. 10 – O agente de educação e coordenador do curso deve:

- a) assegurar-se que o orientador seja um professor com bacharelado em Biblioteconomia;
- b) manter permanente supervisão dos procedimentos realizados por estudantes de Biblioteconomia no trato com os problemas e soluções bibliotecárias;
- c) dar a conhecer aos estudantes de Biblioteconomia todas as implicações éticas dos diferentes procedimentos e das diferentes situações encontradas no trato com a armazenagem, processamento, recuperação e disseminação da informação;
- d) dar a conhecer aos estudantes de Biblioteconomia sob sua supervisão, as altas responsabilidades sociais de Bibliotecário como classe e dos Bibliotecários em particular.

Além de corroborar a legislação, o CFB define a importância da responsabilidade social do bibliotecário no estágio e o compromisso dos supervisores das instituições de ensino e trabalho para com ela. Nesse quesito, é importante lembrar os três pilares do ensino superior: Ensi-

no, pesquisa e extensão. Para compreensão da profunda importância desses três, serão apresentados seus conceitos a partir de uma apresentação sobre o funcionamento da Universidade de São Paulo (USP), considerada a melhor Universidade da América Latina em 2018²⁸, e a relação dos três com a sociedade:

- Ensino: Trata-se do “processo de construção do saber, com apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade” (Separovic. Passarin, 201[?], p. 11), ou seja, são as atividades de aprendizado diretamente entre professores e estudantes (seja aulas, monitoria, experimentos em laboratórios, etc);
- Pesquisa: Refere-se ao “o processo de materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos baseado de problemas emergentes da prática social” (Separovic. Passarin, 201[?], p. 11), ou seja, são as atividades de fomento à pesquisa e produção científica (como realização de monografias, projetos de iniciação científica, etc.). Lima et. al. (2017, p. 1588) chama atenção ao fato de que a pesquisa promove:

“interação e o trabalho em grupo (relação aluno-professor e inter-alunos), a investigação e a solução de uma situação-problema, a prática da leitura, a interpretação de dados de embasamentos teóricos e a obtenção de vários conhecimentos gerais e específicos constituem alguns dos benefícios da pesquisa” (LIMA et. al., 2017, 1588).

- Extensão: É “processo educativo, cultural e científico, de intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da sociedade” (Separovic. Passarin, 201[?], p. 11), ou seja, são as atividades que extrapolam os limites da Universidade e buscam manter uma relação prática de troca de conhecimentos com a sociedade. É muito comum que a extensão seja objeto de estudo desenvolvido na

²⁸<https://jornal.usp.br/institucional/usp-e-a-melhor-universidade-brasileira-da-america-latina-segundo-rankings/>

pesquisa. Lima et. al. (2017, p. 1589) entende como objetivo principal da extensão:

“estender para a sociedade aquele produto que o conhecimento acadêmico proporcionou, seja na forma de pesquisa ou de ensino, além disso, torna a academia conhecedora das problemáticas e dos conhecimentos que envolvem a sociedade” (LIMA et. al., 2017, p. 1589).

Ensino, pesquisa e extensão são modalidades que se complementam e geram uma educação superior centrada em promover o conhecimento solucionando problemas da sociedade e juntos fazem com que o retorno social da educação superior seja constante e contínuo. Os três pilares da Universidade são fundamentais para têm a formação de profissionais com habilidades críticos e propositivos às problemáticas sociais e estudantes participativos na graduação. No contexto carcerário, bibliotecas prisionais são negligenciadas pelo governo e pelo curso de Biblioteconomia, como sintomas pode-se citar a quase inexistência desse tipo de bibliotecas e a pouca produção científica na área. Este problema foi elencado a partir das atividades da Bibliotecária Cátia Lindemann e da criação da Comissão Brasileira de Biblioteca Prisional, que ampliou sua visibilidade. Assim sendo, o estágio e outros tipos de parceria com Universidades Federais ampliam o alcance da biblioteca prisional e promovem novos campos de atuação para a comunidade acadêmica, gerando assim conhecimento novo dentro e fora do cárcere;

- a. Participação da comunidade: Conforme apresentado na revisão de literatura, a maioria dos encarcerados vem de comunidades criminalizadas que lidam diariamente com diversos tipos de violência e enfrentam o abandono estatal dentro do cárcere. Diversas ONGs e outras associações voluntárias atuam movidas pela busca por uma justiça reparativa (como é o caso do Instituto Terra Trabalho e Cidadania, da Pastoral Carcerária e outros grupos que também contam com egressos) e estreitam a relação das comunidades criminalizadas com a prisional, trabalhando para garantir direitos, fortalecendo a saúde mental de encarcerados e coletando dados e informações para debate e criação de soluções à crise prisional brasileira.

De acordo com as considerações apresentada, indicam-se as seguintes alterações:

Quadro 16 – Alteração de critérios selecionados do elemento: Funcionários

Critérios	
Funcionários	Deve ser permitida a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca ao <i>encarcerado interessado, podendo utilizar esse tempo para remição de pena, carteira assinada e remuneração. Caso as atividades não sejam compatíveis com suas habilidades, ele deve ser treinado para realizá-las</i>
	<i>A equipe da biblioteca deve ser capacitada, inicialmente, com um curso de Auxiliar em Biblioteca e, posteriormente, nos que se fizerem necessários ou forem de interesse dos funcionários, devendo receber certificado por cada curso realizado</i>
	<i>Preferencialmente os cursos de formação devem ser realizados em parceria com alguma instituição de ensino, conselho regional ou federal, associação ou outra organização que emita certificado diverso da Unidade Prisional</i>
	<i>A biblioteca deve possuir duas vagas de estágio remunerado em Biblioteconomia para alunos da graduação, bem como estar aberta a receber estudantes cumprindo estágio supervisionado</i> <ul style="list-style-type: none"> • <i>No caso de instituições femininas ou mistas com maioria de mulheres, priorizar a atuação de mulheres</i>
	<i>Deve ser permitida e procurada a participação da comunidade acadêmica através de parcerias com instituições de ensino</i>
	Deve ser permitida a participação comunidade externa em trabalho voluntário

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 141).

4.2.2.3 CATEGORIA “COLEÇÃO”

Originalmente essa categoria foi formada pelos elementos “coleção” e “política de desenvolvimento de coleções”, entretanto será proposto uma nova nomenclatura a ambos para alinhá-los com a missão já apresentada para: “Coleção representativa” e “Política de Reparação de acervos”:

a. Elemento “Coleção Representativa”

Quanto ao elemento “Coleção”, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 17 – Elemento: Coleção

Coleção	O acervo deve conter no mínimo 10 títulos por preso, dentre obras de cunho literário, educativo (incluindo legislação) e recreativo.	●
	O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)	●
	O acervo deve contemplar obras em línguas diversas do português bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante dos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente à população do estabelecimento.	●
	O acervo deve estar organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais.	●
	A biblioteca deve possuir um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções.	●
	O acervo deve ser composto por livros, revistas, jornais, gravações de áudio e de vídeo.	○

Fonte: Leite, 2017, p. 142. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (○)

A biblioteca tem que atender a todos e garantir o acesso às diversas formas de conhecimento. Para tanto, a coleção precisa ser organizada para promover a autonomia intelectual e combater o epistemicídio nas suas duas frentes principais de atuação: o apagamento da produção já existente de conhecimento não-hegemônico e o bloqueio da intelectualidade de mentes inconformes²⁹ (negras, LGBTQI+, femininas, etc).

Em consonância com esses aspectos do epistemicídio dentro da biblioteca, Gabrielles Francinne S. C Tanus e Gustavo Tanus, em “As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento de acervos de literatura afro-brasileira”, ao considerar que:

“[...] percebe-se a na constituição de coleções obras literárias, predominantemente, de autoria masculina, branca ou, mesmo a literatura estrangeira – como sendo natural, e o desejado. De modo geral, há um apagamento dos autores negros e autoras negras nos acervos das bibliotecas, o que conduziu à reflexão de repensar tais acervos e discutir **‘política de reparação dos acervos da biblioteca’** o que passaria a incluir (as)os autoras(es) africanos e afro-diaspóricos” (Ibdem, 2018, p. 3906)

Em suma, ainda que o Brasil possua uma população diversa em raça, orientação de gênero e sexual, majoritariamente a produção cultural é dominada por homens brancos, mesmo a importada.

Também se faz necessário salientar que a produção intelectual não se limita à literária, sendo muito mais ampla e abarcando toda forma de expressividade: musical, cinematográfica, teatral, gráfica, etc. que a cultura hegemônica também limita

²⁹ Considero aqui todos as mentes anticistêmicas

essas tecnologias intelectuais e que existem aspectos educativos na biblioteca prisional que precisam ser considerados em seu acervo. Somando o baixo acesso à educação nessa conta, a coleção deverá incluir: coleção de referências, didáticos e paradidáticos, filmes e animações, gibis e quadrinhos, multimeios, obras de arte, periódicos, livros de literatura, nacionais e internacionais.

Quadro 18 - Incorporação de critérios selecionados do elemento: Coleção representativa

Critérios	
Coleção representativa	O acervo deve conter no mínimo 10 livros por preso, dentre obras de cunho literário, educativo, legislativo e recreativo
	<i>O acervo deverá incluir: coleção de referências, livros didáticos e paradidáticos, filmes e animações, gibis e quadrinhos, multimeios, obras de arte, periódicos, livros de literatura, nacionais e internacionais.</i>
	O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)
	O acervo deve contemplar obras em línguas diversas do português, bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante aos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente a população do estabelecimento
	O acervo deve estar organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais
	A biblioteca deve possuir um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções
	<p><i>O acervo deve ser composto por obras que mantenham a equidade de representatividade seguintes identidades:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Negros; • Lésbicas, gays, bissexuais e demais orientações sexuais; • Trans e demais identidades não-cisgêneras; • Mulheres; • Demais grupos identificados na população carcerária <p><i>O acervo digital deve incluir plataformas multimídias de acesso a audiobooks, filmes, músicas, jogos digitais</i></p>

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 142).

b. Política de reparação de acervo

Originalmente, a proposta é:

Quadro 19 – Elemento: Política de desenvolvimento de coleções

Política de desenvolvimento de coleções	Os critérios para seleção/desbaste de obras devem levar em consideração, além do estado de conservação, a pertinência e utilidade do material em relação às características da população carcerária local.	●
	A censura de materiais deve ocorrer somente se comprovado perigo à segurança ou se couber a igual censura em bibliotecas abertas à sociedade.	●
	A biblioteca deve possuir uma política de desenvolvimento de coleções pautada nas necessidades e características da população local.	○

Fonte: Leite, 2017, p. 142. Legenda: Requerido: (●) / Desejável: (o)

Ao aplicar as bases do sistema-mundo à análise apresentada por Tanus, Tanus (2018), nota-se que acervos de bibliotecas são prioritariamente masculino, branco, cisgênero e hétero. Nesse sentido, a “política de reparação dos acervos” vem como uma estratégia de desconstrução de estereótipos, incentivo à auto-estima intelectual e garantia de reconhecimento e reconstrução de identidades negras, femininas, LGBTQI+e etc. Ou seja, a política de reparação de acervos busca incluir autores africanos, afrodiaspóricos, indígenas, LGBTQI+, mulheres e demais grupos de interesse dos usuários.

Para garantir uma política de reparação de acervo eficiente, é preciso considerar “quem fala o que?”, ou seja, se a autoria não objetifica ou silencia com o conteúdo da obra. Por exemplo, é mais interessante priorizar uma autora negra que escreve sobre algum assunto relativo a mulheres negras do que um homem branco fazendo o mesmo trabalho. Além de garantir a representatividade, essa decisão garante a manutenção de uma narrativa enriquecida pela vivência e evita a reprodução do epistemicídio através da objetificação (“*coisa que fala*”) ou fortalecimento de estereótipos.

Considerando o apresentado, propõe-se:

Quadro 20 - Incorporação de critérios selecionados do elemento: Política de reparação de acervo

Critérios	
Política de reparação de acervo	<p><i>A seleção e o desbaste deverão se nortear pelos seguintes critérios:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Autoridade: Se o autor da obra tem competência para falar sobre e se é referência na área;</i> • <i>Conteúdo: Se está de acordo com os objetivos da biblioteca;</i> • <i>Atualidade: Se é a edição mais recente da obra, exceto no caso de expressões artísticas.</i> • <i>Anticistêmica: Se a obra não estereotipa comunidades criminalizadas;</i> • <i>Interesse de usuário: Se foi solicitado/utilizado pelos usuários;</i> • <i>Interesse aos projetos educativos: Se foi solicitado/utilizado para projetos educativos;</i> • <i>Condições físicas: Se está em boas condições físicas</i> • <i>Segurança: Se não versa sobre assuntos que ameacem a integridade física de usuários e funcionários (como fabricação bélica</i>
	<i>A política de reparação de acervos precisa ser orientada pela democracia informacional e combate ao epistemicídio</i>
	<i>A retirada ou inclusão de um item polêmico do acervo conteúdo deve ser discutido pelo comitê consultivo</i>

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 142).

4.2.3 Critérios de desenvolvimento e avaliação de biblioteca prisional a partir das 5 Leis da Biblioteconomia dentro do cárcere

A partir das Cinco Leis de Ranganathan no contexto carcerário é possível delinear alguns aspectos norteadores para desenvolvimento de avaliações de bibliotecas prisionais:

I. OS LIVROS SÃO PARA USAR →Essa lei prevê que a função da biblioteca de aproximar do usuário dos livros é questão histórica e progressista. Para Lancaster (2004, p. 11), a “avaliação de acervos e serviços deve ser feita em função das necessidades dos usuários”. Podemos ressaltar os seguintes pontos:

- A biblioteca pertence à comunidade: Apesar de ser mantida e organizada pela administração do presídio, bibliotecas são criadas em obediência à legislação e aos direitos de toda pessoa. Não é um favor ou um presente fornecido pelo Estado, é cumprimento de um dever e precisa se adequar à realidade da comunidade e estar a serviço da democracia;
- Acervo: A avaliação do acervo pode ser realizada para melhorar as políticas de desenvolvimentos de coleções, as políticas relacionadas ao empréstimo e taxas de duplicação e/ou embasar decisões relacionadas com o uso do espaço (Lancaster, 2004, p. 20). Deve-se determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui, mas não deveria;
- Biblioteca disponível e acessível a todas as categorias de reclusas: Um estabelecimento prisional se divide em setores, tendo alas para gestantes, adoecidas, do seguro, hospitalar, em tratamento psicológico e etc, portanto a biblioteca precisa se adequar às condições de cada setor e estar aberta aos apenados com direito de livre circulação;
- Espaço de circulação das usuárias: A biblioteca não é apenas um local de estudo ou para empréstimo de livros, também possibilita a descoberta e o intercâmbio de novos conhecimentos;

- Estantes adequadas: Focando no conforto e atratividade da biblioteca, possui estantes numa altura de fácil acesso às usuárias, o que aumenta o interesse pelos livros;
- Horário de funcionamento adequado: Pouco adianta uma biblioteca que funciona em horário que as usuárias não possam desfrutar dela. Apesar de ser em um espaço de trânsito privado, algumas fazem cursos e trabalham enquanto outras tem muito tempo livre, o presídio tem sua rotina de atividades definida e existem projetos sociais ocorrendo. O horário deve adequar-se às possibilidades das usuárias e da instituição.
- Livros organizados por assunto: Ao organizar livros por assunto, facilita às usuárias encontrar livros desconhecidos sobre o tema desejado;
- Localização da biblioteca: Dentro de um presídio, o ideal é a biblioteca ficar no espaço de maior circulação e acessibilidade às apenadas;
- Mediação da leitura: A mediação de leitura num ambiente limitado como o cárcere promove a integração entre as participantes, bem como acessibilidade e interesse pela leitura.
- Mobiliário convidativo, confortável e adequado às normas de segurança: Um mobiliário convidativo atrai as usuárias, conforto as mantém na biblioteca e, por trata-se de um ambiente de risco, deve atender as normas de segurança da instituição;
- Pessoal remunerado e qualificado: Ter uma equipe remunerada e qualificada garante melhor qualidade de atendimento e aumenta as possibilidades de desenvolvimento da biblioteca;

Cátia Lindemann (2018) aponta que as bibliotecas dentro do cárcere são formadas a partir de doações da comunidade, da família e do governo e o levantamento de políticas públicas apresentado na revisão não encontrou nenhuma legislação que preveja orçamento para bibliotecas em ambientes prisionais. Nesse cenário, não há possibilidade de aquisição de obras pré-determinadas pela administração e a composição do acervo depende mais das opções que passam pela seleção do que do interesse das encarceradas.

II. A CADA LEITORA SEU LIVRO → “Extrapolando a avaliação do acervo e alcançando a avaliação da disponibilidade” (Lancaster, 2004, p. 11):

- Compromisso do Estado: Segundo Ranganathan o compromisso do Estado pode ser visto a partir do investimento público aplicado na biblioteca, pois é necessário dinheiro para comprar livros, móveis, manter uma equipe pessoal especializada e etc. O não investimento caracteriza o pouco interesse do governo com a Biblioteca;
- Parceria com projetos educativos: Ranganathan aponta como a universalização do direito à educação trouxe às bibliotecas usuários antes marginalizados. A parceria entre centros de informação com o direito à educação é histórica e necessária, e cria possibilidades de combate ao epistemicídio (principalmente em países do Sul). Possibilidade essa que pode ser exemplificada pela Lei nº 10639/2003, que inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo educacional. Uma parceria entre a biblioteca prisional e os projetos educativos resulta num fomento à escada do saber e à cultura;
- Realização de estudos de usuárias: Se faz necessário para conhecer as necessidades do público e demandas não explicitadas, assim a biblioteca pode desenvolver serviços e produtos assertivos;

De acordo com Lancaster (2004, p. 12) “não basta que a biblioteca possua o livro procurado pela usuária, é preciso também que ele esteja disponível no momento em que é necessário”. A avaliação de uma biblioteca precisa analisar se estão estabelecidos instrumentos que possibilitem à usuária encontrar o que atende à sua demanda.

III. A CADA LIVRO, SUA LEITORA → Verifica se a biblioteca está se preocupando tanto em mostrar seus serviços e produtos quanto em tornar disponível.

- Catálogo: O catálogo deve estar atualizado com o acervo, ser acessível e disponível. Deve poder responder às perguntas dos usuários: ‘A biblioteca possui determinado item?’ ‘Se sim, onde se encontra?’;

- Departamentos populares: Ranganathan salienta que há uma necessidade de transformar leitores potenciais em leitores reais, para tanto é interessante criar espaços populares na biblioteca (como sala de jornais e sala de revistas) onde a equipe interaja com o público. Em espaços de cárcere privado, é interessante abranger outros meios de propagação de conhecimento e cultura, como cinemateca, gibiteca, espaço para exposição de obras de artes, etc;
- Lista de aquisição: A lista de aquisição deve estar alinhada com os interesses dos usuários e projetos da biblioteca, sendo resultado direto dos estudos de usuários;
- Produtos e serviços para diferentes níveis de alfabetização: Nem só de livros se faz uma biblioteca. Em Ranganathan vê-se marcada a defesa da inclusão de analfabetos nos serviços da biblioteca, em Almeida Jr. percebe-se um discurso defensor das diversas formas de informação: filmes, músicas, multimídia, palestras etc. No ambiente prisional se faz necessário possibilitar serviços que atendam as diferentes condições de leitura e interesse das usuárias, entendendo que a biblioteca não existe para focar apenas na cultura escrita e deve reconhecer com a cultura local;
- Publicidade: O cárcere é um ambiente menor e mais controlado que o “mundo livre”, portanto é preciso pensar estratégias específicas de publicidade que se adequem a dinâmica social do ambiente.
- Serviço de referência: Haver pessoal especializado para apresentar os serviços, explicar como a biblioteca funciona, realizar pesquisas complexas e promover os serviços da biblioteca;
- Sistema de livre acesso: “Livre acesso” significa possibilidade de ver e analisar os livros com a mesma liberdade que a de uma biblioteca pessoal, ou seja, liberdade de trânsito e acesso a todo livro de interesse, o que aumenta o número de volumes retirados e as descobertas de usuários;
- Sistema de extensão: No caso do cárcere, alguns grupos podem ser excluídos do acesso livre à biblioteca (pessoas do seguro, da ala hospita-

lar, da maternidade, etc.), então a biblioteca precisa desenvolver uma extensão dos serviços que presta na sala e adequá-las à ala atendida.

IV. POUPE O TEMPO DA LEITORA → Avalia se a biblioteca é satisfazendo as necessidades da usuária do modo mais eficiente possível

- Processos que atendam rapidamente à necessidade do leitor: apesar do encarcerado ter muito tempo livre, a biblioteca precisa tornar eficiente o atendimento de necessidades, assim ele terá mais tempo para usufruir do serviço ou produto desejado;
- Organização espacial da biblioteca: Que todo o acervo esteja sinalizado e organizado para que o usuário tenha facilidade para encontrar;
- Serviço de referência: Que haja duas possibilidades: o serviço de referência rápido – que orienta sobre a utilização e organização da biblioteca e faz pesquisas rápidas – e o de longo alcance – em que o bibliotecário dispenderá de tempo para dar todas as informações solicitadas pelo leitor;
- Poupe o tempo da equipe: Poupar o tempo da equipe também é poupar o tempo do leitor, pois os serviços e produtos ficarão acessíveis mais rapidamente. Como não existe legislação que defina a estrutura organizacional, é interessante a biblioteca mantenha diagramas e manuais de rotina das atividades executadas e centralizar a catalogação num local único;
- A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO → A avaliação precisa verificar como está a adaptação da biblioteca às mudanças sociais e tecnológicas
- Incorporação de tecnologias: A 5ª lei entende que a biblioteca deve adaptar-se às novidades, o que inclui acompanhar as condições sociais cambiantes e ao desenvolvimento tecnológico;
- Crescimento previsto: a biblioteca precisa estar preparada para de serviços e produtos. A organização espacial precisa possibilitar a incorporação de novo itens.

Em seu livro, Ranganathan diagnostica problemas comuns a diversos tipos de bibliotecas de diferentes culturas e propõe soluções universais que podem ser adequadas às características dos diferentes tipos de bibliotecas existentes, inclusive das de bibliotecas prisionais.

4.3 PROPOSTA DE INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PRISIONAIS

Diante todo o apresentado, estrutura-se as propostas criada:

4.3.1 Público alvo:

Usuários reais: Os que são o alvo das atividades da biblioteca:

Pessoas encarceradas

Trabalhadores da unidade

Crianças no cárcere

Usuários potenciais: Os que podem ser incluídos:

Professores

Voluntários

4.3.2 Missão

“A biblioteca prisional garante o direito à leitura, à informação em suas diversas formas e à cultura; oferecendo serviços e produtos de apoio aos programas educacionais, recreativos e de assistência social; bem como fomentando a cultura e o lazer de membros da comunidade prisional; disponibilizando instrumentos para desenvolverem sua competência em informação em todos os formatos e meios, instigando a produção cultural e de conhecimento e reconhecendo e respeitando a cultura local e as características multiculturais e multilinguísticas; tornando prontamente disponível conhecimento e informações de todos os gêneros mantendo a equidade do acervo. Seus serviços são fornecidos em base de igualdade de acesso, sem distinção de

idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, condição social, orientação sexual ou condições físicas. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição de pessoas que não tenham condições de usar os materiais comuns da biblioteca. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, bem como respeitar as formas de transmissão de informação tradicionais. O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. O acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais.”

4.3.3 Objetivos

1. Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à construção de uma sociedade democrática;
2. Apoiar a educação individual e a auto-formação;
3. Apoiar a tradição oral;
4. Apoiar e intensificar a execução de projetos educativos, técnicos, recreativos, terapêuticos e de assistência social da instituição;
5. Apoiar todos os usuários na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
6. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
7. Assegurar o acesso da comunidade prisional a todos os tipos de informação e todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
8. Desenvolver e manter nos usuários, de qualquer nível de alfabetização, o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
9. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;

10. Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
11. Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
12. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
13. Promover auto-estima intelectual;
14. Proporcionar serviços de informação personalizados aos grupos da instituição;
15. Prover acesso universal aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões, adequando-se às condições individuais;
16. Manter o caráter interseccional de toda atividade proposta sempre que possível;
17. Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e parentes, para o alcance final da missão e objetivos da educação contínua;
18. Não ser objeto de negociação, castigo ou tortura, pois o acesso à biblioteca é um direito;
19. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

4.3.4 Resumo dos critérios analisados

A partir desse mapa mental e dos documentos, Leite (2016) reconheceu critérios desejáveis e requeridos e, ante as limitações próprias de bibliotecas em espaços prisionais, elaborou o seguinte quadro de critérios desejáveis e requeridos:

Quadro 21 – Resumo de critérios analisados para estabelecimentos de práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais

Cat.	Elem.	Critério
ADMINISTRAÇÃO	Estrutura Organizacional	<p>A biblioteca deve possuir profissionais designados atendendo os requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser uma pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto) • Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; • Ser graduado em Biblioteconomia • Se tratar-se de uma instituição feminina ou mista com maioria de mulheres na população carcerária, deve-se contratar exclusivamente mulheres (cis ou trans) bibliotecária • Ser selecionada e nomeada através de concurso público
		A biblioteca deve presidir um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e um grupo de

EQUIPE		encarcerados eleitos mediante indicação coletiva
	Política e Procedimentos	A política precisa ser discutida e implementada com o conselho consultivo após análise e um estudo prévio, devendo este abarcar os aspectos sistêmicos do cárcere
		As normas ou regulamentos que viabilizem o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – devem estar definidos e ser de amplo conhecimento da comunidade prisional
		A biblioteca deve possuir os procedimentos formalizados de todas as operações diárias, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia de informação
	Planejamento e avaliação	O planejamento deve estar alinhado com a política da biblioteca, portanto deve ser anualmente avaliado
		O planejamento deve organizar as atividades de todos os setores da biblioteca a curto, médio e longo prazo, adequando-as sempre nas diretrizes da missão e dos objetivos
		A biblioteca deve manter estatísticas atualizadas sobre a situação e uso de todos os seus produtos e serviços, bem como metas de desempenho e objetivos alcançados
		A biblioteca deve realizar pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente.
		O estabelecimento prisional deve fazer uso de um profissional bibliotecário para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), devendo ser pautado principalmente nos resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e nas estatísticas coletadas da situação e uso do acervo.
	Bibliotecário	A biblioteca deve possuir ao menos dois profissionais bibliotecários, um diretor e um assistente com formação em curso reconhecido pelo MEC, em sua equipe: <ul style="list-style-type: none"> • Sendo oriundo de concurso público; • Ser formado em biblioteconomia com certificado reconhecido pelo MEC.
	Funcionários	Deve ser permitida a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca ao encarcerado interessado, podendo utilizar esse tempo para remição de pena, carteira assinada e remuneração. Caso as atividades não sejam compatíveis com suas habilidades, ele deve ser treinado para realizá-las
		A equipe da biblioteca deve ser capacitada, inicialmente, com um curso de Auxiliar em Biblioteca e, posteriormente, nos que se fizerem necessários ou forem de interesse dos funcionários, devendo receber certificado por cada curso realizado
		Preferencialmente os cursos de formação devem ser realizados em parceria com alguma instituição de ensino, conselho regional ou federal, associação ou outra organização que emita certificado diverso da Unidade Prisional
		A biblioteca deve possuir duas vagas de estágio remunerado em Biblioteconomia para alunos da graduação, bem como estar aberta a receber estudantes cumprindo estágio supervisionado <ul style="list-style-type: none"> • No caso de instituições femininas ou mistas com maioria de mulheres, priorizar a atuação de mulheres
		Deve ser permitida e procurada a participação da comunidade acadêmica através de parcerias com instituições de ensino
		Deve ser permitida a participação comunidade externa em trabalho voluntário

COLEÇÃO	Coleção representativa	O acervo deve conter no mínimo 10 livros por preso, dentre obras de cunho literário, educativo, legislativo e recreativo
		O acervo deverá incluir: coleção de referências, livros didáticos e paradidáticos, filmes e animações, gibis e quadrinhos, multimeios, obras de arte, periódicos, livros de literatura, nacionais e internacionais.
		O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)
		O acervo deve contemplar obras em línguas diversas do português, bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante aos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente a população do estabelecimento
		O acervo deve estar organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais
		A biblioteca deve possuir um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções
		O acervo deve ser composto por obras que mantenham a equidade de representatividade seguintes identidades: <ul style="list-style-type: none"> • Negros; • Lésbicas, gays, bissexuais e demais orientações sexuais; • Trans e demais identidades não-cisgêneras; • Mulheres; • Demais grupos identificados na população carcerária
		O acervo digital deve incluir plataformas multimídias de acesso a audiobooks, filmes, músicas, jogos digitais,
	Política de reparação de acervo	A seleção e o desbaste deverão se nortear pelos seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> • Autoridade: Se o autor da obra tem competência para falar sobre e se é referência na área; • Conteúdo: Se está de acordo com os objetivos da biblioteca; • Atualidade: Se é a edição mais recente da obra, exceto no caso de expressões artísticas. • Anticistêmica: Se a obra não estereotipa comunidades criminalizadas; • Interesse de usuário: Se foi solicitado/utilizado pelos usuários; • Interesse aos projetos educativos: Se foi solicitado/utilizado para projetos educativos; • Condições físicas: Se está em boas condições físicas • Segurança: Se não versa sobre assuntos que ameacem a integridade física de usuários e funcionários (como fabricação bélica)
		A política de reparação de acervos precisa ser orientada pela democracia informacional e combate ao epistemicídio
		A retirada ou inclusão de um item do acervo conteúdo deve ser discutido pelo comitê consultivo

Fonte: elaboração própria a partir de Leite (2016, p. 142).

4.3.5 Proposta final de instrumento de validação de uma biblioteca prisional com práticas abolicionistas

Quadro 19 – Instrumento de validação de uma biblioteca prisional com práticas abolicionistas

Público alvo	
Usuários efetivos	Públicos potenciais
Pessoas encarceradas Trabalhadores da unidade Crianças no cárcere	Professores Voluntários
Missão	
<p>“A biblioteca prisional garante o direito à leitura, à informação em suas diversas formas e à cultura; oferecendo serviços e produtos de apoio aos programas educacionais, recreativos e de assistência social; bem como fomentando a cultura e o lazer de membros da comunidade prisional; disponibilizando instrumentos para desenvolverem sua competência em informação em todos os formatos e meios, instigando a produção cultural e de conhecimento e reconhecendo e respeitando a cultura local e as características multiculturais e multilinguísticas; tornando prontamente disponível conhecimento e informações de todos os gêneros mantendo a equidade do acervo. Seus serviços são fornecidos em base de igualdade de acesso, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua, condição social, orientação sexual ou condições físicas. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição de pessoas que não tenham condições de usar os materiais comuns da biblioteca. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados, bem como respeitar as formas de transmissão de informação tradicionais. O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo se complementa e se enriquece com manuais, obras didáticas e metodológicas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. O acesso às coleções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais.”</p>	
Objetivos	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à construção de uma sociedade democrática; 2. Apoiar a educação individual e a auto-formação; 3. Apoiar a tradição oral; 4. Apoiar e intensificar a execução de projetos educativos, técnicos, recreativos, terapêuticos e de assistência social da instituição; 5. Apoiar todos os usuários na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos; 	

6. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
7. Assegurar o acesso da comunidade prisional a todos os tipos de informação e todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
8. Desenvolver e manter nos usuários, de qualquer nível de alfabetização, o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
9. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
10. Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
11. Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
12. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
13. Promover auto-estima intelectual;
14. Proporcionar serviços de informação personalizados aos grupos da instituição;
15. Prover acesso universal aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões, adequando-se às condições individuais;
16. Manter o caráter interseccional de toda atividade proposta sempre que possível;
17. Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e parentes, para o alcance final da missão e objetivos da educação contínua;
18. Não ser objeto de negociação, castigo ou tortura, pois o acesso à biblioteca é um direito;
19. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Formulário de avaliação

Cat.	Elem.	Critério	(x)
ADMINISTRAÇÃO	Estrutura Organizacional	A biblioteca possui responsáveis designados atendendo os requisitos? <ul style="list-style-type: none"> Ser uma pessoa diversa da autoridade do estabelecimento penal (incluso o substituto) Ter dedicação exclusiva ao setor durante o horário de funcionamento fixado; Ser graduado em Biblioteconomia Se tratar-se de uma instituição feminina ou mista com maioria de mulheres na população carcerária, ser mulher (cis ou trans) Selecionado e nomeado através de concurso público 	
		A biblioteca preside um comitê consultivo sobre sua atuação no estabelecimento prisional com a participação de representantes dos demais setores e um grupo de encarcerados eleitos mediante indicação coletiva?	
	Política e Procedimentos	A política precisa foi discutida e implementada com o conselho consultivo após análise e um estudo prévio?	
		As normas ou regulamentos que viabilizem o acesso aos serviços básicos da biblioteca – como horário/local de funcionamento, serviços disponibilizados e acesso aos materiais – estão definidos e são de amplo conheci-	

		mento da comunidade prisional?	
		A biblioteca possui os procedimentos formalizados de todas as operações diárias, seleção de material, catalogação/processamento técnico, doações, circulação e acesso aos materiais, inventário, observância a direitos autorais, dados da biblioteca, equipe, orçamento, serviços ao leitor, revisão da política, uso de computadores e tecnologia de informação?	
	Planejamento e avaliação	O planejamento é anualmente avaliado?	
		O planejamento deve organiza as atividades de todos os setores da biblioteca a curto, médio e longo prazo, adequando-as sempre nas diretrizes da missão e dos objetivos?	
		A biblioteca mantém estatísticas atualizadas sobre a situação e uso de todos os seus produtos e serviços, bem como metas de desempenho e objetivos alcançados?	
		A biblioteca deve realiza pesquisas anuais de satisfação dos usuários acerca da qualidade de seus produtos/serviços, preferencialmente através de questionários ou outro método que não iniba o preso de se expressar livremente?	
		O estabelecimento prisional faz uso de um profissional bibliotecário para elaborar/atualizar o planejamento de médio prazo da biblioteca (2 a 3 anos), que pauta principalmente os resultados das avaliações de satisfação periódicas dos serviços de informação ofertados e as estatísticas coletadas da situação e uso do acervo?	
	Bibliotecário	A biblioteca possui ao menos dois profissionais bibliotecários, um diretor e um assistente com formação em curso reconhecido pelo MEC, que atendam os seguintes critérios?	
	Funcionários	É permitida a oportunidade de desempenhar atividade laboral na biblioteca ao encarcerado interessado, podendo utilizar esse tempo para remição de pena, carteira assinada e remuneração? Caso as atividades não sejam compatíveis com suas habilidades, existe treinamento?	
		A equipe da biblioteca foi capacitada, inicialmente, com um curso de Auxiliar em Biblioteca e, posteriormente, nos que se fizeram necessários ou foram de interesse dos funcionários erecebeu certificado por cada curso realizado?	
		A biblioteca possui parceria com alguma instituição de ensino, conselho regional ou federal, associação ou outra organização para realização de cursos de formação? Há emissão de certificado diverso da Unidade Prisional?	
		A biblioteca deve possui duas vagas de estágio remunerado em Biblioteconomia para alunos da graduação? Recebe estudantes em estágio supervisionado? <ul style="list-style-type: none"> No caso de instituições femininas ou mistas com maioria de mulheres, os estagiários são mulheres (cis ou trans)? 	
		A biblioteca mantém parcerias com comunidade acadêmica?	
		A biblioteca permite a participação comunidade externa em trabalho vo-	

		luntário?	
COLEÇÃO	Coleção representativa	O acervo contém, no mínimo, 10 livros por preso, dentre obras de cunho literário, educativo, legislativo e recreativo?	
		O acervo deverá incluir coleção de referências, livros didáticos e paradidáticos, filmes e animações, gibis e quadrinhos, multimeios, obras de arte, periódicos, livros de literatura, nacionais e internacionais?	
		O acervo deve conter exemplares suficientes para atender a demanda do programa de remição de pena por leitura durante um ano, ou seja, deve haver 12 títulos (dentre obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas) com R exemplares cada (onde, R = número de presos atendidos simultaneamente pelo programa de remição de pena por leitura)?	
		O acervo contempla obras em línguas diversas do português, bem como obras adaptadas para portadores de necessidades especiais em proporção semelhante aos respectivos grupos (estrangeiros e portadores de necessidade) frente a população do estabelecimento?	
		O acervo está organizado por método conhecido pela equipe e usuários, preferencialmente seguindo padrões internacionais?	
		A biblioteca possui um catálogo (físico ou eletrônico) atualizado de suas coleções?	
		O acervo mantém a equidade de representatividade das identidades listadas abaixo? <ul style="list-style-type: none"> • Negros; • Lésbicas, gays, bissexuais e demais orientações sexuais; • Trans e demais identidades não-cisgêneras; • Mulheres; • Demais grupos identificados na população carcerária 	
		O acervo digital inclui? plataformas multimídias de acesso a audiobooks, filmes, músicas, jogos digitais, etc?	
	Política de reparação de acervo	A seleção e o desbaste se norteia pelos seguintes critérios? <ul style="list-style-type: none"> • Autoridade: Se o autor da obra tem competência para falar sobre e se é referência na área; • Conteúdo: Se está de acordo com os objetivos da biblioteca; • Atualidade: Se é a edição mais recente da obra, exceto no caso de expressões artísticas. • Anticistêmica: Se a obra não estereotipa comunidades criminalizadas; • Interesse de usuário: Se foi solicitado/utilizado pelos usuários; • Interesse aos projetos educativos: Se foi solicitado/utilizado para projetos educativos; • Condições físicas: Se está em boas condições físicas • Segurança: Se não versa sobre assuntos que ameacem a integridade física de usuários e funcionários (como fabricação bélica) 	
		A política de reparação de acervos é orientada pela democracia informacional e combate ao epistemicídio?	
		A retirada ou inclusão de um item do acervo conteúdo deve ser discutido	

		pelo comitê consultivo?	
--	--	-------------------------	--

IMPRESSÕES, POSSIBILIDADES E CONCLUSÕES

É inevitável analisarmos o contexto social ao falarmos de bibliotecas e seus serviços. Tudo o que compõe uma biblioteca depende das relações sociais: funcionários, usuários, saberes, mobiliário, tecnologias, etc. Esse trabalho teve como objetivo principal propor um instrumento de desenvolvimento e análise para biblioteca prisional a partir de práticas abolicionistas, entretanto a complexidade da análise e o tempo hábil não permitiram que fossem discutidos todas as categorias e elementos necessários.

DEFINIÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE A PARTIR DA DISCUSSÃO NA REVISÃO DE LITERATURA

Há alguns anos se fez necessário falar sobre biblioteconomia social no Brasil, o que interpreto como uma denuncia do caráter tecnicista que a Biblioteconomia assumiu em detrimento dos interesses sociais. Como as Cinco leis da Biblioteconomia deixam explícito, a Biblioteconomia é essencialmente social. Precisar salientar esse fato demonstra a forte elitização que atualmente norteia o curso de formação, as bibliotecas e os bibliotecários. Considerando o passado colonial e a herança racista e patriarcal da colonialidade no Brasil, é mais interessante conversarmos sobre uma biblioteconomia abolicionista dentro do cárcere e decolonial no mundo livre. Uma biblioteconomia norteada a construir uma sociedade onde a democracia ilimitada seja a ordem máxima.

Durante as pesquisas para a revisão de literatura, alguns pontos foram observados:

- Idealmente o “Atlas da Violência” deveria ser atualizado mensalmente, mas algumas pesquisas só recuperam dados retroativos a 2016;
- Os relatórios do Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público da União e do Departamento Penitenciário não possuem dados sobre a população LGBTQI+, apontando negligência e invisibilização desses grupos por parte do governo;

- Ante o não-registro das condições LGBTQI+ por órgãos oficiais, relatórios de ONGs de promoção dos direitos humanos no cárcere foram utilizados;
- Os relatórios do Banco Nacional de Monitoramento Penitenciário (BNMP) e do Sistema Prisional em Números possuem números muito inferiores ao INFOPEN, o que causou dúvidas quanto a qual deveria estar mais próximo da realidade. O trabalho do INFOPEN foi escolhido por estar mais próximo aos números reais;
- Apesar de parte da população carcerária ser feminina, o INFOPEN geral não abordar questões femininas. A primeira edição do INFOPEN-Mulheres foi publicada em 2015 e possui dados de junho de 2014 para trás, a segunda é 2018 e possui dados de 2016 para trás;
- A resposta ideal aos problemas prisionais seria a abolição das prisões acompanhada de políticas sociais efetivas, entretanto considero que estamos distantes dessa possibilidade, então a biblioteca prisional pode trabalhar por dentro do sistema pela promoção de igualdade racial através do fomento de uma democracia da informação caracterizada pelo combate ao epistemicídio.
- Documentos sobre bibliotecas prisionais de organismos de biblioteconomia são mais recentes que os sobre outros tipos de bibliotecas, o que apontam o quanto o debate é novo na área.
- Até o término desse trabalho, não foram encontrados dados oficiais sobre o sistema carcerário sobre os anos de 2017 e 2018.
- Considerei alguns conceitos necessários para a compreensão de certos corpos inconformes, entretanto foi impossível desenvolvê-los dentro do objetivo do texto. Para guardar o trabalho para desenvolver posteriormente, mantive essas discussões nos apêndices.

A revisão de literatura se baseou em conceitos e pensamentos decoloniais para reunir elementos suficientes focando em demonstrar que o epistemicídio atua dentro da biblioteca prisional para, a partir daí, pensar as orientações abolicionistas.

Não foi possível sistematizar a atuação epistemicida, entretanto notou-se sua concentração na monopolização das atividades intelectuais dentro da biblioteca pri-

sional. Como resposta, foi considerado haver uma necessidade de a biblioteca assumir uma postura participatória em todas as suas atividades intelectuais orientada por um viés abolicionista. Também compreende-se que os benefícios das práticas abolicionistas vão além do cárcere, pois alcançam as comunidades criminalizadas a partir dos egressos.

ADEQUAÇÃO DE ELEMENTOS E CRITÉRIOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DESSAS ORIENTAÇÕES

Para fazer a adequação dos critérios desenvolvidos, sentiu-se novamente a presença das violências do cárcere; tais como: negligência governamental, trabalho prisional escravo, recusa de direitos, etc. Fez-se necessário uma discussão acerca delas para poder ponderar estratégias para combatê-las.

Considero que o grande ganho dessa parte seja a percepção de que o funcionamento da biblioteca também é um espaço de trabalho e produção intelectual, o que amplia as suas possibilidades de promover a competência em informação em consonância com suas atividades administrativas.

Outro ganho considerável foi a compreensão de quem são os usuários da biblioteca. Ao abarcar:

- Crianças no cárcere: a biblioteca terá que desenvolver serviços e produtos que atingirão também mães e pais encarcerados. Nesse sentido, o interesse pela leitura se desenvolve através da afetividade de forma espontânea. Acredito haver também aspectos terapêuticos nessa dinâmica;
- Funcionários dos serviços gerais: a inclusão desse grupo expande o caráter antiepistêmico da biblioteca prisional e alcança as comunidades criminalizadas mais rapidamente, uma vez que ele não está encarcerado.

Em suma, as práticas abolicionistas automaticamente incorporarão mentes e corações alvos do epistemicídio.

PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO DE PRÁTICAS ABOLICIONISTAS

Inicialmente esse trabalho se propôs a analisar a proposta de Leite (2016) à luz do epistemicídio para o delineamento de práticas abolicionistas, produzindo assim um novo instrumento de avaliação. Entretanto, durante a execução do trabalho, notou-se que a amplitude das discussões para cada categoria não se adequava com o tempo disponível. Sendo assim, priorizou-se as categorias ligadas às atividades intelectuais dentro da biblioteca. Por isso os quadros apresentados focaram nas categorias: Administração, Equipe e Coleção.

Ou seja, não trata-se de um trabalho acabado e definitivo, mas sim de uma explanação de critérios abolicionistas de desconstrução das violências que adentram a biblioteca, tanto em seu funcionamento interno quanto para o público.

CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Minha primeira opção de tema de monografia foi em 2014 sobre memória coletiva e individual dentro de acervo, entretanto o tema não me interessou tanto porque na época eu conseguia fazer apenas um debate classista e o assunto ficava incompleto. Em 2016 me interessei por acervos de bibliotecas LGBTQI+, mas a ausência da racialidade e a dominação de uma cultura hegemônica masculina e cis me incomodavam. Então em 2017 descobri a [não] existência de bibliotecas prisionais e comecei a ler por interesse. A maioria dos textos, documentários e relatos a que tive acesso pontuavam minhas inquietações em relação à Biblioteconomia.

Inicialmente esta monografia deveria ser um estudo de caso sobre a biblioteca da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, mas começou um processo de ascensão do neonazismo brasileiro com os debates eleitorais de 2018 e a escolha de Bolsonaro como presidente. Alguns pontos e tendências do atual presidente me chamam atenção: a militarização das escolas, a diminuição da maioridade penal, a privatização de penitenciárias.

A militarização das escolas constitui uma privatização da educação pública, uma vez que taxas de matrícula e outras se tornam obrigatórias. Para além, essa proposta está alinhada com o projeto epistemicida “Escola sem Partido”, que na verdade censura áreas de conhecimento diretamente ligadas a construção de uma consciência crítica (história, sociologia, filosofia, artes...). Outro ponto importante é

que a militarização foca em medidas segurança contra atuais estudantes em detrimento do fomento à educação, ou seja, ensina as crianças que a segurança segregadora é mais importante do que o conhecimento.

A diminuição da maioria penal acarretaria na inclusão de adolescentes num ambiente extremamente violento e controlado por facções prisionais. Obviamente trata-se de uma medida para superlotar ainda mais os presídios brasileiros.

Com os dois acima citados, a tendência é que o governo passe a privatizar as penitenciárias e sem justifique com o caos criado. Considerando que o cárcere brasileiro é demarcado por aspectos escravagistas, essa privatização coloca milhares de vidas como fonte de renda para empresas. O complexo-industrial-prisional é uma máquina de moer pessoas, vide o que acontece nos Estados Unidos da América.

Com esses simples pontos, tornou-se perceptível a necessidade de produção científica que embase legislações que não só impeçam o agravamento da violência carcerária, mas que pensem soluções alternativas para a existência do cárcere. Sendo assim, esse trabalho nasce a partir da certeza que precisamos reexistir a esse governo.

GLOSSÁRIO

Alternativas abolicionistas: “uma constelação de estratégias e instituições alternativas, com o objetivo final de remover a prisão das paisagens sociais e ideológicas de nossa sociedade. Em outras palavras, não buscaríamos substitutos para a prisão, semelhantes à prisão, como a prisão domiciliar monitorada por tornozeleiras eletrônicas. Em vez disso, colocando o desencarceramento como nossa estratégia global, tentaríamos imaginar um continuum de alternativas ao encarceramento” (DAVIS, 2018)

Cistema: ‘Cistema-mundo’ é uma corruptela do termo “sistema-mundo” (de Grofo-guel, 2008, que define como ocidentalizado/ cristianocêntrico moderno/ colo-nial capitalista/ patriarcal” que produz “hierarquias epistêmicas”) criada para salientarem que perspectivas não-cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’. (VERGUEIRO, 2015)

Colonialidade: Fenômeno histórico muito mais complexo que se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas, possibilitando a re-produção de relações de dominação; este padrão de poder não só garante a exploração pelo Capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, mas também a subalternização de obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vida dos que são dominados e explorados (ROJAS; RESPREDO, 2010)

Colonialismo: Processo e os aparatos de domínio político e militar que se implantam para garantir a exploração do trabalho e as riquezas das colônias em benefício do colonizador (ROJAS; RESPREDO, 2010)

Digvijaya: Refere-se “expedição de conquista pelo mundo” do conhecimento (Ranganathan, 2009, pág. 94)

Epistemicídio: É, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado [conhecimento branco]. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender, etc. (SUELI CARNEIRO, 2005)

Não-público: Grupos marginalizados que não tem acesso à biblioteca por motivos políticos (Flusser, 1980)

Público: Grupo de usuários da biblioteca (Flusser, 1980)

Público-potencial: Grupos que podem se tornar usuários da biblioteca (Flusser, 1980)

Sistema-mundo: Sistema-mundo ocidentalizado/ cristianocêntrico moderno/ colonial capitalista/ patriarcal que produz hierarquias epistêmicas (GROSFOGUEL, 2008)

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Nzogwe. **O perigo da história única**. Palestra proferida no TED Talks, Oxford (Reino Unido), jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 18 mar. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduei, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, APB, 1997.

ALMEIDA, Custódio Luís S. de. A avaliação como aprendizagem de cidadania. In: **Revista de Educação AEC: avaliação: novos paradigmas**, ano 24, nº 94, jan./mar. 1995.

AQUINO, M. A. A inclusão afrodescendente na era da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/27965>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de Biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ARTUR, Angela Teixeira. **Práticas do encarceramento feminino: presas, presídios e freiras**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04082017-193834/pt-br.php>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES. **Painel**. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=qvw_I%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shBNMPIIMAPA. Acesso em: 16 ago. 2018.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** São Paulo: Letramento, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros**. 2016. Disponível em:

www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/.../5d6083ecf7b311a56eb12a6d9b79c625.pdf

Acesso em: 17 mar. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras das Nações Unidas para Tratamento das Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras**. 2016 [2010]. Disponível em: Acesso em:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Departamento de Penitenciárias. **Levantamento de informações penitenciárias.** 2016.

BRASIL. Departamento de Penitenciárias. **Levantamento de informações penitenciárias- Mulheres.** 2018.

BRASIL. **Lei Nº 12.344, de 29 de Junho de 2011.** [Dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho]. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.163, de 9 de Setembro de 2015.** [Modifica a Lei de Execuções Penais para instituir o Ensino Médio nas Penitenciárias] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** [Institui a Lei de Execuções Penais] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 1788, de 25 de setembro de 2008.** [Dispõe sobre o estágio de estudantes] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L1788.htm. Acesso em 17 mar. 2019.

BRASIL. Ministério Público. **A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro.** 2017. Disponível em: Acesso em:

CACI. Disponível em: <http://caci.cimi.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CARDOSO, Franciele; PINTO, Michelle Silva. Apontamento contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política.** Florianópolis: ACB, 2018. p. 39-88.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-Ser como fundamento do ser.** 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://bdpi.usp.br/single.php?_id=001465832. Acesso em: 29 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução 197, de 2017.** Disponível em: <http://www.cfb.org.br/institucional/legislacao/>. Acesso em: 17 mar. 2019

COSTA, Amabile; LINDEMANN, Cátia; PIZARRO, Daniella Camara; SILVA, Joel Nunes da. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov., 2016

COSTA, Kátia. A biblioteca pública: entre o ser e ter. p. 27-33. In: PRADO, Jorge. **Ideias emergentes em biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. 116 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, CordéliaR. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet De Lemos, 2008. xvi, 451 p. ISBN 9788585637354.

DANTAS, Marcos. Informação como trabalho e como valor. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2006, nº 19, p. 44-72.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição**: para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DAVIS, Angela Y. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas. 2013.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo, Cortez, 1990.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. In: **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-8, set. 1980. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002888&dd1=d93b1>> Acesso em: 09 ago. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – edição especial 2018**: Análises dos Estados e Facções. São Paulo:

FREITAS, Flávia PettersonMedonça de. **Representações sobre as bibliotecas prisionais**: uma análise das interações registradas entre os membros do grupo Bibliotecários do Brasil, na rede social Facebook. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2017.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 18 mar. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBTQs mortas no Brasil: Relatório 2017**.

2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf> Acesso em: 18 mar. 2019.

GUEDES, Cesar Luiz. Trabalho prisional: uma nova feição do trabalho escravo contemporâneo à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. In: **Revista Âmbito Jurídico**. 2014. Disponível em:

http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15371. Acesso em: 17 mar. 2019.

HAMPATE BÂ. A tradição oral. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: Unesco (2010)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2014. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf> Acesso em: 09 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2014. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf> Acesso em: 09 ago. 2018.

INAF. Instituto Paulo Montenegro - IPM. INAF 2018. **Relatório on-line**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/inf_resultados_inaf2011_ver_final_diagramado_2.pdf> Acesso em: 09 ago. 2018.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **Breve relatório sobre pessoas LGBTI privadas de liberdade**. Disponível em: <http://ittc.org.br/breve-relatorio-sobre-pessoas-lgbt-privadas-de-liberdade-no-brasil/> Acesso em: 17 mar. 2019.

IPEA. **Atlas da Violência**. Disponível em: Acesso em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Disponível em: 17 mar. 2019.

LEITE, Luanna Costa. **Bibliotecas de estabelecimentos prisionais: proposta de diretrizes internacionais para o combate à exclusão social**. 2016, 176 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 201-.

LIMA, Heloísa Bezerra; NASCIMENTO. Raul Victor R. Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista. **Revista Transgressões: ciências sociais em debate**, v. 2, n. 2, p. 75-89, 10 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6444>

LINDEMANN, Catia. Biblioteconomia social: as cinco leis de Ranganathan numa biblioteca prisional. In: PRADO, Jorge. Ideias emergentes em Biblioteconomia. 2018a

LINDEMANN, Catia. Desculpe o transtorno, preciso falar de Biblioteconomia Social. In: SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle B.. (Org.). Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI. São Paulo: Abecin, 2018b, p. 237-270.

LINDEMANN, Cátia. **Biblioteca convida**: Cátia Lindemann, políticas públicas para o livro e leitura no cárcere. Brasília, jun. 2018c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTW5ja4dBYM>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LOPES, F. C.; BORTOLIN, S.; SILVA, M. N. Relações raciais e mediação da informação: breves considerações. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da In-**

formação, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/26451>>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

LORDE, Audre. **Textos selecionados**. Brasília: UnB, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ICOLI, Pedro Augusto Gravatá. Trabalho Encarcerado e Privatização dos Presídios: reflexões à luz da convenção 29 da OIT. **Revista Direito UNIFACS: Debate Virtual**, n. 111, set. 2009. Disponível: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/797>. Acesso em: 17 mar. 2019.

NOGUEIRA, Isaldinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998, 141 f. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Mulheres, saúde reprodutiva e prisão**: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2014. 72 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ONU. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2009/08/conf_durban.pdf Acesso em: 17 mar. 2019.

ONU. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 17 mar. 2019.

ONU. **Regras de Bangkok**. Disponível em:

www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/.../a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf

Acesso em: 17 mar. 2019.

ONU. **Regras de tratamento mínimo aos presos**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>. Acesso em: 17 mar. 2019,

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. 2002**.

OSOWSKI, Cecília. Avaliação e poder: disciplinar e/ou transformar? in: **Revista de Educação AEC**: Avaliação: Novos paradigmas. Ano 24, nº 94, jan.-mar. 1995.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.or.ar/clacso/sur-20100664103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 17 mar. 2019.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. Tradução de Tarcisio Zandonade. Revisão e notas de Antonio Briquet de Lemos e Maria Lucia Vilar de Lemos. ISBN: 9788585637385.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos e cuestionamientos**. Universidad del Cuaca: Colombia, 2010.

SANTOS, Rogério Santanna dos. A inclusão digital requer novo pacto social entre governos e sociedade. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-27, out/mar., 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1502/1687>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SEPAROVIC. PASSARIN, **Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão: Definições e Conceitos**. A USP no Ensino, na Pesquisa e na Extensão (Conhecendo a USP e o que a Universidade Oferece aos Alunos, Pesquisadores e Comunidade Externa). 2010.

SERTÃO, Henrique Mascarenhas. **Esforços iniciais para a criação da Biblioteca Nacional de Brasília: concepção original, atores, ações e circunstâncias**. 2016, 178 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 201-.

LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Pensando uma biblioteconomia afrodiaspórica. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 89-104.

SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé; Öelze, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2ª ed., 2014. 273 p.

SPUDEIT, Daniela; ROMEIRO, Nathália Lima. **Desenvolvimento da competência em informação em comunidades quilombolas**. In: SPUDEIT, Daniela F. A. de O.; MORAES, Marielle B.. (Org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: Abecin, 2018, p. 237-270.

TANUS, Gustavo. TANUS, Gabrielle Francinne S. C. As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira. In: XIX Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação, 2018, Londrina.

TRANSGENDER EUROPE. **TMM Annualreport 2016**. 2016 Disponível em: Acesso em:

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009, 118 f., il. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, 2010.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**. 2015, 244 f, il. Tese (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, 2015.

VITORINO, E.V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

APÊNDICE A - A UNIVERSALIZAÇÃO DA CATEGORIA MULHER

A filósofa feminista nigeriana Oyèrònké Oyèwúnmí, em sua premiada obra “The invention of the women” defende que a categoria mulher é criada social e historicamente. Em seu livro, ela analisa a experiência de nativos africanos com a colonização europeia marcada pelo determinismo biológico para “reorganizar” [controlar] o mundo social lorubá - chamaremos de anafêmea o corpo que o pensamento ocidental categoriza como mulher de e anamacho o que é categorizado como homem. No capítulo “Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo”³⁰, Oyewumi parte da análise de Frantz Fanon da visão colonizadora sob o colonizado – onde o homem negro é essencialmente definido como maldoso, invejoso e cruel – e entende que narrativas negras sobre processo colonizador apagam a experiências de anafêmeas³¹:

Segundo a autora, antes da colonização as relações sociais iorubas se davam a partir da antiguidade da pessoa; com o determinismo biológico colonizador, o corpo feminino passou a ser fator limitante das possibilidades de existência dos anafêmeas. Os anafêmeas foram dominadas como africanos juntamente com os anamachos e, em separado, enquanto mulheres africanas; isso significa que aos anafêmeas eram atribuídas as violências raciais comuns aos anamachos com o acréscimo de violações específicas reservadas apenas às mulheres.

“As duas categorias raciais e hierárquicas distintas do colonizador e do nativo se expandem para quatro, incorporando o fator de gênero. Pois as categorias raça e gênero, obviamente, emanam a preocupação ocidental com os aspectos visuais e, portanto, físicos da realidade humana [...] são elas: homem (europeu), mulher (europeia), nativo (homem africano) e Outro (mulher africana). A mulher nativa ocupa a categoria residual e inespecífica de O Outro”³² (OYEWUMI, p. 121) [tradução da autora]

³⁰ Tradução da autora

³¹ E de mulheres, como é possível notar em “Tradição Oral” de Hampate Bâ, que cita apenas uma vez as mulheres.

³² Original: “The two racially distinct and hierarchical categories of the colonizer and the natives should be expanded to four, incorporating the gender factor. However, race and gender categories obviously emanate from the preoccupation in Western culture with the visual and hence physical aspects of human reality [...] these were: men (European), women (European), native (African men), and Other (African women). The native women occupied the residual and unspecified category of the Other.” – A autora do TCC escolheu traduzir “the Other” como “O Outro”, em flexão masculina, por entender que historicamente as mulheres africanas e as diaspóricas perdem seu status de mulher em diversas situações.

A autora faz a seguinte categorização: o homem europeu (branco) define o Humano, a mulher europeia (branca) o subHumano, o homem nativo (no caso, africano) o não-Humano e a mulher nativa (no caso, africana) não carrega nenhuma característica que a aproxima de ser Humano (ela não é branca e nem é homem), então lhe é imposta a categoria de O Outro, que sequer permite o uso da palavra “Humano”.

A administração colonial definiu tarefas “masculinas” aos anamachos (cargos de liderança, caça, construção, etc), e as “femininas” aos anafêmeas - mesmo que estes já fossem líderes, caçadores, construtores e cia. Essa visão binária “homem/mulher” alcançou a interpretação da Mitologia dos Orixás, dando gênero de acordo com características consideradas femininas ou masculinas dos Deuses Iorubás e o processo de implantação do Cristianismo conferiu dogmas de um Deus Homem para controle dos corpos dos africanos (como a compreensão da poligamia como pecado, regras de vestimenta, castidade, mulheres como herdeiras do pecado original, etc.). As atividades sociais femininas (cuidar da casa, das crianças, etc.) somadas aos dogmas cristãos levaram os anafêmeas a ter sua vida limitada aos espaços privados enquanto os espaços públicos passaram a ser majoritariamente ocupados por homens, fazendo desses a mira central da política colonial. Oyewumi salienta:

Para as mulheres Africanas, a tragédia se aprofundou, pois a experiência colonial as jogou para o fundo de uma história que não era a delas. Deste modo, a posição nada invejável das mulheres europeias tornou-se delas por imposição, mesmo as mulheres europeias são superiores às Africanas porque sua raça é privilegiada. Mais especificamente, no caso Yorùbá, fêmeas [não só] tornaram-se subordinadas como foram “constituídas” em mulheres – uma categoria incorporada e homogeneizante. Ou seja, por definição, se tornaram invisíveis. [Tradução: Rocha, 2014]

A transição dos anafêmeas para “mulher africana” foi acompanhada de uma cultura hegemônica branca baseado na lógica de que alcançar o status de Humano, é ser homem branco.

A análise de Oyewumi sobre a criação de uma mulheridade ioruba dialoga com narrativas contemporâneas acerca da mulheridades não-brancas, e, mais em específico, com mulheridades negras. A mestra em Filosofia Ângela Yvonne Davis, em seu livro “Mulher Raça e Classe”, debate as problemáticas do movimento de mulheres nos Estados Unidos numa perspectiva negra. No capítulo 2 do livro, “O movimento anti-escravatura e o nascimento do direito das mulheres”, a ex-pantera negra

aponta como a participação na luta abolicionista permitiu às mulheres brancas de classe média acesso a uma cultura intelectual que lhes deu bases necessárias para diagnosticar e estruturar teoricamente seu local de subjugação imposto pelos homens e sua organização política na luta por seus direitos.

No capítulo 3 do livro, “Classe e raça no início da campanha dos direitos das mulheres”, torna-se explícito como existem outras opressões além da hegemonia masculina atravessando o corpo das mulheres enquanto coletivo.

Em 1851 em Akro, Ohio, na 1ª Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres (*Women’s Rights Convention*) a participação foi aberta para homens, que se dividiam entre os que queriam aprender com as mulheres e os que eram contra a luta de seus direitos.

Durante o debate, que estava indo numa direção jocosa sobre o movimento, surgiu um discurso final e irrefutável proferido pela militante nova-iorquina abolicionista ex-escravizada Sojourney Truth – que posteriormente se tornou um marco da luta das mulheres. Até então os homens contrários à pauta estavam vencendo o debate apelando para ‘características infantis e fracas’ para caracterizar a condição de sexo frágil mulheres, então Sojourney Truth tomou a palavra. A abolicionista perguntou a todos se não ela era uma mulher em todos os momentos de sua vida: quando sofreu na chibata, trabalhou tanto quanto ou mais que homens e teve vários de seus 13 filhos arrancados de seus braços e vendidos. Davis (2013, p. 50) indica que esse discurso da nova-iorquina – posteriormente intitulado “Ain’t I a Woman” – silenciou os argumentos masculinos anti-direito das mulheres e foi uma chamada à auto-crítica quanto ao racismo das mulheres brancas de classe média que estavam organizando o movimento: a pauta da luta pelos direitos das mulheres precisa abarcar todas as mulheres independentemente de classe ou raça.

“Ain’t I a Woman” dialoga com a narrativa da colonização de Oyewumi ao expor francamente como, dentro da escravidão negra, o corpo de mulheres africanas e afrodescendentes recebia os mesmos abusos reservados aos homens escravizados (trabalhos exaustivos, castigos físicos, pouca comida, humilhações, etc.) mais violências possíveis apenas a corpos femininos (estupro como forma de controle, reprodução para escravidão de crianças, tarefas domésticas, etc).

Com a colonização, a historicidade dos anafêneas e de mulheres nativas foi manipulada de acordo com os dispositivos de poder racial e sexual de dominação do

conquistador. Sendo assim, as mulheres africanas que foram colonizadas, sequestradas e escravizadas tiveram sua existência e possibilidades de ser/viver completamente definidas e limitadas pela branquitude europeia. A vida de negras e a de brancas são completamente diferentes.

Para a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1984), mesmo com a natural africanização da cultura brasileira pela intensa presença de afrodescendentes no país, historicamente os negros ocupam os espaços mais repressivos de dominação da divisão racial do espaço: senzala, favela, hospícios e prisões. Nesse contexto, as mulheres negras foram colocadas dentro dos mitos da “mucama” e da “mãe-preta”. A “mucama” abarca os produtos e serviços que a mulher negra gera para o mercado (desde a escravização até a precariedade das condições trabalhista - que criou a “mulher preta forte”) e as incumbências no ambiente privado (“desejadas” e estupradas por homens brancos e responsabilizadas por serviços domésticos – o que criou a fetichizada “mulata tipo exportação”). A “mãe-preta” está no ambiente privado, sendo a mulher negra que cuida e alimenta as crianças expondo seu lado maternal e carinhoso. Em outras palavras, através desses mitos são ditas às negras as “tarefas” patriarcalmente atribuídas às brancas, que por sua vez não desejam cumpri-las – como limpeza, gastronomia, satisfação sexual, trabalho emocional, carga mental, trabalho emocional familiar e etc.

A fundadora do Grupo do Instituto da Mulher Negra de São Paulo - Geledés, Sueli Carneiro (2011) destaca:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades.

De acordo com esta feminista negra, o fim das disparidades entre brancas, negras e indígenas deve nortear as ações políticas para a construção de uma sociedade “multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”.

Em 2011, a atriz trans-ativista Laverne Cox resgata sua ancestralidade e amplia a narrativa de “Ain’t a Woman” da Sra. Sojourney Truth visando abarcar a mu-

lheridade trans negra e produz um discurso de mesmo nome³³. Nele, a atriz fala de sua experiência de vida a partir de um olhar feminista e pontua a necessidade de entender outras mulheridades (ou feminilidades) que não obedecem ao padrão cis-gênero baseado no determinismo biológico:

Me achar bonita numa cultura em que padrões de beleza feminina brancos ainda são a norma: eu continuo achando isso desafiador. Me dizem que sou bonita há anos e eu ainda não acreditei realmente em meu coração que eu sou. Eu tenho dúvidas sobre meus traços serem “femininos o bastante” para alcançar os padrões do meu próprio olhar crítico, duro, bem como os padrões das percepções de outr[as]. (COX, 2011) [Tradução: Nascimento]

Nesse trecho do discurso, é possível notar uma exemplificação “clara”³⁴ de como a corrida para alcançar o status de mulher branca que Oyewumi Oyeronke também sobrepuja mulheres não-cis. Na lógica do sistema de normatização e colonialidade, ser mulher é se enquadrar num modelo feminino branco delicado.

³³ Ver anexo.

³⁴ Termo usado propositalmente para unificar “branquitude” e “obviedade”

APÊNDICE B - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PERFIL DO USUÁRIO

Romeiro e Spudeit (2018, p. 249) em seu trabalho “Desenvolvimento de competência em informação em comunidades quilombolas” fazem um levantamento das dimensões da competência em informação a partir de uma análise do trabalho de Vitorino e Piantola (2009):

- 1) **Dimensão técnica:** pode ser entendida como uma habilidade para executar uma ação, pois consiste na resolução de um problema. A dimensão técnica refere-se a uma atividade objetiva revelada na ação cotidiana;
- 2) **Dimensão estética:** está relacionada ao estudo filosófico da competência em informação, por meio da arte, ordena a dimensão das percepções pessoais, pois acredita-se que é através da sensibilidade e criatividade demandadas da arte que o homem busca atingir harmonia para o bem viver;
- 3) **Dimensão ética:** esta dimensão está relacionada à noção de autonomia difundida pela competência em informação, pois acredita-se que o indivíduo ético decide por si mesmo e pondera suas ações para o bem coletivo. Aborda a capacidade de o indivíduo competente em informação assumir uma postura crítica valorizando o julgamento como princípio. Acredita-se que todas as outras dimensões contemplam um princípio ético;
- 4) **Dimensão política:** valoriza o exercício da cidadania, pois pretende desenvolver a participação dos indivíduos nas transformações da vida em sociedade, considera a participação pedagógica de transformar homens em cidadãos e que a informação deve ser consumida a partir de um contexto político.

Essas quatro dimensões da competência em informação demonstram sua importância para a sociedade e uma tendência a um caráter emancipatório do usuário, uma vez que desenvolve e fomenta a produção intelectual individual. Ao analisa-las à luz do epistemicídio, apresentado por Carneiro (2015, p. 97) e já discutido, nota-se que:

- A dimensão técnica não ataca o baixo acesso à educação apontado pela autora, entretanto provoca o desenvolvimento da capacidade de aprender, que aumenta a auto-estima produzida pelo processo educacional militarizado. Importante lembrar que a educação formal não é de competência da biblioteca;
- A dimensão estética permite a possibilidade de produção intelectual e, conseqüentemente, reconhece como sujeito cognoscente todo usuário, independente de origem étnica, gênero, orientação sexual, raça, defici-

ência física e outras marcas. Há um reconhecimento da razão e da cultura do Outro;

- A dimensão política explicita a apresentação e criação de instrumentos de participação democrática social, o que dá aos indivíduos mais possibilidades de desenvolvimento individual e da sociedade como um todo;
- A dimensão ética fomenta diretamente a autonomia de mentes, corações e, indiretamente, do corpo individual e coletivo.

É importante entender as dimensões do desenvolvimento em informação à luz do epistemicídio, pois o público da biblioteca prisional é formado por pessoas que tiveram suas vidas definidas por esse extermínio de saber: São pessoas oriundas de comunidades pobres, majoritariamente negras (64%), com baixa instrução educacional (61%), jovem (55% entre 18 e 29 anos), solteira (60%) e com filhos (mulheres, 74%; homens, 43%). Compõem um grupo que Flusser (1980) compreende como o não-público da biblioteca tradicional, ou seja, uma parcela da população completamente marginalizada dos serviços e produtos de uma biblioteca focada na cultura escrita [e eurocêntrica].

A partir de uma análise do Manifesto da UNESCO (2008), Romeiro e Spudeit (2018, p. 248) identificam as seguintes diretrizes a serem usadas no desenvolvimento de competência para todas as pessoas:

- 1) Reconhecer a necessidade de informação:** a consciência de que a informação é necessária para resolver problemas no local de trabalho, para entender as necessidades cívicas, e prever a saúde e bem-estar da família e da comunidade deve ser despertada. Esta etapa é também o primeiro passo na diferenciação da recepção passiva da informação dada. Esta consciência da necessidade não é uma capacidade estática, mas que precisa ser aplicada a toda e qualquer situação em que surge. Dever surgir da necessidade de as pessoas escolherem ao invés de aceitar algum dado como informação;
- 2) Localizar e avaliar a qualidade da informação:** as habilidades necessárias para localizar informações dependem do contexto em que uma pessoa aplicará as suas habilidades de busca. Em local de trabalho, a informação pode ser localizada nos manuais, em códigos publicados, ou em bancos de dados. Nestas circunstâncias, geralmente há alguma garantia da qualidade da fonte de informação. No entanto, as pessoas procuram cada vez mais informações utilizando motores de busca da internet muitas vezes onde não existe filtro na qualidade das informações localizadas. Educação e formação são necessárias para ajudar as pessoas a adquirirem as habilidades para não apenas localizar, mas também para avaliar as fontes de informação e, portanto, indicadores de competência em informação devem incluir esta habilidade;

- 3) **Armazenar e recuperar informações:** as pessoas sempre se preocupam com o armazenamento de informação e sua recuperação para uso posterior. Por isso, é importante desenvolver esta habilidade;
- 4) **Fazer uso eficaz e ético da informação:** a eficácia do uso da informação é suscetível de ser incluída no processo de resolução de problemas por meio do pensamento crítico. A consciência da dimensão ética da informação pode não ser bem documentada nos documentos já existentes sobre competência em informação;
- 5) **Comunicar conhecimento:** o objetivo da competência em informação é capacitar as pessoas para criar novas informações e, por isso, utiliza novos conhecimentos apreendidos, sintetiza-os e os comunica representando, dessa maneira, o produto de sua prática.

Romeiro e Spudeit (2018) compreendem que para desenvolver a competência em informação com base nas diretrizes e dimensões apresentadas, “é preciso criar políticas e programas que tenham objetivos, estratégias, ações e metodologias, a partir da realização de um diagnóstico”. Nesse contexto, a biblioteca prisional pode e deve atuar como mais um instrumento de apoio ao processo educacional e promover o desenvolvimento em informação de pessoas encarceradas enquanto indivíduos cognoscentes.